

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

ANDRÉA LOPES BORGES

**OS USOS DE *PORÉM* EM ARTIGOS DE OPINIÃO CONTEMPORÂNEOS DO
BRASIL**

UBERLÂNDIA
2012

ANDRÉA LOPES BORGES

**OS USOS DE *PORÉM* EM ARTIGOS DE OPINIÃO CONTEMPORÂNEOS DO
BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Área de concentração: Estudos em Linguística e Linguística Aplicada.

Linha de pesquisa: Estudos sobre texto e discurso.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Elisete Maria de Carvalho Mesquita.

UBERLÂNDIA
2012

Ao meu pai.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, a melhor ouvinte.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Elisete Maria de Carvalho Mesquita, pelo amadurecimento acadêmico, profissional e pessoal que me proporcionou.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior, CAPES, pela bolsa concedida.

Às Prof^{as}. Dr^{as}., Maura Alves de Freitas Rocha e Eliana Dias, pelas valiosas contribuições dadas durante o exame de qualificação.

Aos Profs. Drs., Luiz Carlos Travaglia e Angélica Terezinha Carmo Rodrigues, pelas disciplinas lecionadas, que muito contribuíram para esta dissertação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e às suas secretárias, pela paciência e assistência.

Ao meu noivo, pela leitura dos textos, companhia nas viagens e ajuda com o *Excel*.

Aos amigos, Ana Carolina Garcia Lima Felice e Leonardo da Silva Felice, pela ajuda com o *Goldvarb*.

RESUMO

Esta pesquisa contempla os usos de *porém* em artigos de opinião contemporâneos do Brasil. Decidimos investigar os usos desse elemento linguístico por vermos necessidade em especificar seu funcionamento, tendo em vista que, enquanto, por um lado, existem propriedades adverbiais relacionadas a ele, como mobilidade sintática (possibilidade de ocupar diferentes posições na oração), coocorrência com outros elementos de conexão textual e ambiguidade (contextos em que aparece o valor conclusivo e/ou explicativo para *porém*), e o fato de que ele pode exercer outras funções além de contraste/oposição, como correção, por exemplo, por outro lado, verificamos que ele é descrito, basicamente, como operador de contrajunção, que orienta os enunciados para conclusões contrárias, eliminando argumentos anteriores, fazendo prevalecer os argumentos que introduz. Dessa forma, questionamos: (i) em quais posições *porém* ocorre? (ii) com quais elementos de conexão textual *porém* coocorre? (iii) quais funções *porém* exerce? (iv) quando *porém* tem força argumentativa? (v) qual é o tipo de orientação argumentativa exercida por *porém*? (vi) a mobilidade, a coocorrência e a ambiguidade relacionadas a *porém* interferem de que modo em suas funções? (vii) a mobilidade, a coocorrência e a ambiguidade relacionadas a *porém* interferem de que modo em sua força e orientação argumentativa? Para responder a essas questões selecionamos 60 artigos de opinião, de quatro diferentes jornais *on line* brasileiros, dos quais obtivemos 73 ocorrências de *porém* e utilizamos o programa computacional *Goldvarb*, para o qual definimos oito grupos de fatores. A análise das 73 ocorrências de *porém*, com base nos pressupostos teóricos de Hopper (1991), Koch (2003; 2005), Neves (2000) e Perini (2006), nos levou às seguintes respostas: (i) *porém* aparece no início, entre o sujeito e o verbo, depois do verbo, no fim, antes do sujeito, antes do verbo e entre verbos da última ou segunda oração, e entre nomes; (ii) *porém* coocorre com elementos de condicionalidade, mediação, comparação, temporalidade e correção ou redefinição; (iii) *porém* exerce as funções de contraste, contraposição com eliminação, contraposição em direção independente, correção, retificação, contraposição na mesma direção, restrição, negação da inferência e compensação; (iv) *porém* sempre introduz argumentos mais fortes no texto; (v) *porém* orienta os enunciados para a mesma conclusão, para conclusão independente, para conclusão oposta, para conclusão contrária e para conclusão diferente; (vi) a coocorrência e a mobilidade de *porém* contribuem para os papéis semânticos desse elemento linguístico. A ambiguidade, por sua vez, revela outros valores, não prototípicos, para *porém*, o que permite que ele, em alguns desses casos, introduza conclusão; (vii) a mobilidade e a coocorrência de *porém* revelaram-se como recursos sintáticos oferecidos por esse elemento linguístico a favor da argumentação, portanto, interferem positivamente na sua força e orientação argumentativas. Concluímos, com este estudo, que *porém* é utilizado pelos articulistas, principalmente, para o estabelecimento de suas opiniões, a partir das quais desejam convencer o(s) leitor(es), e a forma como *porém* é utilizado nos revela que, justamente, por ele apresentar propriedades de duas diferentes classes gramaticais, ele oferece múltiplas possibilidades de uso.

Palavras-chave: *porém*; artigo de opinião.

ABSTRACT

This research contemplates the uses of *porém* in contemporaries opinion articles of Brazil. We decided to investigate the uses of this linguistic element because we saw necessity in specify your functioning, in view of that, while, on the one hand, there are adverbial properties related to it, such as syntactic mobility (possibility to occupy different positions in the clause), co-occurrence with other textual connection elements and ambiguity (situations in which appears the value conclusive and/or explicative to *porém*) and the fact that it can exercise other functions besides contrast/opposition, like correction, for example, on the other hand, we verified that it is described, basically, like contraposition operator, that orients the enunciation to contrary conclusions, eliminating previous arguments, making to prevail the arguments that it introduces. Thus, we ask: (i) in which positions *porém* occurs? (ii) which elements of textual connection *porém* co-occurs with? (iii) what functions *porém* exercise? (iv) when *porém* has argumentative force? (v) what is the kind of argumentative orientation exercised by *porém*? (vi) the Mobility, co-occurrence and ambiguity related to *porém* interfere how in its functions? (vii) the mobility, co-occurrence and ambiguity related to *porém* interfere how in its argumentative force and orientation? To answer these questions we selected 60 opinion articles, of four different on line newspapers of Brazil, which we obtained 73 instances of *porém*, and we used the computational program Goldvarb, for which we defined eight groups of factors. The analysis of the 73 occurrences of *porém*, based on the theoretical assumptions of Hopper (1991), Koch (2003; 2005), Neves (2000) e Perini (2006), led us to the following answers: (i) *porém* appears at first, between subject and verb, after the verb, at the end, before the subject, before the verb and between verbs of the second or last clause, and between names; (ii) *porém* co-occurs with elements of conditionality, mediation, comparison, temporality and correction or redefinition; (iii) *porém* exercise the function of the contrast, contraposition with elimination, contraposition in independent direction, correction, rectification, contraposition in the same direction, restriction, negation of the inference and compensation; (iv) *porém* always introduces the strongest arguments in the text; (v) *porém* orients the statements to same conclusion, to independent conclusion, to opposite conclusion, to contrary conclusion and to different conclusion; (vi) the co-occurrence and mobility of *porém* contributes to the semantic function of this operator. The ambiguity, in turn, reveals other values, not prototypical, to *porém*, which permits that this operator, in some of these cases, enter conclusion; (vii) the co-occurrence and mobility of *porém* reveals yourselves as syntactic resources offered by this linguistic element in favor of the argumentation, therefore, they interfere positively in its argumentative force and orientation. We conclude with this study that *porém* is used by writers, mainly, to the establishment of their opinions, from which they wish to convince the reader(s), and the form how *porém* is used show us that, justly, because *porém* relate properties of to two different grammatical classes, it offers multiple possibilities of use.

Key-words: *porém*; opinion article.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: comparação das propriedades sintáticas de porém com de conjunções coordenadas	16
Quadro 02: período de coleta dos artigos de opinião e número de ocorrências de porém	60
Quadro 03: número de ocorrências de porém nos artigos dos jornais selecionados	61
Quadro 04: frequência das conjunções adversativas nos artigos coletados (400) e selecionados (60)	66
Quadro 05: fatores identificados/não identificados nos grupos de fatores selecionados, pelo programa computacional <i>Goldvarb</i>	79
Quadro 06: funções de porém no <i>corpus</i> de análise.....	80
Quadro 07: orientação argumentativa de porém no <i>corpus</i> de análise.....	86
Quadro 08: correlação orientação argumentativa/funções de porém no <i>corpus</i> de análise.....	88
Quadro 09: correlação funções/posições de porém no <i>corpus</i> de análise	99
Quadro 10: ordem das orações em que porém ocorre	105
Quadro 11: advérbios presentes no <i>corpus</i> de análise.....	109
Quadro 12: correlação advérbios/funções de porém no <i>corpus</i> de análise	111
Quadro 13: elementos de conexão textual que coocorrem com porém no <i>corpus</i> de análise	115
Quadro 14: correlação funções de porém /funções dos elementos de conexão textual com os quais coocorre no <i>corpus</i> de análise	118

FIGURA

Figura 01: modelo de interação verbal, segundo os pressupostos funcionalistas.....	19
--	----

GRÁFICOS

Gráfico 01: frequência de porém nos 60 artigos selecionados.....	62
Gráfico 02: frequência de porém nos 400 artigos coletados	63

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 1 - <i>PORÉM</i>: DA TRADIÇÃO GRAMATICAL AO USO	13
1.1 A VISÃO DAS GRAMÁTICAS NORMATIVAS DE LÍNGUA PORTUGUESA	13
1.2 A VISÃO DA GRAMÁTICA FUNCIONAL	17
1.3 O PROCESSO DE GRAMATICALIZAÇÃO DE <i>PORÉM</i>	24
1.4 A VISÃO ARGUMENTATIVA DA LÍNGUA	35
CAPÍTULO 2 - O GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO	44
2.1 DIMENSÃO DISCURSIVA DO ARTIGO DE OPINIÃO	44
2.2 DIMENSÃO LINGÜÍSTICA DO ARTIGO DE OPINIÃO	49
CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA	58
3.1 VARIÁVEL DEPENDENTE	67
3.2 VARIÁVEIS INDEPENDENTES	68
CAPÍTULO 4 - ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	74
CONCLUSÃO	122
REFERÊNCIAS	127
ANEXOS	131
ANEXO 1: OCORRÊNCIAS DE <i>PORÉM</i> NO JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO (ESTADÃO)	132
ANEXO 2: OCORRÊNCIAS DE <i>PORÉM</i> NO JORNAL GAZETA DE ALAGOAS	141
ANEXO 3: OCORRÊNCIAS DE <i>PORÉM</i> NO JORNAL ZERO HORA/COLETIVA.NET	151
ANEXO 4: OCORRÊNCIAS DE <i>PORÉM</i> NO JORNAL PAG 20	158

INTRODUÇÃO

O interesse por *porém* surgiu de dois motivos básicos: (i) leitura de gramáticas, como as de Perini (2006) e Neves (2000), que revelam propriedades adverbiais desse elemento; (ii) tratamento oferecido a esse elemento pela concepção argumentativa da linguagem.

Com relação às propriedades adverbiais de *porém*, autores como Neves (2000) e Perini (2006), e estudos como o de Parreira (2006) indicam propriedades desse elemento que vão radicalmente na direção contrária à abordagem tradicional oferecida pela maioria das gramáticas normativas da Língua Portuguesa, segundo as quais *porém* é conjunção coordenada adversativa, que liga orações independentes ou de igual função (BECHARA, 2009 e CUNHA e CINTRA, 2008).

De acordo com Perini (2006) e Neves (2000), *porém* apresenta propriedades sintáticas que o aproximam mais do paradigma adverbial. Essas propriedades são: coocorrência com outras conjunções coordenadas e mobilidade sintática. Essa última indica que *porém* pode ocorrer em outras posições que não somente no início da última oração, posição obrigatória para conjunções coordenadas. Por esses motivos, Neves (2000) afirma que *porém* é **advérbio juntivo de contraste** e Perini (2006) que ele se assemelha a advérbios da classe de **consequentemente**.

Além dessas propriedades sintáticas adverbiais associadas a *porém*, Parreira (2006) aponta para uma propriedade semântica desse elemento linguístico que, de acordo com seu processo de gramaticalização, também o aproxima dos advérbios: a possibilidade de ser empregado com a função de conclusão-explicação, apresentando, nesse caso, um valor ambíguo (não prototípico). Ainda com relação às propriedades semânticas desse elemento, autores como Neves (2000) e Koch (2003; 2005) e estudos como os de Fabri (2005) e Parreira

(2006) apontam para outras tantas funções que *porém* pode exercer, que, segundo Neves (2000), são, basicamente, de contraposição.

Com relação à abordagem argumentativa da língua, *porém* é considerado como operador argumentativo de contrajunção, o que significa, segundo Koch (2003; 2005), que ele funciona como elemento de refutação/eliminação. De acordo com Koch (2003), *porém* introduz um argumento/enunciado mais forte, que tem por função orientar o sentido que vinha sendo construído no texto para o contrário dele, fazendo prevalecer o argumento que introduz, eliminando, assim, o(s) argumento(s) anterior(es).

Considerando as propriedades gramaticais de *porém*, que além de conjunção, estão associadas ao paradigma adverbial, acreditamos que o funcionamento desse elemento da língua se dê sob distintas formas, possibilitando aos usuários da língua variados e diferentes usos. Essa realidade nos fez perguntar:

- a) Em quais posições *porém* ocorre?
- b) Com quais elementos de conexão textual *porém* coocorre?
- c) Quais funções *porém* exerce?
- d) Quando *porém* tem força argumentativa?
- e) Qual é o tipo de orientação argumentativa exercida por *porém*?
- f) A mobilidade, a coocorrência e a ambiguidade relacionadas a *porém* interferem de que modo em suas funções?
- g) A mobilidade, a coocorrência e a ambiguidade relacionadas a *porém* interferem de que modo em sua força e orientação argumentativa?

Essas questões nos levam aos seguintes objetivos.

OBJETIVO GERAL:

- analisar os usos de *porém* em artigos de opinião contemporâneos do Brasil.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- identificar as posições em que *porém* aparece;
- identificar com quais outros elementos de conexão textual *porém* coocorre;
- identificar as funções assumidas por *porém*;
- examinar a força argumentativa de *porém* nos contextos em que ele aparece;
- examinar o tipo de orientação argumentativa exercida por *porém* nos contextos em que ele aparece;
- examinar se, e de que modo, a mobilidade, a coocorrência e a ambiguidade relacionadas a *porém* interferem em suas funções;
- examinar se, e de que modo, a mobilidade, a coocorrência e a ambiguidade relacionadas a *porém* interferem em sua força e orientação argumentativa.

Partimos das seguintes hipóteses:

- a) *porém* ocorre em diversas posições;
- b) *porém* coocorre com outros elementos de conexão;
- c) *porém* exerce outras funções, que não só a de contrajunção;
- d) *porém* tem maior força argumentativa quando orienta os argumentos para conclusões contrárias;
- e) *porém* pode exercer outros tipos de orientação argumentativa, que não só a de orientar os argumentos para conclusões contrárias;
- f) a coocorrência, a mobilidade e a ambiguidade relacionadas a *porém* comprometem, em alguns casos, suas funções;

g) a coocorrência, a mobilidade e a ambiguidade relacionadas a *porém* comprometem, em alguns casos, sua força e orientação argumentativa.

Para atingir as metas estabelecidas e considerando que a função prototípica de *porém* é relacionar ideias em desacordo, selecionamos 60 artigos de opinião como *corpus* de análise, contexto estabelecido pelo modo de interação em que se pressupõe desacordo por parte do receptor, ou seja, contexto argumentativo “*stricto sensu*” (TRAVAGLIA, 1991) e dividimos esta pesquisa em quatro capítulos.

No capítulo 1, tratamos: (i) das propriedades sintáticas, semânticas e morfológicas de *porém*, de acordo com a abordagem da Gramática Tradicional; (ii) das mesmas propriedades, de acordo com a abordagem da Gramática Funcional; (iii) da gramaticalização desse elemento linguístico; (iv) do seu funcionamento argumentativo. No capítulo 2, tratamos do gênero artigo de opinião, evidenciando os contextos discursivo e linguístico (tipo argumentativo “*stricto sensu*”) desse gênero. No capítulo 3, apresentamos o *corpus* de análise e explicamos como ele foi analisado. No capítulo 4, apresentamos a análise das ocorrências de *porém*. E, por fim, apresentamos as conclusões, as referências e os anexos com as ocorrências desse elemento da língua.

CAPÍTULO 1

PORÉM: DA TRADIÇÃO GRAMATICAL AO USO

Ao estudarmos o uso de qualquer elemento da língua, somos levados a adotar como ponto de partida o tratamento oferecido por gramáticas normativas, por acreditarmos que as regras oferecidas por essas gramáticas nos servem como parâmetro de comparação para chegarmos ao funcionamento real e atual dos elementos da língua.

1.1 A VISÃO DAS GRAMÁTICAS NORMATIVAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

A Gramática Normativa (G.N.) é herança da gramática grega, que, por sua vez, foi elaborada com base nas regularidades encontradas na língua dos poetas e escritores gregos, tida como a língua certa e culta, e, portanto, a melhor expressão da cultura grega. Esse tipo de gramática surgiu de duas necessidades: “estabelecer e explicar a língua desses autores (pesquisa)” e/para “proteger da corrupção essa língua “pura” e “correta” (docência)”. (NEVES, 2005, p. 113).

Desde então, a Gramática Normativa é vista como patrimônio cultural, assemelhando-se, como afirma Gnerre (1985), ao que acontece com a religião católica que, depois de séculos do seu surgimento, ainda transmite os mesmos valores morais e éticos, dando a ideia de estabilidade e continuidade.

Devido ao fato de as gramáticas normativas representarem o padrão de língua, encontramos em Cunha e Cintra (2008) a seguinte concepção quanto à norma que registram: “atua (...) como ideal linguístico de uma comunidade.” (CUNHA E CINTRA, 2008, p. 4). E, em Bechara (2009): “a norma contém tudo o que na língua não é funcional, mas que é tradicional, comum e constante, ou, em outras palavras, tudo o que se diz “assim, e não de outra maneira”. (BECHARA, 2009, p. 42).

As gramáticas normativas são oriundas, portanto, de um ideal conservador que pretende preservar uma tradição gramatical, que se apegue a um discurso do passado. Isso lhes confere o caráter de doutrina e faz parecer que a língua deva ser usada conforme as regras que essas gramáticas registram, como afirma Bagno (2001). Sabemos, entretanto, que os usuários de uma língua não a usam conforme as regras registradas pelas gramáticas normativas, mas conforme as regras combinadas entre eles, ou seja, aquilo que é estabelecido como consenso entre os falantes de uma determinada língua é o que costuma prevalecer no momento da interação verbal.

Nesse sentido, o que se deve entender das regras registradas por gramáticas normativas é que elas representam uma das várias formas de tratamento da língua. Em tese, essas gramáticas transformam em regras os usos mais comuns feitos da língua escrita formal. Devido a esse tratamento dado à língua, as gramáticas normativas assumem, assim, o sinônimo de língua padrão, que deve ser entendido como heterogêneo e mutável.

Dessa forma, as regras registradas nas gramáticas normativas devem ser vistas como um conjunto de prescrições, “um peso, uma medida, um metro, um gabarito para medir, avaliar, classificar as realizações linguísticas” (BAGNO, 2001, p. 151).

A crítica quanto às gramáticas normativas deve voltar-se, então, não para as regras que registram, mas para o que essas regras representam para essas gramáticas, ou seja, para a sua

ideologia de língua certa, que lida, como afirma Bagno (2001), com os dados da língua como não passíveis de verificação e refutação.

Tendo em vista os pressupostos que norteiam as gramáticas normativas, podemos dizer que o que elas nos oferecem sobre *porém* é a visão tradicional de conjunção coordenada adversativa, conforme registram, por exemplo, as gramáticas de Cunha e Cintra (2008) e Bechara (2009).

De acordo com Cunha e Cintra (2008), as conjunções coordenadas adversativas têm a função de ligar “dois termos ou duas orações de igual função, acrescentando-lhes, *porém*, uma ideia de contraste”. As conjunções citadas pelos autores são as seguintes: **mas**, *porém*, **todavia**, **contudo**, **no entanto**, **entretanto**. (CUNHA E CINTRA, 2008, p. 594).

Segundo esses autores, **mas** é o único elemento dentre as conjunções coordenadas adversativas que ocupa a posição obrigatória no início da última oração, e as outras podem ocupar outras posições, como após um dos termos da oração em que ocorrem. *Porém*, assim como **mas**, é empregado tanto com o valor de oposição/contraste, quanto “para mudar a sequência de um assunto, geralmente com o fim de retomar o fio do enunciado anterior que ficara suspenso.” (CUNHA E CINTRA, 2008, p. 599).

Bechara (2009), por sua vez, afirma que as conjunções coordenadas adversativas “enlaçam unidades apontando uma oposição entre elas”. Interessante é a classificação proposta pelo autor, que aponta apenas **mas**, *porém* e **senão** como conjunções adversativas, enquanto as outras: **todavia**, **contudo**, **entretanto** e **não obstante**, são, segundo sua perspectiva, advérbios que se assemelham às conjunções adversativas pelo valor semântico.

Segundo Bechara (2009), os advérbios tidos como conjunções coordenadas adversativas, conforme registra a maioria das gramáticas normativas, não são conjunções, pois são elementos que “podem se compatibilizar”, ou seja, podem coocorrer com outras conjunções coordenadas, como com **e**, por exemplo, e podem ocorrer em qualquer posição

dentro da oração em que se inserem. O mesmo, entretanto, não acontece com **mas**, **porém** e **senão**. (BECHARA, 2009, p. 322 - 323).

Notamos, por um lado, que as gramáticas de Cunha e Cintra (2008) e Bechara (2009) discordam quanto à sintaxe de **porém**. Enquanto para Bechara (2009) **porém** não pode ocupar outra posição que não seja o início da oração, Cunha e Cintra (2008, p. 595) afirmam que **porém** pode “vir no início da oração ou após um dos seus termos”, propriedade essa que, sob ponto de vista de Bechara (2008), colocaria **porém** no grupo dos advérbios. Por outro lado, esses autores concordam quanto à classificação desse elemento – conjunção coordenada adversativa – e quanto ao seu valor de contraste/oposição. Isso significa que, para Cunha e Cintra (2009), a mobilidade de **porém** não é uma propriedade que o aproxima dos advérbios, e que, para Bechara (2008), **porém** não apresenta mobilidade. Ou seja, esses autores não consideram os usos de **porém**.

Segundo Perini (2006), que avaliou a escrita técnica-jornalística de todo o país, **porém** apresenta as propriedades relacionadas no quadro abaixo:

Quadro 01: comparação das propriedades sintáticas de **porém** com de conjunções coordenadas.

CONJUNÇÕES COORDENADAS	PORÉM
A pontuação é opcional	A pontuação é obrigatória
Coordenam qualquer número de membros, não obrigatoriamente, mas em geral, os dois últimos	Não coordena mais de dois elementos
Quando não repetidas, ocorrem somente antes da última oração	Ocorre em qualquer posição, que não logo antes da última oração
Coordenam tanto orações, quanto Sintagmas Nominais (SNs)	Não coordena SNs

Adaptado de (PERINI, 2006, p. 145 – 146).

O quadro 01 nos sugere que as propriedades sintáticas de **porém** são quase opostas às das conjunções coordenadas. Para Perini (2006), essas propriedades equivalem às de advérbios da classe de **consequentemente**, que estabelecem uma conexão semântica entre duas orações. Segundo Perini (2006, p. 147), “coordenadores” desse tipo podem coocorrer com marcas de subordinação, além de com outros coordenadores.

Podemos afirmar, então, que a realidade desse elemento só é encontrada no funcionamento real da língua.

1.2 A VISÃO DA GRAMÁTICA FUNCIONAL

De acordo com Neves (1997), a língua é um instrumento de interação social, que tem por principal função a de ser mediadora das relações de interação verbal. Uma sociedade se organiza, principalmente, pela linguagem, o que confere à língua a função de viabilizar todas as relações sociais. Isso significa que os falantes usam a língua em conformidade com as necessidades comunicativas apresentadas em cada situação de interação, inserida numa determinada esfera social ou de utilização da língua. Isso faz com que o sistema linguístico não seja, em absoluto, autônomo, mas também regulado pela necessidade humana de comunicação. Portanto, ao falarmos em língua/linguagem, estamos falando em uso, o que significa não separar “o sistema linguístico e suas peças das funções que têm de preencher”, ou seja, a língua/linguagem é funcional. (NEVES, 1997, p. 3).

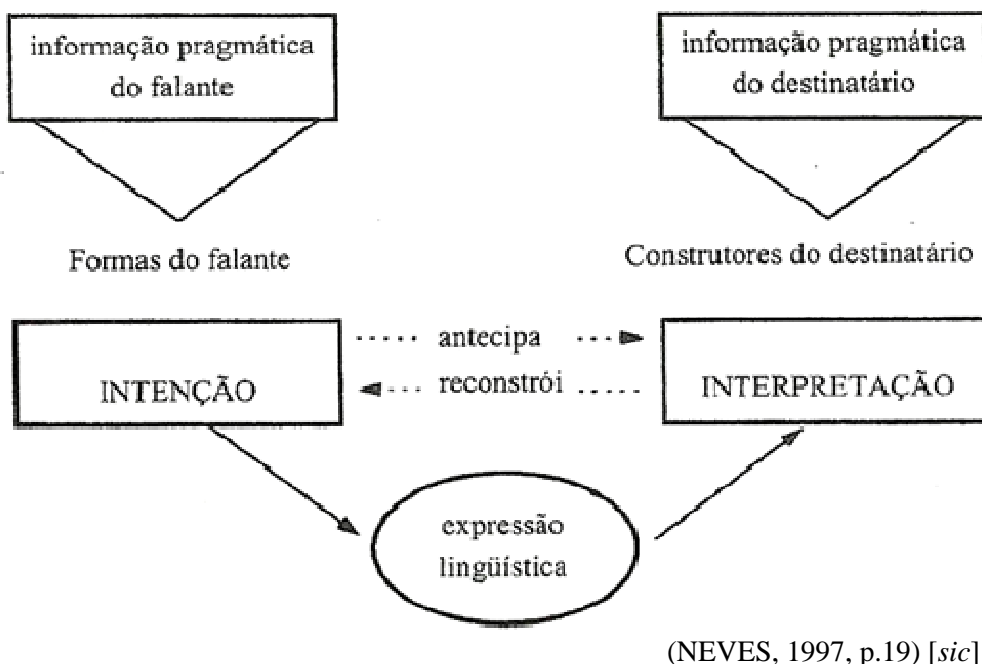
Sob a perspectiva funcional da linguagem, a gramática de uma língua, ou seu sistema linguístico, é entendida de acordo com componentes funcionais, que, de maneira geral, segundo Neves (2002), são pragmáticos.

Neves (1997) se vale de dois teóricos em seus estudos, Auwera (1989) e Dik (1978). O primeiro diz que a pragmática focaliza “a apropriabilidade ou a adaptabilidade da língua à sua ambiência”, ou seja, integra sintaxe, semântica e discurso, permitindo, assim, relacionar a expressão linguística ao contexto das diferentes situações de interação verbal, e apreender a língua em uso (NEVES, 1997, p. 30). O segundo diz que a gramática funcional pode ser entendida como uma “teoria funcional da sintaxe e da semântica, a qual, entretanto, só pode ter um desenvolvimento satisfatório dentro de uma teoria pragmática, isto é, dentro de uma teoria da interação verbal”. (NEVES, 1997, p. 25).

Assim, a pragmática, como afirma Neves (1997), é que organiza a interação verbal, por compreender aspectos sociais, culturais e cognitivos, que dizem respeito à experiência e aos conhecimentos pré-adquiridos dos usuários da língua. Dessa forma, os aspectos pragmáticos influenciam na forma como o falante/escritor elabora e o ouvinte/leitor recebe e processa a informação no e pelo texto, no momento de interação.

A partir da consideração desses aspectos pragmáticos, entende-se que a interação se dá, segundo Neves (1997), da seguinte maneira: o produtor, de acordo com a situação de interação, antecipa o possível entendimento do receptor, que, por sua vez, de acordo com as informações que já possui, recebe e reconstrói a informação fornecida pelo produtor, atribuindo-lhe sentido, como mostra a figura 01:

Figura 01: modelo de interação verbal, segundo os pressupostos funcionalistas.



A figura acima mostra que a expressão linguística ocupa um lugar central na interação verbal, especificamente, entre a intenção do produtor e a interpretação do receptor. É mediadora da relação comunicativa estabelecida entre ambos, e não, estabelecadora dessa relação, como afirma Dik (1997). Prova de que a língua não estabelece essa relação é o fato de que o que está em jogo são os conhecimentos linguísticos e cognitivos dos interlocutores, responsáveis pelas escolhas linguísticas e pelos modos de expressão dos usuários da língua.

Dessa forma, a gramática de uma língua deve ser vista em termos de uso e o sistema linguístico deve ser entendido, respeitando-se, como afirma Dik (1997), as regras de constituição dos itens linguísticos (regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas), em termos de uma pragmática funcional, isto é, os itens ou expressões linguísticas devem ser vistos a partir das funções que preenchem na interação, a partir de como são usados e com quais objetivos. Nesse sentido, entende-se que, como afirmam Neves (1994) e Marcuschi (2010), são os usos da língua que dão forma ao sistema linguístico, e não o contrário.

A interação verbal é atualizada por meio do componente textual, pelo qual os itens linguísticos são explicados e fazem sentido em relação ao contexto em que se inserem.

Para Halliday (1994), os componentes fundamentais do significado da língua são: o ideacional, o interpessoal e o textual. O componente ideacional é aquele pelo qual o falante e o ouvinte “entendem o ambiente”, ou seja, compreendem a situação de interação na qual estão inseridos. O componente interpessoal diz respeito ao papel comunicativo que o falante assume ao participar do evento de fala, “para agir sobre os outros”, isto é, sobre seu(s) interlocutor(es). Por fim, o componente textual é aquele “que dá relevância aos outros dois”. (HALLIDAY, 1994, p. xiii).

O texto, assim, deve ser entendido como o componente funcional maior da língua, pelo qual cada elemento de uma língua, cada um com suas funções particulares, “é explicado por referência à sua função no sistema linguístico total”, que é o texto. (NEVES, 2002, p. 164).

O componente textual nos mostra que os itens da língua são multifuncionais, pois, as funções que esses itens preenchem numa determinada estrutura linguística dependem do contexto de interação do qual fazem parte. Dessa forma, a interação pela linguagem se dá pela adequação linguística aos diferentes contextos de interação, atendendo a necessidades discursivas específicas, o que resulta em diferentes manifestações textuais/discursivas, e, conseqüentemente, em diferentes funções dos itens da língua.

Tendo em vista, portanto, o caráter discursivo-funcional da língua, podemos dizer que, “a gramática funcional ocupa, assim, uma posição intermediária em relação às abordagens que dão conta apenas da sistematicidade da estrutura da língua ou apenas da instrumentalidade do uso da língua”, e que, por esse motivo, nos oferece os instrumentos necessários e suficientes para lidar com a realidade linguística. (NEVES, 2004, p. 22).

Em se tratando dos usos de *porém*, sob o ponto de vista funcional, Neves (2000) afirma que, por um lado, o fato de *porém* poder coocorrer com a conjunção coordenada **mas** faz com que ele se aproxime do grupo dos advérbios juntivos (de valor anafórico). Por outro lado, o fato de *porém* não coocorrer com as conjunções coordenadas prototípicas **e** e **ou**, o aproxima das conjunções coordenadas. Apesar dessas possibilidades, essa autora classifica *porém* como **advérbio juntivo de contraste**, mas afirma que, dentre os elementos do mesmo grupo, ele é o que está mais próximo das conjunções.

Para Neves (2000), somente **mas** é conjunção coordenada adversativa, e **todavia**, **contudo**, **no entanto** e **entretanto** devem ser tratados como advérbios juntivos de contraste, assim como *porém*.

Ainda segundo Neves (2000), se considerado o valor semântico, *porém* e **mas** são semelhantes. No entanto, esses elementos se diferenciam se considerado o seu estatuto gramatical, uma vez que *porém* não ocorre, sempre, entre orações e pode coocorrer com outras conjunções coordenadas, o que não se relaciona a **mas**.

Além dessas propriedades apontadas por Neves (2000), há estudos que apontam para outro valor de *porém*, o de explicar e/ou concluir. Parreira (2006) afirma que, nesse caso, *porém* pode vir precedido de **e**.

O emprego do valor conclusivo e/ou explicativo de *porém* está atrelado ao caráter não prototípico desse elemento, por isso, nesse caso, *porém* será tratado, neste estudo, como ambíguo¹, como se verifica na ocorrência 01:

(01) *Da Amazônia ao vegetarianismo, temas específicos atarefaram os militantes ecológicos. O Bella Center, local do evento, era um grande happening. Só faltou, mesmo, uma questão, eternamente esquecida das discussões ambientalistas: a demografia. A pegada ecológica, conceito recentemente desenvolvido, aproxima-se da crítica a esse fantasma do crescimento populacional. Continua de pé, **PORÉM**, o maior tabu da ecologia.* (Avatar ambiental – **Jornal O Estado de São Paulo**. 12/01/2010).

¹ Os termos **ambíguo** e **ambiguidade** são entendidos, neste estudo, tal qual pela teoria da gramaticalização, ou seja, para se referir a momentos em que um elemento linguístico apresenta um valor semântico não prototípico.

Na ocorrência 01, o enunciado anterior a *porém* apresenta argumentos sobre a demografia, defendendo a ideia de que ela não foi discutida pelos ambientalistas, o que nos leva a entender o maior tabu da ecologia (conteúdo do argumento introduzido por *porém*) como sendo a demografia (conteúdo do argumento anterior). Esse entendimento faz com que o argumento introduzido por *porém* pareça estabelecer relação de **conclusão** com o anterior, pelo qual o produtor argumenta que, **portanto**, o maior tabu da ecologia (demografia) continua de pé, já que esse assunto não foi discutido.

Apesar de *porém* apresentar propriedades sintáticas que o distanciam do paradigma das conjunções coordenadas, parece não haver dúvidas de que, no que se refere às suas propriedades semânticas, ele se aproxima mais desse paradigma, especificamente, do paradigma das conjunções coordenadas adversativas, uma vez que há a predominância do valor adversativo, que, em se tratando de *porém*, se manifesta de diferentes maneiras.

Para Neves (2000), o valor adversativo desse elemento equivale a diferentes formas de contraposição:

- contraposição em direção oposta
 - contraste: ocorre quando há significação oposta ou diferente entre expressões contidas no argumento anterior e no introduzido por *porém*;
 - compensação: ocorre quando os argumentos têm direções diferentes, ou seja, o argumento anterior pressupõe uma conclusão e o introduzido por *porém* outra diferente;
 - restrição: ocorre quando o argumento introduzido por *porém* restringe o anterior;
 - negação da inferência: ocorre quando aquilo que é inferido pelo primeiro argumento é negado por aquilo que é dito no argumento introduzido por *porém*. Tanto a asseveração quanto a negação podem vir lexicalizadas;

- contraposição na mesma direção: ocorre quando o argumento introduzido por *porém* é superior, ou, não inferior ao primeiro. A hierarquização dos argumentos é comparativa ou superlativa;
- contraposição em direção independente: ocorre quando o argumento anterior ao introduzido por *porém* é considerado menos relevante. Essa desconsideração pelo argumento anterior pode vir lexicalizada;
- contraposição com eliminação: ocorre quando o argumento introduzido por *porém* elimina o anterior, que pode ou não, ser recolocado ou substituído.

Para Fabri (2005), além do valor de contraste apontado por Neves (2000), a negação, a retificação ou correção e a quebra de expectativa são os valores mais associados a *porém*.

Koch (2005), por sua vez, inclui o valor de contrajunção para *porém*.

Comparando os valores apontados por Koch (2005) e Fabri (2005) com os apontados por Neves (2000), podemos dizer que a contrajunção, função apontada por Koch (2005), e a negação, função apontada por Fabri (2005), equivalem à contraposição com eliminação apontada por Neves (2000), e a quebra de expectativa, apontada por Fabri (2005), equivale à negação da inferência apontada por Neves (2000).

Partindo, então, da perspectiva funcional da gramática, Neves (2000), que lidou com uma base de dados constituída de textos escritos de literatura romanesca, técnica, oratória, jornalística e dramática, Perini (2006), que avaliou a escrita técnica-jornalística de todo o país, e estudos como o de Parreira (2006), apontam para propriedades de *porém* que se distanciam das registradas por gramáticas normativas, como: (i) propriedades sintáticas de advérbios - mobilidade sintática (capacidade de ocorrer em diferentes posições no oração) e coocorrência com outras conjunções; (ii) vasto emprego semântico; (iii) ambiguidade semântica (valor conclusivo e/ou explicativo).

Para a gramática funcional, *porém* se relaciona, de alguma forma, tanto com os advérbios quanto com as conjunções, o que se explica pelo processo histórico-evolutivo da língua, ou melhor, pelo processo de gramaticalização desse elemento, que, segundo Neves (2000), encontra-se em transição.

1.3 O PROCESSO DE GRAMATICALIZAÇÃO DE *PORÉM*

Por gramaticalização entendemos que a língua está em constante mudança, conseqüentemente, como afirma Hopper (1991), que a gramática está em constante transformação. Assim, por meio da gramaticalização se investiga historicamente a gramática de uma língua a partir das mudanças sofridas pelos itens linguísticos, o que facilita a compreensão e a descrição de usos atuais da língua, que podem ser observados tanto diacronicamente quanto sincronicamente.

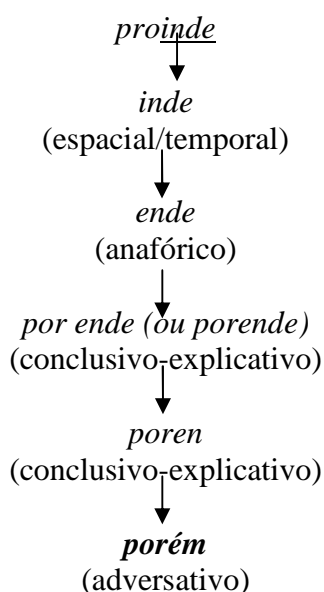
Pela diacronia se verifica como as formas linguísticas surgiram e se desenvolveram, e as implicações das formas fontes nas atuais. Pela sincronia se verificam graus de gramaticalidade dos elementos de uma língua sob o enfoque discursivo, os usos que têm sido feitos e as variações funcionais.

Por meio de estudos diacrônicos, autores como Said Ali (1965), por exemplo, afirmam que *porém* se originou do advérbio latino *proinde*, que originou tanto *porém* quanto *porende*, formas usadas na antiga Língua Portuguesa (por volta do séc. XIII e início do séc. XIV), ambas com o sentido de **por isso**. O uso geral deu preferência à forma mais curta (*porém*).

Martelotta (1996) afirma que o advérbio de lugar *inde* gerou *ende*, que tinha o valor conclusivo (**por isso**), que ocorria também precedido de *por* = *por ende* (ou *porende*), que,

por sua vez, gerou **porém**. Segundo Mattos e Silva (1984), além de *porende*, existia a forma *poren*, sendo *porende* o uso mais recorrente, ambas de valor exclusivamente conclusivo-explicativo

De acordo com Martelotta (1996), podemos entender a forma atual de **porém**, acrescentando ao esquema oferecido pelo mesmo autor a forma *proinde* como primária e a forma *poren*, da seguinte forma:



Adaptado de (MARTELOTTA, 1996, p. 219)

Porém, segundo Mattos e Silva (1984), na antiga Língua Portuguesa, ocorria preferencialmente com **e**, funcionando como reforço adverbial e raramente ocupava a posição de conjunção. Por volta do fim do século XIV e início do XV, conforme atestam autores como Said Ali (1965), Mattos e Silva (1984) e Longhin (2003), **porém** adquiriu o valor adversativo, o que contribuiu para que seu valor conclusivo-explicativo desaparecesse por volta do século XVI.

O processo de gramaticalização corresponde, assim, a uma forma de mudança linguística, especificamente, gramatical, que se caracteriza, basicamente, pela “passagem de

uma palavra autônoma à função de elemento gramatical” (Meillet, 1912, p. 17 *apud* GONÇALVES; LIMA-HERNANDES; *et al*, 2007, p. 19).

As palavras gramaticais, como as conjunções, os advérbios, as preposições, dentre as quais se encaixa **porém**, desde seu surgimento, são itens invariáveis da língua, que funcionam como organizadores discursivos. As palavras autônomas, segundo Gonçalves, Lima-Hernandes, *et al* (2007), são os itens lexicais, que são variáveis e que funcionam como designadores de ações, estados, seres, qualidades, etc., dentre as quais podemos citar os substantivos, os adjetivos e alguns verbos.

Considerando as características dos itens gramaticais e lexicais de uma língua, a gramaticalização pode ser entendida, segundo Gonçalves, Lima-Hernandes, *et al* (2007), como o processo de passagem de um item lexical a gramatical ou de um gramatical a mais gramatical, que é o caso de **porém**, embora, de acordo com Neves (2000), esse elemento ainda não tenha completado essa passagem. A gramaticalização consiste, assim, na especialização de um item, ou, segundo Votre (1999 *apud* GONÇALVES; LIMA-HERNANDES; *et al*, 2007), na diminuição de liberdade de variação.

A mudança gramatical ocorre pelas pressões do uso, conforme as necessidades socio-comunicativas dos falantes de uma língua, além de, como afirma Neves (2002), pelas determinações do próprio sistema linguístico. Dessa forma, o uso gera tanto irregularidades quanto regularidades na gramática de uma língua, pois, ao mesmo tempo em que, pelas motivações discursivas ou, como afirma Martelotta *et al* (1996), pelo aspecto criativo do discurso, faz surgir variações na língua, ou seja, irregularidades, o próprio uso trata de atualizar essas variações, regularizando-as, porque os falantes necessitam estar em acordo linguístico, o que significa respeitar os padrões do sistema da língua.

Nesse sentido, os mecanismos da mudança são, basicamente, pragmáticos, o que faz com que autores como Hopper (1987), por exemplo, acreditem que a gramática da língua é

constantemente atualizada, ou seja, rearranjada, desmontada e remontada, na interação. Esses mecanismos pragmáticos são conhecidos, segundo Martelotta *et al* (1996) e Gonçalves, Lima-Hernandes, *et al* (2007), como metonímicos e metafóricos.

A metáfora diz respeito ao processo de abstração dos itens da língua, que ocorre pela dificuldade que os falantes têm em expressar conceitos – concretos/+ abstratos, utilizando para isso conceitos mais reais ou + concretos/- abstratos, que podem passar pelos seguintes níveis de representação do significado:

pessoa > objeto > atividade > espaço > tempo > qualidade

Já a metonímia, como afirmam Gonçalves, Lima-Hernandes, *et al* (2007), diz respeito a uma expansão do significado por contiguidade, processo que se dá pela proximidade semântica entre itens de mesmo campo semântico, e que resulta em relações de substituição como, por exemplo, da parte para o todo. Martelotta *et al* (1996), por outro lado, entendem a contiguidade como sintática, o que significa que a mudança metonímica se dá por uma relação de coocorrência entre itens que, por isso, passam a ter significados semelhantes, de forma que “a mudança não ocorre apenas com a forma em si, mas com a expressão toda da qual a forma faz parte.” (MARTELOTTA *et al*, 1996, p. 57).

Nesse sentido, a metonímia pode ser vista como um mecanismo, principalmente, sintático da mudança e a metáfora como um mecanismo, principalmente, semântico.

Segundo Martelotta (1996), a metáfora é o principal mecanismo da gramaticalização de operadores argumentativos, pois é por meio dela que itens indicativos de conceito + concreto/- abstrato dão origem a itens indicativos de conceito – concreto/+ abstrato. Os itens indicativos de conceito + concreto que dão origem aos operadores são os indicativos de espaço, ou seja, os indicativos do mundo extralinguístico (dêiticos), ao passo que os operadores são os itens – concretos, elementos indicativos do discurso interno, ou seja, basicamente textuais, de função anafórica ou catafórica. Segundo Martelotta (1996), o

processo de gramaticalização de operadores argumentativos pode ser representado da seguinte forma:

$$\begin{array}{ccc} \text{espaço} & > & \text{discurso} \\ (\text{dêitico}) & & (\text{anáfora/catáfora}) \end{array}$$

Para esse autor, a passagem de elemento espacial para textual pode não se dar diretamente. Antes de se tornarem textuais, os elementos indicativos de espaço, podem passar por itens intermediários indicativos de tempo, assim, um “item lexical pode transcender o mundo do espaço e do tempo e passar a domínios mais abstratos, tornando-se, desse modo, um elemento de função argumentativa e entrando definitivamente na gramática.” (MARTELOTTA, 1996, p. 193).

Nesse sentido, segundo Martelotta (1996), o processo de gramaticalização dos operadores argumentativos pode envolver: espaço > (tempo) > texto.

A gramaticalização de operadores argumentativos ocorre também por mecanismos metonímicos, que, segundo o mesmo autor, são: pressão de informatividade e reanálise. A primeira diz respeito à mudança gerada por implicaturas conversacionais, pelas quais um elemento passa a adquirir um novo valor, e a segunda diz respeito à reorganização e reinterpretação sintática de elementos, acompanhada por mudança de função desses elementos.

C. Michaëlis de Vasconcelos (1920 *apud* MATTOS E SILVA, 1984) e Said Ali (1965) afirmam que os mecanismos da mudança de *porende/poren* explicativo-conclusivo (advérbio) para o adversativo **porém** (conjunção) foram os contextos negativos em que esse elemento coocorria com **mas**. Mattos e Silva (1984), por outro lado, afirma que

o móvel da mudança, ou a condição permissiva para a mudança semântica em causa, está na perda de consciência, pelos falantes da Língua Portuguesa, da composição etimológica (...) de **porém**. A partir disso, os contextos já adversativos e os contextos negativos de que falam C. Michaëlis e Said Ali teriam favorecido uma reanálise de (...) **porém** no sentido adversativo. [**grifo da autora**] (MATTOS E SILVA, 1984, p. 148).

Martelotta (1996), por sua vez, entende que a reanálise é um processo que pouco contribui para o surgimento de operadores. Esse autor afirma que a passagem de *porém* conclusivo para *porém* adversativo ocorreu principalmente pelo processo metonímico de pressão de informatividade, pois antes de haver a reorganização e reinterpretação sintática (reanálise), *porém* fez parte de um contexto específico que permitiu aos falantes associarem um valor adversativo para esse elemento.

Os mecanismos da mudança linguística indicam, dessa forma, que a mudança consiste em gramaticalização não só no caso de operadores, mas também dos elementos da língua de maneira geral, quando ocorre por um processo unidirecional do – para o +, ou seja, do lexical para o gramatical ou do – gramatical para o + gramatical, e nunca na direção contrária, o que significa, conforme Gonçalves, Lima-Hernandes, *et al* (2007), que nem toda mudança consiste em gramaticalização, mas toda gramaticalização pressupõe mudança.

O processo de mudança gramatical, como afirma Lehmann (2002), inclui estágios ou níveis de gramaticalização, ou seja, a gramaticalização não ocorre abruptamente, uma vez que as formas linguísticas passam por níveis de mudança, que, segundo Hopper e Traugott (2003), tendem a ser similares entre as línguas, o que significa que a gramaticalização é um processo gradual de mudança linguística.

Com base nesse processo gradual, Lehmann (2002) propõe limites para o processo de gramaticalização, que, segundo esse autor, passa pelos seguintes estágios ou níveis de mudança:

Sintaticização > Morfologização > Desmorfemização

Este esquema mostra que a gramaticalização tem início com a **sintaticização**, que se verifica quando um elemento autônomo começa a exercer funções sintáticas e adquirir propriedades de categorias secundárias ou mais gramaticalizadas. Em seguida, ocorre a **morfologização**, quando o item em processo de gramaticalização começa a se prender ao

elemento/estrutura com o/a qual aparece junto, se transformando em afixo. Avançando no processo de gramaticalização, o item aglutina-se à forma/estrutura que acompanha, se transformando em forma flexional. Por fim, ocorre a **desmorfemização**, quando há apagamento dessa forma, que chegando a \emptyset , tem sua função, segundo Gonçalves, Lima-Hernandes, *et al* (2007), assumida pelo elemento ao qual se aglutinou.

Entretanto, esse processo não ocorre sempre dessa forma. De acordo com Santos (2010), não se sabe ao certo onde ele começa e onde termina. Além disso, itens em processo de gramaticalização podem não completar esse processo. É o que parece ter acontecido com *porém*, que, ao que tudo indica, parou na sintaticização. Alguns itens podem não substituir imediatamente as formas funcionais antigas, o que faz com que as duas coexistam, gerando, segundo Heine (1993), as ambiguidades. No entanto, essa realidade não se aplica a *porém* com valor ambíguo, uma vez que *proinde/por ende/poren* desapareceram.

Com base nos diferentes níveis que um item pode atingir no processo de gramaticalização, Hopper (1991) e Lehmann (2002) propõem princípios e parâmetros que nos permitem aferir o estatuto gramatical de uma forma linguística em níveis mais e menos avançados de gramaticalização.

Lehmann (2002) propõe seis parâmetros que possibilitam verificar o estatuto gramatical de itens linguísticos em estágio avançado de gramaticalização. Conforme esse autor, esses parâmetros são definidos pelo nível paradigmático e sintagmático. O nível paradigmático se divide em três parâmetros:

1- Integridade (peso no paradigma) - Esse parâmetro corresponde à perda semântica e fonológica de um item em relação a sua forma fonte, mostrando que o item está em grau avançado de gramaticalização.

2- Paradigmaticidade (coesão no paradigma) - Esse parâmetro corresponde ao grau de coesão entre os membros de um paradigma, medido pela regularidade e similaridade de

aspectos formais e funcionais. Segundo Lehmann (2002), quanto maior a coesão entre os itens de um paradigma, menor é o paradigma, e mais gramaticalizados estão os itens desse paradigma.

3- Variabilidade paradigmática (variação no paradigma) - Esse parâmetro consiste na obrigatoriedade do uso de um item de um determinado paradigma numa determinada estrutura sintática, o que significa que quanto menor a possibilidade de substituição desse item, mais gramaticalizado ele está.

O nível sintagmático também se divide em outros três parâmetros:

1- Escopo (peso no sintagma) - Esse parâmetro corresponde ao tamanho da estrutura sintática que o item ajuda a formar. Assim, segundo Lehmann (2002), quanto menor a estrutura, mais gramaticalizado está o item.

2- Conexidade (coesão no sintagma) - Esse parâmetro corresponde ao grau de coesão de um item com outros no sintagma. Segundo Lehmann (2002), o aumento de coesão é chamado de coalescência, e vai da justaposição à fusão, que é quando o item se torna afixo. Assim, quanto maior a coesão mais gramaticalizado está o item.

3- Variabilidade sintagmática (variação no sintagma) - Esse parâmetro corresponde à diminuição da autonomia de um item no sintagma, ou seja, menor liberdade ou variabilidade posicional. Assim, quanto mais fixo, mais gramaticalizado está o item em processo de gramaticalização.

Sabemos que *porém* está em processo de gramaticalização, portanto, para aferirmos o nível de gramaticalização desse elemento linguístico, e, assim, compreendermos melhor suas propriedades, nos apoiaremos nos princípios propostos por Hopper (1991), que permitem verificar graus de gramaticalidade de itens em estágio incipiente de gramaticalização, ou seja, menos gramaticalizados ou em processo inicial de gramaticalização.

Hopper (1991) propõe cinco princípios:

1- Estratificação (*layering*) – Diz respeito ao surgimento de novas formas funcionais. Segundo Hopper (1991), o item em processo de gramaticalização pode não substituir imediatamente a forma anterior, podendo, até mesmo, nunca substituí-la, e, assim, as formas podem coexistir, como já mencionamos.

Considerando esse princípio, não podemos dizer que *porém* coexiste com a forma antiga, pois ela desapareceu, mas que *porém* apresenta, em alguns contextos, alguns traços semelhantes aos de sua fonte adverbial.

2- Divergência (*divergence*) – Mostra que quando um item se gramaticaliza, a forma antiga é mantida em outros contextos, o que não se relaciona a *porém*, pois a forma da qual surgiu, deixou de existir.

3- Especialização (*specialization*) – Indica que quanto menor a possibilidade de substituição de um item, mais gramaticalizado ele está, ou próximo de gramaticalizar-se.

Esse princípio apresenta certa semelhança com o parâmetro da variabilidade paradigmática (obrigatoriedade) de Lehmann (2002). Por meio desse princípio, é possível dizer que *porém* pode ser substituído por outros elementos adversativos, na maioria dos casos, com exceção de **mas**, que somente pode substituir *porém*, se esse último ocorrer entre orações coordenadas. Além disso, em contextos em que *porém* apresenta valor ambíguo, ele pode ser substituído por elementos que estabelecem relação de conclusão e/ou explicação. Portanto, segundo o princípio da especialização, *porém* está pouco gramaticalizado como conjunção.

4- Persistência (*persistence*) – Relaciona-se ao fato de a forma gramaticalizada preservar alguns traços da forma original, o que “pode ocasionar restrições sintáticas” para a forma gramaticalizada. (GONÇALVES; CARVALHO, 2007, p. 83).

Esse último princípio é o que melhor nos ajuda a explicar as propriedades adverbiais de *porém*, pois nos permite afirmar que esse elemento linguístico apresenta propriedades que se aproximam das propriedades de advérbios, por preservar traços de sua fonte adverbial, e

que, portanto, mobilidade, coocorrência e ambiguidade (valor conclusivo-explicativo) são propriedades que ele conserva de *proinde*.

Como restrição sintática da preservação de traços de sua fonte adverbial, podemos considerar o fato de, como aponta Perini (2006), **porém** não poder coordenar SNs, nem mais de dois membros, ou seja, **porém** fica impedido de se comportar como uma autêntica conjunção coordenada adversativa.

5- Decategorização (*de-categorialization*) – Verifica a perda de traços morfológicos e sintáticos de categorias primárias (lexicais – nomes, verbos, adjetivos), que assumem propriedades de categorias secundárias (gramaticais – preposições, conjunções, advérbios), ou seja, esse princípio consiste na especialização do item.

Porém sempre pertenceu às categorias secundárias: advérbio (por volta dos séc. XIII e XIV) e conjunção (a partir do séc. XV). Por esse motivo, só podemos falar em transição de categoria secundária com maior variabilidade (advérbio) para categoria secundária com menor variabilidade (conjunção), ou seja, de – gramatical para + gramatical, com uma ressalva: **porém** não completou o processo de transição de advérbio para conjunção, pois, apesar de ter adquirido o valor adversativo, segundo Longhin (2003), crescente desde o séc. XV, esse elemento ainda apresenta propriedades de sua forma fonte, como verificado pelo princípio da persistência.

Os princípios de Hopper (1991) nos mostram que **porém** ainda conserva traços de sua fonte adverbial *proinde*, o que nos ajuda a compreender que a sua relação com sua fonte adverbial é decorrente de uma gramaticalização ainda em processo, e que, por isso, **porém** apresenta propriedades mais próximas dos advérbios do que das conjunções. Essa explicação é consoante à classificação fornecida por Neves (2000): advérbio juntivo.

As propriedades de **porém** são, na verdade, reflexo do seu funcionamento discursivo, ou seja, são resultado do uso que os falantes da língua fazem desse elemento, de acordo com

as suas necessidades/intenções comunicativas. Isso significa, portanto, que, se *porém*, no momento atual da Língua Portuguesa, ainda apresenta propriedades de sua forma fonte, ou seja, de advérbio, é porque essas propriedades são, de alguma forma, necessárias para os falantes da Língua Portuguesa. Tanto isso é verdade que, após cinco séculos, do século XVI para o atual XXI, podemos dizer que não houve pressão significativa dos usuários da Língua Portuguesa do Brasil para que esse elemento se tornasse definitivamente uma conjunção como **mas**, ou que ainda não houve tempo suficiente para que o sistema da língua reanalizasse sua estrutura sintática, configurando-o definitivamente como conjunção.

Essa realidade, talvez, se deva ao fato de os falantes da Língua Portuguesa do Brasil já contarem com **mas** para relações sintático-semânticas de conjunção coordenada adversativa. Dessa forma, *porém* pode ser entendido como um elemento linguístico que, por meio de suas propriedades sintáticas, possibilita outras relações adversativas a serem estabelecidas na interação.

Considerando, portanto, a realidade de *porém*, fica clara a influência que o uso da língua exerce na gramática, o que nos leva a acreditar que a língua tem por principal função a de possibilitar aos seus usuários atingir linguisticamente seus objetivos. Isso significa que cada elemento da língua desempenha uma função que colabora para o sentido que o produtor pretende construir e que chegue ao seu interlocutor, o que leva, portanto, segundo Koch (2008), ao reconhecimento de um valor argumentativo da gramática.

A partir desse reconhecimento, é possível aproximar interação e argumentação, caracterizando, como afirma Koch (2008), a interação como fundamentalmente argumentativa, ou, como afirma Ducrot (1981), a linguagem como essencialmente argumentativa, e disso concluir que por meio da linguagem “pretendemos orientar os enunciados que produzimos no sentido de determinadas conclusões”, ou seja, utilizamos a língua sempre com alguma intenção. (KOCH, 2003, p. 29).

1.4 A VISÃO ARGUMENTATIVA DA LÍNGUA

A visão argumentativa da língua nos permite perceber que elementos como *porém* são mais do que conectores oracionais que possuem sentido e função previsíveis, segundo a maioria das gramáticas normativas da Língua Portuguesa do Brasil.

Tradicionalmente, como tratado no início deste capítulo, elementos como *porém* são conjunções coordenadas adversativas, que estabelecem relação de coordenação entre orações. Sob o ponto de vista funcional, pode-se afirmar que esses elementos estabelecem muito mais do que relações de parataxe (coordenação), ou seja, relações entre termos sintaticamente independentes, mas relação entre termos semanticamente interdependentes, e disso se entende, como afirma Koch (2008), que qualquer oração é necessária para a compreensão das demais, sendo, por isso, inadequado falar em relações de independência entre as orações.

Dessa forma, as relações de coordenação são vistas, conforme Neves (2002) e Koch (2008), como estruturas semânticas em que ocorrem sucessões de proposições, o que, para Guimarães (1987), atribui à coordenação a função de estruturar orações em texto, e às conjunções coordenadas a função de operadores discursivos, segundo Koch (2003; 2005), ou operadores Argumentativos (O.A.), segundo Ducrot (1981).

Os operadores argumentativos são elementos que auxiliam na construção argumentativa do texto, ou seja, colaboram para a construção do sentido do texto. Esses elementos participam ativamente da tessitura textual, uma vez que vão estabelecendo as relações semânticas/argumentativas entre os enunciados por relações de força, orientando-os para a conclusão a que se pretende chegar ou para o sentido global do texto.

A orientação argumentativa “é o modo de organização do texto cuja materialidade são a coordenação e segmentação²”, ou seja, é a direção para a qual vai um enunciado/argumento em relação a uma determinada conclusão. Assim, por exemplo, se, por um lado, a intenção do produtor do texto é orientar o enunciado/argumento para o sentido contrário do que vinha sendo dito no texto, ele utiliza um operador que permite introduzir e orientar o enunciado para a direção contrária. Se, por outro lado, a intenção for manter o sentido, ou seja, introduzir um argumento que mantenha a direção para a qual progredia o sentido do texto, ele utiliza um operador que permite introduzir e orientar o enunciado/argumento para a mesma conclusão do(s) argumento(s) anteriormente apresentado(s) no texto. (GUIMARÃES, 1987, p. 195).

Os enunciados que são orientados para uma mesma conclusão constituem, segundo Ducrot (1981), uma **classe argumentativa**, na qual os argumentos podem se hierarquizar, constituindo, assim, uma **escala argumentativa**. Segundo Guimarães (1987), a primeira “é definida por uma conclusão e constituída pelos enunciados, cujos conteúdos podem ser argumento para tal conclusão”, e a segunda “é uma classe argumentativa em que se configura uma relação de força maior ou menor dos conteúdos dos enunciados.” (GUIMARÃES, 1987, p. 26-28).

A força argumentativa pode ser definida em termos da relevância de um enunciado/argumento para o sentido do texto. Assim, se um argumento é importante para o sentido ao qual o produtor pretende chegar no e com o texto, o argumento, com a ajuda de um determinado operador, prevalece sobre outros apresentados anteriormente, e, portanto, é mais forte. Se não for esse o caso, será estabelecida uma relação de sentido que fará prevalecer argumentos anteriores ou posteriores ao introduzido pelo operador, que, nesse caso, introduz argumento mais fraco. Por meio dos operadores, é possível, ainda, introduzir argumentos com força igual a de argumentos anteriores, ou seja, nem mais fortes, nem mais fracos.

² Segundo Guimarães (1987), a segmentação diz respeito à relação estabelecida entre orações dependentes e paralelas, por meio das quais não é possível, por exemplo, a inversão ou mobilidade de nenhuma das orações envolvidas. Ex: orações com **não só...mas também**.

Essas relações de orientação e força são determinadas tanto pelo conteúdo dos enunciados, como afirma Guimarães (1987), quanto por meio do uso de operadores argumentativos, por meio dos quais:

- 1) pode-se construir a partir de P uma frase P' pela introdução de X em P;
- 2) um enunciado de P e um enunciado de P' têm valores argumentativos nitidamente diferentes;
- 3) esta diferença argumentativa não pode ser derivada de uma diferença factual entre as informações fornecidas. (DUCROT, 1989, p. 18).

Portanto, o sentido argumentativo de um enunciado (força e orientação) ocorre pela interrelação que existe entre a sua própria significação, ou seu sentido literal, e a interferência de orientação linguística que esse enunciado recebe de um determinado operador argumentativo, decidida pelo produtor, em conformidade com as relações de sentido que ele deseja que prevaleçam ou não no texto. Por esse motivo, pode-se dizer que por meio dos operadores é possível perceber as intenções do produtor, ou seja, que esses elementos “marcam a própria enunciação do enunciado”. (GUIMARÃES, 1995, p. 50).

Esse caráter enunciativo dos operadores faz deles elementos facilitadores da interação, que: (i) oferecem ao produtor meios mais eficazes de manifestar sua intenção; (ii) oferecem ao receptor meios mais claros de interpretação da informação recebida na interação.

Os operadores argumentativos são, dessa forma, importantes instrumentos da interação verbal, que possibilitam ao produtor e ao receptor interagirem por meio de diversas relações de sentido, que, segundo Koch (2003; 2005), são relações de:

- conjunção – **e, também, não só... mas também, tanto...como, ainda, nem (= e não), além de..., além disso..., a par de...** Esses operadores introduzem argumentos que se somam a argumentos anteriores e que convergem para a mesma conclusão;
- disjunção argumentativa – **ou, ou então, quer... quer, seja... seja.** Esses operadores introduzem argumentos alternativos, que resultam em conclusões diferentes ou opostas, levando o interlocutor a uma escolha;

- contrajunção – **mas, porém, contudo, todavia, no entanto, embora, ainda que, posto que, apesar de (que)**. Esses operadores introduzem argumentos que se contrapõem a argumentos anteriores e que são orientados para conclusão contrária, fazendo prevalecer os argumentos que introduzem;
- explicação ou justificativa – **que, pois, porque, já que**. Esses operadores introduzem argumentos que explicam ou justificam argumentos anteriores;
- comprovação – **tanto que**, etc. operador desse tipo introduz argumento que comprova argumentos anteriores;
- conclusão – **portanto, logo, pois, por conseguinte, em decorrência, consequentemente**. Esses operadores introduzem a conclusão relativa a argumentos apresentados anteriormente;
- comparação – **como, mais... que, menos...que, tão... como**. Esses operadores introduzem argumentos que estabelecem relação de comparação com argumentos anteriores, com vistas a uma determinada conclusão;
- generalização ou extensão – **aliás, também, é verdade que, bem**, etc. Esses operadores introduzem argumentos que expressam uma generalização de fatos contidos em argumentos anteriores;
- especificação ou exemplificação – **por exemplo, como**, etc. Esses operadores introduzem argumentos que exemplificam ou especificam fatos mais gerais contidos em argumentos anteriores;
- contraste – **mas, ao passo que**, etc. Esses operadores introduzem argumentos que contrastam com argumentos anteriores e produzem efeito retórico;
- correção ou redefinição – **isto é, se, ou, ou melhor, de fato, pelo contrário**, etc. Esses operadores introduzem argumentos que corrigem ou redefinem argumentos anteriores.

Além dessa série de operadores apontados, existem outros, que segundo Koch (2003):

(i) introduzem argumentos mais fortes no sentido de determinadas conclusões: **até, mesmo, até mesmo, inclusive**; (ii) introduzem conteúdos pressupostos: **já, ainda, agora**; (iii) introduzem argumentos que vão para direções opostas, como é o caso de **um pouco e pouco**.

Dada a relevância dos operadores argumentativos para o processo de interação verbal, o qual revela que esses elementos são instrumentos do jogo linguístico-argumentativo estabelecido entre os usuários da língua, torna-se importante ampliar o contexto linguístico dos elementos tradicionalmente tidos como conjunções coordenadas e

pôr em evidência, na descrição gramatical da língua, os paradigmas constituídos de elementos de valor essencialmente argumentativo, elementos esses que, ao selecionar enunciados capazes de constituírem a sequência do discurso, são responsáveis pela sua orientação argumentativa global, no sentido de levarem o interlocutor a um tipo de conclusões, em detrimento de outras. Relevante, é, também, especificar as conclusões a favor das quais os enunciados que os contém podem servir de argumentos, ou seja, as possibilidades discursivas que, a partir deles, se abrem. (KOCH, 2008, p. 107-108).

De acordo com Koch (2003; 2005), **porém** é operador argumentativo de contrajunção. Por meio dessa função, ele orienta o enunciado/argumento que introduz para a conclusão contrária do(s) enunciado(s)/argumento(s) anterior(es), o que resulta na eliminação do(s) argumento(s) anterior(es) e prevalência do argumento introduzido por esse ele. Ou seja, **porém** funciona como elemento de refutação/eliminação e com essa função os enunciados orientados por esse elemento constituem classes argumentativas diferentes e, portanto, não formam escala argumentativa.

Por meio da relação de contrajunção estabelecida por **porém**, o produtor do texto apresenta, em primeiro plano, um argumento que, inicialmente, é aceito para uma determinada conclusão (R). Em seguida, o produtor apresenta outro argumento, introduzido por **porém**, que, de certa forma, invalida o argumento anterior e orienta a conclusão para o contrário dela, ou seja, ~(não)R.

Podemos dizer que a abordagem argumentativa da gramática não se preocupa efetivamente com o funcionamento sintático e semântico de *porém*, por termos percebido que:

(i) *porém* é descrito semanticamente com base em apenas uma função: de contração (eliminação); (ii) *porém* é descrito sintaticamente com base somente em uma posição: encabeçando a oração que introduz.

Dessa forma, considerando o estatuto gramatical de *porém*, tratado neste capítulo, ou seja, as propriedades sintáticas e semânticas desse item, percebemos que *porém* introduz argumentos em diferentes posições, tendo em vista a mobilidade desse elemento e que ele não preenche somente a função de contração, mas que ele desempenha multifunções que resultam em outras formas de orientação argumentativa. As funções de correção e contraposição na mesma direção são exemplos disso, exemplificadas, respectivamente, pelas ocorrências 02 e 03, apresentadas a seguir:

(02) *Mas essa enganosa sensação de mudança marcada pela passagem de um ano para outro nos dá uma deleitosa euforia, nos enche de esperanças. **PORÉM** o que se modifica mesmo com a passagem de mais um ano, são as nossas características biológicas, nosso desenvolvimento intelectual e social de acordo com o tempo de existência. (O novo ano, **Gazeta de Alagoas**. 29/12/2009).*

A intenção do produtor, na ocorrência 02, é, por meio do argumento introduzido por *porém*, chamar a atenção do leitor para a realidade, defendendo a ideia de que o que realmente interessa na passagem de um ano para outro é o fato de envelhecermos. Com a introdução desse argumento, *porém* orienta o enunciado para uma conclusão diferente da conclusão do argumento anterior, corrigindo-o.

(03) *As gemas estão classificadas de acordo com as suas composições químicas. Existem os grupos de quartzos, de berilos, de coríndons, etc. **PORÉM** o mais importante por sua beleza, seu brilho e dureza é o dos diamantes, mineral monométrico que provem do carbono puro. Além de sua importância na confecção das joias de alto valor, é usado, também, na indústria. (As pedras preciosas e suas peculiaridades – **Jornal Gazeta de Alagoas**. 11/05/2010.).*

Na ocorrência 03, o argumento introduzido por **porém** (*o mais importante por sua beleza, seu brilho e dureza é o dos diamantes, mineral monométrico que provem do carbono puro.*) aponta para o grupo do carbono puro como o mais importante dentre os grupos de gemas, dessa forma, **porém** estabelece, com o argumento anterior (*Existem os grupos de quartzos, de berilos, de coríndons, etc.*), a relação de contraposição na mesma direção, pela qual os argumentos se hierarquizam para a mesma conclusão e o argumento introduzido por **porém** é superior ao anterior.

A ocorrência 03 nos mostra, portanto, que os argumentos orientados por **porém** não constituem sempre classes argumentativas diferentes, mas que quando **porém** exerce a função de contraposição na mesma direção, os argumentos orientados por ele constituem mesma classe argumentativa e formam escala argumentativa, ou seja, se hierarquizam.

As ocorrências 02 e 03 nos mostram, então, que **porém** não orienta argumentos para somente conclusões contrárias, e que não exerce somente a função de contrajunção, mas que, dependendo das intenções comunicativas do produtor do texto, ele pode, também, orientar os argumentos que introduz para conclusões apenas diferentes, exercendo a função de correção, e para mesma conclusão, com a função de contraposição na mesma direção. Portanto, faz-se necessário verificar o funcionamento desse elemento linguístico.

Para isso, é necessário partir do contexto de realização de **porém**, isto é, das situações de interação em que, normal ou frequentemente, se faz uso dele.

Porém, como já mencionado neste estudo, é um elemento que, tradicionalmente, de acordo com a maioria das gramáticas normativas de Língua Portuguesa do Brasil, exerce a função de contraste. No entanto, quando colocado em uso, conforme Neves (2000), **porém** exerce, além dessa, outras formas de contraposição. Podemos afirmar, então, que **porém** relaciona ideias em desacordo, o que faz com que ele seja colocado em uso quando há a necessidade do locutor de representar dois personagens ou personagens diferentes: um que

representa a opinião contrária à do locutor e outro que representa a sua própria opinião. Isso nos permite dizer que os discursos formulados por *porém* constituem, conforme Ducrot (1987), discursos polifônicos.

O discurso polifônico é constituído por um conjunto de “vozes”, que, segundo Ducrot (1987), equivalem a: L – (locutor) responsável pelo enunciado; λ – (locutor) enquanto ser do mundo; E – enunciator.

O locutor – L – é o responsável pela realização do enunciado (quem ou o que motivou a realização), pois é por meio dele que um enunciado é colocado em uso; o locutor enquanto ser do mundo – λ – é a origem do enunciado (quem fala ou escreve), e os enunciadores – E – são formas, segundo Ducrot (1987), de o locutor apresentar diferentes pontos de vista, representando, assim, diferentes “personagens”, dos quais, são marcas indicativas no texto, os operadores argumentativos, não só os de contrajunção (*porém*), mas também, segundo Koch (2003), os de correção e conclusão, com os quais *porém* também se relaciona de alguma forma.

Podemos afirmar, então, que *porém* participa de enunciados em que há dois ou mais personagens, ou seja, dois ou mais pontos de vista diferentes, o que faz com que esse elemento seja usado em situações em que o produtor vê a necessidade de representar diferentes personagens no texto.

Essa necessidade aparece em situações de interação em que o produtor acredita ou percebe que o receptor não compartilha da mesma opinião que a dele, ou seja, eles não concordam, e, dessa forma, o produtor tem de convencer o receptor acerca de seu ponto de vista, sendo, necessário, portanto, a construção de um discurso por meio do qual seja possível modificar a informação pragmática do seu interlocutor. Essas características nos levam ao tipo textual argumentativo “*stricto sensu*”. (TRAVAGLIA, 1991).

Considerando que o contexto mais comum de realização de *porém* parece ser o argumentativo “*stricto sensu*”, para tratarmos de seu funcionamento, dentre os gêneros escritos, escolhemos o artigo de opinião, porque, segundo Rodrigues (2005), esse gênero apresenta uma configuração linguístico-composicional que favorece o emprego de elementos como *porém*. Além disso, a observação de gêneros que sejam predominantemente argumentativos “*stricto sensu*” nos oferece chances ainda maiores de encontrarmos diferentes usos de *porém*.

CAPÍTULO 2

O GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO

Os gêneros do discurso são identidades das diversas e diferentes manifestações textuais elaboradas pelos usuários de uma língua para atender às suas necessidades comunicativas. Isso significa que as decisões linguísticas tomadas por esses usuários se dão em conformidade com a função que um determinado gênero preenche numa determinada situação de interação. Portanto, ao tratarmos do gênero artigo de opinião lidamos com duas dimensões: a discursiva e a linguística.

2.1 DIMENSÃO DISCURSIVA DO ARTIGO DE OPINIÃO

O artigo de opinião é um gênero discursivo que pode ser considerado como pertencente à esfera jornalística ou ao domínio discursivo jornalístico. Por ser um gênero representante da modalidade escrita de língua, normalmente aparece em jornais impressos, que são meios de comunicação de massa comprometidos com assuntos que dizem respeito à sociedade de maneira geral.

Os jornais são suportes de diferentes gêneros que contemplam os interesses das diversas camadas sociais, desde as mais populares até as mais eruditas. Assim, é possível encontrar, nos diferentes jornais, além dos gêneros tradicionalmente jornalísticos, como

notícias e reportagens, outros gêneros que podem ser veiculados por outros suportes, como obituários, resumos, programações, horóscopo, etc.

Segundo Rodrigues (2005), o artigo de opinião é destinado a um público pertencente a classes mais altas da sociedade. Isso faz com que esse gênero seja pouco encontrado em jornais voltados para classes populares. Nos artigos de opinião observa-se o tratamento de

assuntos ou problemas sociais controversos, buscando chegar a um posicionamento diante deles pela sustentação de uma idéia, negociação de tomada de posições, aceitação ou refutação de argumentos apresentados. (UBER, 2007/2008, p. 4).

O artigo de opinião exige do leitor uma capacidade de leitura e avaliação crítica dos temas tratados nesse gênero, de maneira que, o que diferencia esse gênero de outros gêneros presentes nos jornais considerados mais populares, não é o tema, mas a forma de tratá-lo.

Assim, o assunto pode ser novela, por exemplo, mas a abordagem temática do artigo de opinião não consistirá em informar o leitor sobre os próximos capítulos, mas, em promover um debate (indireto) com o leitor sobre questões sociais possíveis de serem tratadas a partir da temática que o gênero apresenta. Vejamos:

Quinta-Feira, 31 de Dezembro de 2009

Feliz ano-novo, segundo a novela

Eugênio Bucci

De todas as mensagens de feliz ano-novo que inundam a televisão nestes dias de festas, a mais persistente é a que nos chega todas as noites ao fim dos capítulos da novela Viver a Vida (Rede Globo, 21 horas). Terminado o episódio, entra em cena o depoimento de alguém da vida real, com a sua própria história de vida. São pequenas histórias de superação, como ficou na moda dizer, que servem para corroborar o tema central da ficção.

Viver a Vida, escrita por Manoel Carlos, gira em torno do drama de Luciana (interpretada por Aline Moraes), cuja carreira de modelo profissional é interrompida por um acidente que a deixa tetraplégica. De um dia para o outro, ela passa a conviver com limitações físicas severas e precisa se reprogramar, ou, em outras palavras, precisa superar sua tragédia se quiser reencontrar o caminho da felicidade. A superação é o mote central da novela: é a ideia de superação que orienta o percurso de todos os personagens. Cada um a seu modo, eles tentam vencer seus limites. Para a namorada do médico o desafio é se curar do alcoolismo. Para a garçonete bonita que vive na casa do dono do restaurante o obstáculo é vencer os fantasmas do passado e as consequências dos erros que cometeu. Para outros a principal barreira é aceitar uma crueldade do destino caprichoso e encontrar um modo de seguir adiante.

Aí é que entram as pessoas reais que dão seus depoimentos ao final dos capítulos. Todas elas narram episódios traumáticos por que passaram e contam como, em meio a adversidades, tiveram de reinventar a vida. A mensagem é sempre a mesma: viver é superar e superar-se. Assim, por meio dos depoimentos, a realidade entra em cena para dizer que a ficção está certa.

O lastro de "vida real" reforça a identidade do público com a trama fictícia, com uma autoridade praticamente inquestionável. Às vezes, ele já vem embutido na própria obra. Em 1982, por exemplo, um autor estreante, Marcelo Rubens Paiva, comoveu o País com um best-seller que era, ele mesmo, um depoimento de vida real. Explicitamente autobiográfico, *Feliz Ano Velho* relatava, sem meias palavras, como o autor-protagonista reaprendeu a viver numa cadeira de rodas e venceu. Agora, na TV, o sofrimento da modelo Luciana é fictício, mas os "personagens reais", com suas falas na primeira pessoa, conferem à ficção o mesmo lastro de realidade. Aconteça o que acontecer, nós temos de **acreditar** que o novo ano será mais feliz que o ano velho. É disso que Luciana e todos aqueles depoimentos de final de capítulo nos tentam convencer.

O diálogo entre ficção e realidade vem-se aperfeiçoando velozmente na indústria do entretenimento, com resultados cada vez mais potentes. O mesmo recurso - inserir falas de gente como a gente no fecho de cada episódio - já foi testado pelo próprio Manoel Carlos numa novela anterior, *Páginas da Vida*, de 2006. Agora, porém, o procedimento mostra-se mais certo. A sintonia entre as falas das personagens fictícias e o discurso das pessoas reais é tão bem calibrada que parece que a realidade começou a falar a língua da ficção. A tal ponto que cabe perguntar: é a realidade que inspira a ficção ou a ficção que ordena a realidade?

À primeira vista, fica no telespectador a impressão de que a novela apenas toma por base as tragédias anônimas para transformá-las numa peça ficcional de grande força. No entanto, à medida que se vão sucedendo os depoimentos, noite após noite, outra percepção ganha corpo: a de que os relatos das diversas pessoas reais parecem reeditar um texto mais ou menos igual. Aquelas pessoas nunca conversaram entre si, mas, é estranho, elas falam o mesmo texto: a minha vida transcorria normalmente, veio uma fatalidade, eu não me entreguei, lutei, e hoje sou mais feliz do que antes.

De onde vem esse texto único? Já sabemos que todos os melodramas se parecem: moça pobre, príncipe encantado, vilões, o bem contra o mal, o paraíso do amor eterno, etc. Sabemos também que a saga do herói dá a estrutura narrativa, com poucas adaptações, das novelas de TV e dos filmes de Hollywood. Mas agora estamos vendo algo de sutilmente novo: gente de carne e osso que, ao falar de sua trajetória individual, reproduz a narrativa do melodrama. Isso não invalida a verdade que esses relatos nos transmitem, nem reduz o seu valor, ou sua autenticidade, mas deveria fazer-nos pensar.

Será que, sem as categorias narrativas do entretenimento, nós teríamos os recursos linguísticos para descrever as nossas próprias subjetividades? Será que, sem buscar as imagens da ficção, seríamos capazes de dizer quem somos, ou como nos vemos? É bem provável que não. E antes que alguém se apresse a dizer que desde sempre o humano se apoia nos mitos para se compreender e para se comunicar, é preciso lembrar que, na nossa era, os mitos não vêm mais da religião ou da literatura, nem mesmo da arte propriamente dita, mas da indústria que promove a diversão. A novela, assim como retrata o nosso tempo, sintetiza a linguagem pela qual aprendemos a dizer quem somos. Não estamos mais na era da chamada indústria cultural: estamos na era em que cada sujeito anônimo, ao falar de si, fala as narrativas da indústria cultural, que, por sua vez, vai se abastecer exatamente dessas muitas falas. E a isso muitos vêm chamando, inadvertidamente, profusão de individualidades. Ora, como falar em profusão de individualidades se as individualidades se copiam umas às outras em escala industrial?

Fora tudo isso, que o novo ano seja melhor que o ano velho. E que sejamos felizes, mesmo sabendo que, na vida real, ser feliz nada mais é que a ilusão de nos darmos bem no melodrama que, precariamente, inventamos para nós mesmos.

Eugênio Bucci, jornalista, é professor da ECA-USP – **Jornal O Estado de São Paulo**.

No artigo apresentado, o título e alguns trechos destacados mostram o enfoque dado pelo articulista ao tratamento do tema de uma novela, apresentada por uma emissora de televisão brasileira.

Verifica-se que, devido ao fato de o artigo de opinião ser um gênero que objetiva debater assuntos sociais diversos e controversos, os produtores desse gênero discursivo são, normalmente, como afirma Rodrigues (2005), especialistas em determinados assuntos e os

leitores são pessoas que buscam a avaliação desses mesmos assuntos. Dessa forma, podemos dizer que há uma relação relativamente simétrica entre produtor e receptor desse gênero, uma vez que ambos podem compartilhar do mesmo conhecimento ou podem ter conhecimento parecido a respeito do(s) tema(s) discutido(s).

O produtor de artigo de opinião é alguém capaz de formar ou modificar opiniões sobre determinado tema de interesse dos leitores, por isso, é convidado pelo jornal. O jornal tem como critério a especialidade do produtor, pois, com isso, se tem a voz de alguém autorizado a falar sobre determinado assunto, o que dificilmente será refutado pelo(s) leitor(es) que não possui(em) o mesmo conhecimento específico do articulista.

O articulista é, então, alguém responsável pelo assunto tratado no artigo, de forma que o texto vem acompanhado da autoria e da especificação da sua especialidade. Por esse motivo, o artigo de opinião é também conhecido, segundo Rodrigues (2005), como artigo assinado. A assinatura do articulista aparece, normalmente, em nota de rodapé (como pode ser observado no artigo anteriormente apresentado), por meio da qual é possível perceber que existe uma relação, mais ou menos direta, entre o assunto que é tratado no artigo e a especialidade do produtor do texto.

Essas características do artigo de opinião nos levam a acreditar que é necessário ter conhecimento profundo sobre um tema para que seja possível o fornecimento de argumentos irrefutáveis, que levem o leitor ao convencimento. Assim, consideramos que a explicitação da especialidade do produtor é uma forma de conferir maior credibilidade ao seu discurso, o que funciona como estratégia de persuasão, ou, segundo Ducrot (1987), como argumento de autoridade, no sentido de que a especialidade do produtor, de certa forma, fundamenta e autoriza o seu discurso.

Além disso, o fato de o nome do autor e da sua especialidade estarem expressos no texto mostra que o produtor não fala em nome do jornal, mas em nome da área de sua

especialidade. Nesse sentido, o discurso do artigo de opinião representa os discursos de diferentes esferas sociais inseridos na esfera jornalística.

As características discursivas do gênero artigo de opinião nos permitem, então, perceber, como afirma Rojo (2000, p. 226), que ele é um gênero discursivo que “busca convencer o outro de uma determinada ideia”, ou seja, a interação entre produtor e receptor nesse gênero se constitui, principalmente, pela argumentação “*stricto sensu*”, o que nos permite afirmar que esse é um gênero essencialmente argumentativo, ou, como entendem Dolz e Schneuwly (2004), um gênero da ordem do argumentar.

A forma como o articulista constrói o discurso, objetivando convencer o(s) leitor(es), consiste de um processo textual argumentativo, que, em síntese, segundo Rodrigues (2005), tem início quando o produtor apresenta o tema, apoiando-se em conhecimentos comuns ou ideológicos, capazes de conquistar a confiança do(s) leitor(es), levando-o(s) à posição de co-autor(es).

Na sequência desse processo, o produtor começa a se distanciar do discurso do qual vinha se apropriando e oferece outros posicionamentos a seu interlocutor, orientando-o para a conclusão a que pretende chegar. Nesse momento, o produtor, segundo Rodrigues (2005), se vale de estratégias estilístico-composicionais que possibilitam a refutação e o distanciamento, como: ironias, aspas, negação, e o uso de operadores argumentativos, como **mas**, por exemplo. Ao final desse processo argumentativo, o produtor atinge, então, o principal objetivo do gênero discursivo artigo de opinião: modificar ou formar opinião.

O processo de textualização do modo de interação que objetiva convencer o outro ocorre pelo tipo textual argumentativo “*stricto sensu*”.

2.2 DIMENSÃO LINGUÍSTICA DO ARTIGO DE OPINIÃO

O tipo argumentativo “*stricto sensu*”, segundo Fávero e Koch (1987), é definido por três dimensões que se interrelacionam: (i) pragmática; (ii) esquemática global; (iii) linguística de superfície. A primeira consiste, basicamente, na intenção do locutor textualizada nos diferentes gêneros. Segundo Travaglia (1991), essa dimensão está relacionada ao modo de interação ou à forma de os interlocutores se relacionarem linguisticamente, ativada em situações discursivas em que se vê a necessidade de convencer ou persuadir o outro. A segunda diz respeito à superestrutura desse tipo e às categorias dessa superestrutura que compõem os gêneros no processo de textualização. E, finalmente, a terceira diz respeito às marcas linguísticas presentes nesse tipo de texto.

Ao lado do tipo argumentativo “*stricto sensu*”, segundo Travaglia (1991), temos o tipo argumentativo não “*stricto sensu*”. Enquanto o primeiro - discurso da transformação - caracteriza-se pela perspectiva do locutor, segundo a qual seu(s) interlocutor(es) não concorda(m) com ele, sendo, portanto, necessária a construção de um discurso que possibilite ao produtor do texto convencer ou persuadir seu(s) receptor(es), o segundo - discurso da cumplicidade - consiste no contrário, ou seja, o locutor parte do pressuposto de que seu(s) receptor(es) concorda(m) com ele, não sendo, portanto, necessário que ele se esforce para convencê-lo(s) ou persuadi-lo(s).

Essas formas de argumentação estão presentes em todas as formas de comunicação, pois o uso da linguagem não é neutro, não é somente informacional. Ao interagirem, os usuários da língua têm sempre algum objetivo, o que significa que não existe uso linguístico que não seja argumentativo, ou seja, a linguagem é essencialmente argumentativa.

Os tipos argumentativo “*stricto sensu*” e não “*stricto sensu*” são entendidos por Travaglia (1991) como tipos à parte dos tipos que considera fundamentais: narrativo, descritivo, dissertativo e injuntivo, pois esses tipos diferenciam-se pela perspectiva em que se situa o produtor do texto. Os tipos fundamentais instauram um modo de enunciação/interlocução a partir da perspectiva do enunciador/locutor em relação ao objeto do dizer quanto ao fazer/acontecer ou saber/conhecer, situado ou não no tempo ou no espaço. Já o modo de interação dos tipos argumentativos consiste na perspectiva do locutor no dizer situado na concordância ou discordância do receptor.

Por outro lado, Fávero e Koch (1987) propõem o tipo argumentativo “*stricto sensu*” ao lado dos tipos narrativo, descritivo, expositivo ou explicativo³, injuntivo ou diretivo e preditivo⁴. Essas autoras afirmam que todos esses tipos são estabelecidos por macroatos de fala, e que o tipo argumentativo “*stricto sensu*” é estabelecido pelo macroato de convencer e/ou persuadir.

Deixadas de lado as diferenças de classificação tipológica, podemos concluir que a argumentação “*stricto sensu*” é o prototípico tipo argumentativo, correspondendo, como afirma Travaglia (1991), ao grau máximo da argumentação. Assim, pela dimensão pragmática, podemos dizer que o tipo argumentativo é instaurado pelo modo de interação (TRAVAGLIA, 1991) ou macroato (FÁVERO e KOCH, 1987) de convencer ou persuadir. Argumentar, em ambos esses sentidos, significa enfrentar uma situação discursiva em que o receptor não concorda com o locutor.

A segunda dimensão, esquemática global, diz respeito ao esquema geral de organização do texto, conhecido como **superestrutura**, definida, segundo Van Dijk (1983), por categorias e regras de formação, que são responsáveis pela organização hierárquica das partes do texto.

³ Travaglia (2009) propõe o expositivo e o explicativo como subtipos do tipo dissertativo.

⁴ Esse tipo também é proposto por Travaglia (1991) como um tipo à parte dos fundamentais.

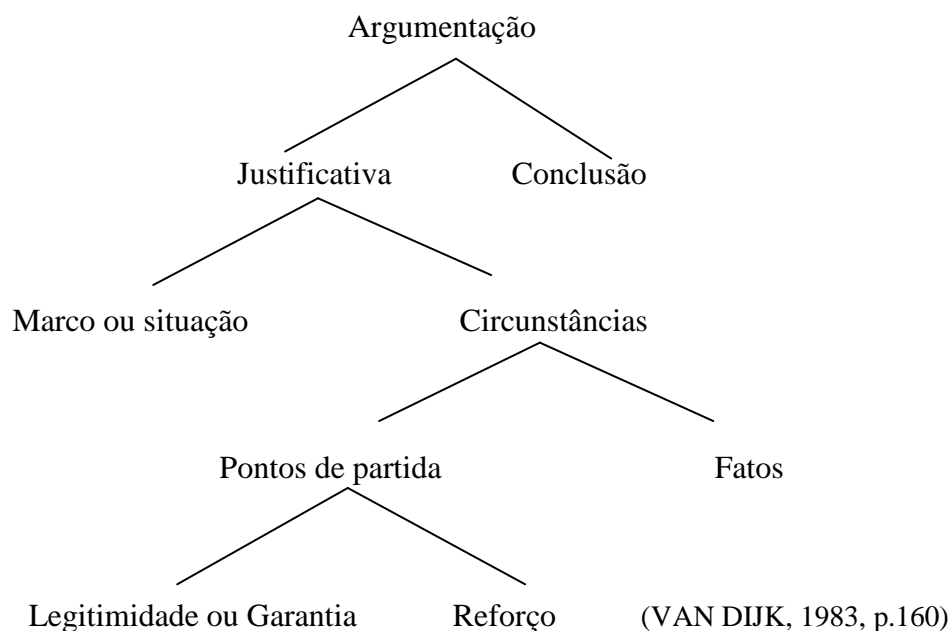
As superestruturas, segundo Van Dijk (1983), fazem parte de nossa capacidade linguística e comunicativa global, o que explica, em grande parte, como reconhecemos tipos textuais como narrativos, por exemplo. Segundo esse autor, é inútil para um falante de uma língua reconhecer seus sistemas gramaticais “sem saber reproduzir acontecimentos cotidianos com uma narração própria ou sem poder compreender o que os outros contam.” (VAN DIJK, 1983, p. 143).

Bronckart (2003), por sua vez, afirma que as sequências discursivas constituem o nível maior de estruturação dos textos, pois elas são formas de organização linear dos conteúdos armazenados na memória de forma hierárquica, que organizam e integram macroproposições (conjuntos de proposições, que podem ser constituídas de uma única proposição), que constituem as macroestruturas no nível da infraestrutura textual que, segundo esse autor, é o que se tem denominado superestrutura.

Diferentemente de Bronckart (2003), Van Dijk (1983) afirma que as superestruturas são independentes das macroestruturas, uma vez que as primeiras são definidas pela forma global do texto, e as segundas, pelo conteúdo global do texto. Conforme Van Dijk (1983), ambas as estruturas fazem parte da estrutura global do texto, não podendo ser definidas em termos de sequências textuais.

Dessa forma, para Van Dijk (1983), a superestrutura argumentativa se organiza, basicamente, pelas categorias hipótese (premissa) – conclusão. Segundo esse autor, a categoria hipótese pode estar implícita no processo argumentativo e, nesse caso, parte-se do pressuposto de que a circunstância de uma determinada situação discursiva é condição suficiente para justificar uma conclusão. Para isso, deve existir uma relação condicional e coerente entre a circunstância e a conclusão, podendo, essa relação, ser legitimada por regras gerais (princípios éticos e morais, conhecimentos comuns a uma determinada cultura) dadas de acordo com os fatos de uma determinada situação de interação.

Com base nesse processo argumentativo, Van Dijk (1983) propõe as seguintes categorias para a superestrutura argumentativa:



A forma como as categorias de uma superestrutura se organizam num texto se dá de forma variada, podendo ser obrigatórias ou facultativas, recursivas ou não (TRAVAGLIA, 2002, p. 30). Segundo Van Dijk (1983), as categorias da superestrutura argumentativa não são fixas, mas respeitam, sempre, sua organização básica: argumentação - justificativa - conclusão.

Para Bronckart (2003), a superestrutura argumentativa se organiza por fases (sequências discursivas). Dessa forma, Bronckart (2003) entende que a sequência argumentativa é constituída por quatro principais fases⁵:

- premissa – ponto de partida;

⁵ Bronckart (2003) adota a noção de sequência de Adam (1993), mas chama as sequências de fases e Adam (1993), por sua vez, de macroproposições.

- argumento – orienta o enunciado/texto para uma provável conclusão, podendo ser sustentado por regras gerais (*topoi*);
- contra-argumento – restringe a orientação argumentativa anterior;
- conclusão – integra os argumentos e contra-argumentos para o estabelecimento da tese final ou nova tese.

Entretanto, por mais que se trate de um modelo de estrutura por sequência, percebemos que as fases da sequência argumentativa proposta por Bronckart (2003) são semelhantes ao modelo de superestrutura argumentativa proposto por Fávero e Koch (1987), que apresenta as seguintes categorias: (tese anterior) premissas – argumentos – (contra argumentos) – (síntese) – conclusão (nova tese).

Essa semelhança entre os modelos de sequência e superestrutura nos faz pensar, diferentemente de Van Dijk (1983), numa possível aproximação entre sequências e superestruturas. Isso porque as sequências enquanto estruturas constituídas por conjuntos de proposições, localizadas na infraestrutura textual, equivalem, então, a estruturas menores internas a estruturas maiores que são as superestruturas, funcionando, como afirma Bonini (1999), como esquemas de base das superestruturas.

Tal relação entre esses níveis de estrutura textual é bastante válida, pois nos permite perceber que os tipos são compostos por outros tipos, ou seja, que as categorias internas às superestruturas podem ser compostas por tipos diferentes no nível da sequência textual, dependendo do gênero discursivo.

Dessa forma, acreditamos, assim como Travaglia (1991), que as superestruturas são sequências esquemáticas constituídas por categorias dadas por regras de formação da superestrutura. Isso significa que enquanto modelo de superestrutura, o tipo argumentativo “*stricto sensu*” organiza o texto, conforme Fávero e Koch (1987), por categorias como: premissa, argumentos, contra-argumentos e conclusão, e, no nível da sequência linguística,

conforme Bronckart (2003), o tipo argumentativo pode aparecer nas categorias de sua própria superestrutura ou nas de superestruturas de tipos diferentes. No entanto, só é possível identificar os tipos presentes no nível das sequências pelo reconhecimento de características linguísticas desses tipos na superfície textual, como, por exemplo, é o caso dos verbos, que, segundo Travaglia (1991, 2002), nos ajudam a reconhecer os tipos fundamentais: narrativo, descritivo, dissertativo e injuntivo. Isso é possível porque as formas verbais são altamente reguladas por esses tipos.

A terceira dimensão, linguística de superfície, diz respeito ao fato de o tipo argumentativo “*stricto sensu*” poder aparecer no nível da sequência textual, preenchendo as categorias internas à superestrutura argumentativa, assim como, categorias de superestruturas de tipos diferentes. Da mesma forma, tipos diferentes podem aparecer na composição das categorias da superestrutura argumentativa. Assim, por exemplo, “nas categorias (...) dos argumentos/justificativa (texto argumentativo) podemos ter descrição, dissertação ou narração (esta pode aparecer na forma de exemplos).” (TRAVAGLIA, 1991, p. 290 - 291).

A composição tipológica de um gênero, conforme Travaglia (2007a, 2007b), pode se dar de três maneiras: por fusão, conjugação ou intercâmbio. Na **fusão ou cruzamento**, uma mesma sequência linguística apresenta características de dois ou mais tipos diferentes no mesmo espaço textual. Na **conjugação**, tipos diferentes aparecem lado a lado em sequências diferentes, e, por fim, no **intercâmbio** ocorre a troca de tipos, ou seja, de acordo com determinado modo de interação se espera a realização de um texto por um tipo, mas ele ocorre por outro.

Fávero e Koch (1987) afirmam que os modalizadores, os operadores argumentativos e as metáforas temporais são marcas indicativas desse tipo e que possibilitam o reconhecimento do tipo argumentativo “*stricto sensu*” no nível da sequência linguística.

Para Hilá (2008) e Uber (2007/2008), conjunções adversativas; modalizadores expressos por formas verbais como: **podemos, desejamos, prometo**; por orações subordinadas substantivas, como **tenho certeza de que, é possível que, é provável que, é lamentável que**; e advérbios como: **infelizmente** e **realmente**, são características linguísticas não do tipo argumentativo “*stricto sensu*”, mas de um gênero argumentativo: o artigo de opinião. Hilá (2008) e Uber (2007/2008) não deixam claro, entretanto, que essas características que atribuem a esse gênero argumentativo são transferíveis de um gênero argumentativo para outro gênero também argumentativo ou para gêneros caracterizados por outros tipos, pois, como sabemos, essas características estão relacionadas aos tipos textuais que, de um modo ou de outro, compõem todos os gêneros do discurso.

Portanto, os tipos textuais são peças-chave para identificar “regularidades de organização e marcação linguística”, ou seja, se determinadas características linguísticas aparecem com frequência num mesmo gênero, significa que existe um tipo frequente nesse gênero, responsável por essas marcas, mas não que essas marcas sejam características exclusivas desse gênero. (BRONCKART, 2003, p. 138).

Nesse sentido, como afirma Travaglia (1991), o tipo injuntivo, por exemplo, parece ter afinidade com a categoria conclusão dos textos argumentativos e, dessa forma, a presença de itens linguísticos como modalizadores expressos por formas verbais que expressam promessa, pedido, desejo, sugestão estão relacionadas a esse tipo, e não ao tipo argumentativo “*stricto sensu*”, como afirmam Fávero e Koch (1987).

Os modalizadores expressos por orações como: **é possível que** estão ligados à modalidade alética dos verbos, a partir da qual o locutor vê como possível, necessária ou viável a realização de uma situação, e essa modalidade é característica do tipo dissertativo. Já os modalizadores expressos por orações como: **tenho certeza de que, e é provável que**, se referem, segundo Travaglia (1991), à modalidade epistêmica, que é expressa pelo locutor

tanto pela certeza, quando esse acredita na verdade do que diz, quanto pela probabilidade, quando duvida da verdade do que diz. Essa modalidade contribui para a caracterização dos tipos narrativo, descritivo e dissertativo.

As divergências de opinião quanto às características linguísticas do tipo argumentativo “*stricto sensu*” estão relacionadas ao fato de, como afirma Travaglia (1991), esse tipo ser a fusão dos tipos narrativo e/ou descritivo e/ou dissertativo e/ou injuntivo, o que dificulta a caracterização linguística do tipo argumentativo “*stricto sensu*”, fazendo parecer que a sua identificação na superfície textual é determinada pelo modo de interação.

Sob esse ponto de vista, entendemos, por um lado, por que os operadores parecem mais associados ao tipo argumentativo “*stricto sensu*”. Os operadores argumentativos funcionam como marcas enunciativas, ou seja, evidenciam o modo de interação, ou a intenção do locutor. Se considerarmos que os tipos fundamentais (narrativo, dissertativo, descritivo e injuntivo) são modos de enunciação/interação, os operadores podem, também, marcá-los, assim, nos momentos em que há a fusão do tipo argumentativo “*stricto sensu*” com esses outros tipos, o tipo argumentativo conta também com os operadores argumentativos dos outros tipos com os quais ele aparece fundido.

Acreditamos, por outro lado, que os operadores argumentativos têm relação direta com o tipo argumentativo “*stricto sensu*”, por serem instrumentos linguísticos que possibilitam o locutor encaminhar o(s) seu(s) interlocutor(es) para o sentido textual pretendido, sendo, assim, elementos que auxiliam na percepção da intenção do produtor do texto, mostrando se esse está argumentando/contra-argumentando e se deseja ou não convencer o interlocutor, o que nos leva a acreditar que os operadores argumentativos, em especial, os adversativos, parecem ter, realmente, maior afinidade com esse tipo.

Assim, para tratarmos do funcionamento de *porém*, a observação de domínios discursivos argumentativos “*stricto sensu*”, como é o caso do artigo de opinião, parece ser um bom exercício de análise.

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA

O *corpus* de análise desta pesquisa é constituído de ocorrências de *porém* retiradas de diferentes artigos de opinião, veiculados em diferentes jornais brasileiros *on line*. Esses jornais, que representam quatro diferentes regiões do Brasil, foram escolhidos por acreditarmos que as diferenças de uso linguístico dessas regiões podem nos oferecer dados interessantes sobre o perfil de *porém*, além de nos possibilitar chegar a resultados mais gerais em relação a seu uso.

Optamos pelos jornais *on line* pela rapidez e maior facilidade que o meio digital nos oferece. Como o acesso a esses jornais depende, muitas vezes, de assinatura, foi possível arquivar artigos de opinião de jornais de apenas alguns Estados do Brasil: **Zero Hora/Coletiva.net** (Rio Grande do Sul); **O Estado de São Paulo** – “Estadão” – (São Paulo); **Pag 20** (Acre) e **Gazeta de Alagoas** (Alagoas), que representam as regiões Sul, Sudeste, Norte e Nordeste, respectivamente.

A coleta dos dados analisados nesta pesquisa foi realizada no período de 21 de novembro de 2009 a 13 de junho de 2010 e de 07 de julho a 25 de setembro de 2011. À medida que os artigos eram coletados, eram localizadas e selecionadas as ocorrências de *porém*. Coletamos 400 artigos de opinião, dos quais obtivemos 73 ocorrências desse elemento.

A opção pela coleta não induzida das ocorrências de *porém*, tendo em vista que primeiro coletamos os artigos, para depois selecionarmos as ocorrências desse elemento

linguístico, se deu por acreditarmos que para o tratamento de *porém* é interessante também termos noção da sua representatividade na Língua Portuguesa do Brasil.

Os resultados da coleta dos artigos e das ocorrências de *porém* podem ser observados no quadro 02:

Quadro 02: período de coleta dos artigos de opinião e número de ocorrências de *porém*.

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO											
	21 A 27 NOVEMBRO DE 2009	21 A 27 DEZEMBRO DE 2009	28 DEZEMBRO DE 2009 A 03 JANIEIRO DE 2010	04 A 10 DE JANEIRO DE 2010	11 A 17 DE JANEIRO DE 2010	10 A 16 DE MAIO DE 2010	17 A 22 DE MAIO DE 2010	23 DE MAIO A 13 DE JUNHO DE 2010	07 A 31 DE JULHO DE 2011	01 A 19 DE AGOSTO DE 2011	TOTAL
Nº ARTIGOS	5	7	4	7	6	3	5	5	32	17	91
COM PORÊM	0	0	2	1	3	1	0	0	6	2	15
SEM PORÊM	5	7	2	6	3	2	5	5	26	15	76
O CORRÊNCIAS	0	0	2	1	6	1	0	0	7	2	19
REGIÃO SUL											
JORNAL ZERO HORA											
	21 A 27 NOVEMBRO DE 2009	21 A 27 DEZEMBRO DE 2009	28 DEZEMBRO DE 2009 A 03 JANIEIRO DE 2010	04 A 10 DE JANEIRO DE 2010	11 A 17 DE JANEIRO DE 2010	10 A 16 DE MAIO DE 2010	17 A 22 DE MAIO DE 2010	23 DE MAIO A 13 DE JUNHO DE 2010	07 A 31 DE JULHO DE 2011	01 A 19 DE AGOSTO DE 2011	TOTAL
Nº ARTIGOS	7	6	6	6	7	4	6	17	20	8	87
COM PORÊM	2	0	1	0	2	2	1	2	2	0	12
SEM PORÊM	5	6	5	6	5	2	5	15	18	8	75
O CORRÊNCIAS	3	0	1	0	2	5	1	3	2	0	17
JORNAL PAG 20											
	21 A 27 NOVEMBRO DE 2009	21 A 27 DEZEMBRO DE 2009	28 DEZEMBRO DE 2009 A 03 JANIEIRO DE 2010	04 A 10 DE JANEIRO DE 2010	11 A 17 DE JANEIRO DE 2010	10 A 16 DE MAIO DE 2010	17 A 22 DE MAIO DE 2010	23 DE MAIO A 13 DE JUNHO DE 2010	07 A 31 DE JULHO DE 2011	01 A 19 DE AGOSTO DE 2011	TOTAL
Nº ARTIGOS	5	3	2	6	6	6	4	5	26	9	72
COM PORÊM	1	0	0	0	4	2	2	1	2	0	12
SEM PORÊM	4	3	2	6	2	4	2	4	24	9	60
O CORRÊNCIAS	1	0	0	0	5	3	2	1	2	0	14
GAZETA DE ALAGOAS											
	21 A 27 NOVEMBRO DE 2009	21 A 27 DEZEMBRO DE 2009	28 DEZEMBRO DE 2009 A 03 JANIEIRO DE 2010	04 A 10 DE JANEIRO DE 2010	11 A 17 DE JANEIRO DE 2010	10 A 16 DE MAIO DE 2010	17 A 22 DE MAIO DE 2010	23 DE MAIO A 13 DE JUNHO DE 2010	07 A 31 DE JULHO DE 2011	01 A 19 DE AGOSTO e 20 A 25 DESENBRO DE 2011	TOTAL
Nº ARTIGOS	6	6	6	6	6	5	9	18	54	34	150
COM PORÊM	2	2	1	0	2	1	2	1	7	3	21
SEM PORÊM	4	4	5	6	4	4	7	17	47	31	129
O CORRÊNCIAS	3	2	1	0	2	1	2	2	7	3	23
TOTAIS											
	21 A 27 NOVEMBRO DE 2009	21 A 27 DEZEMBRO DE 2009	28 DEZEMBRO DE 2009 A 03 JANIEIRO DE 2010	04 A 10 DE JANEIRO DE 2010	11 A 17 DE JANEIRO DE 2010	10 A 16 DE MAIO DE 2010	17 A 22 DE MAIO DE 2010	23 DE MAIO A 13 DE JUNHO DE 2010	07 A 31 DE JULHO DE 2011	01 A 19 DE AGOSTO DE 2011	TOTAL
Nº ARTIGOS	23	22	18	25	25	18	24	45	132	68	400
COM PORÊM	5	2	4	1	11	6	5	4	17	5	60
SEM PORÊM	18	20	14	24	14	12	19	41	115	63	340
O CORRÊNCIAS	7	2	4	1	15	10	5	6	18	5	73
* A coleta referente ao mês de setembro de 2011 difere dos outros jornais, pois ao final da coleta dos 400 artigos, encontramos 6, retirados do jornal Gazeta de Alagoas , que não correspondiam ao gênero artigo de opinião, tendo sido necessária a substituição por outros 6 artigos, coletados entre os dias 20 a 25 de setembro de 2011.											
* A distância das datas das coletas realizadas entre 2009 a 2010 e 2011 se deveu à necessidade de ampliarmos a coleta dos artigos. De 2009 a 2010 obtivemos 200 artigos, o que nos levou a 51 ocorrências de porém , após exame de qualificação, realizado da 29 de junho de 2011, viu-se a necessidade em dobrar a quantidade de artigos coletados, de modo que foi feita uma nova coleta de 07 de julho a 25 de setembro de 2011, por meio da qual, chegamos aos 400 artigos e às 74 ocorrências de porém .											

* A coleta referente ao mês de setembro de 2011 difere dos outros jornais, pois ao final da coleta dos 400 artigos, encontramos 6, retirados do jornal **Gazeta de Alagoas**, que não correspondiam ao gênero

artigo de opinião, tendo sido necessária a substituição por outros 6 artigos, coletados entre os dias 20 a 25 de setembro de 2011.

* A distância das datas das coletas realizadas entre 2009 a 2010 e 2011 se deveu à necessidade de ampliarmos a coleta dos artigos. De 2009 a 2010 obtivemos 200 artigos, o que nos levou a 51 ocorrências de **porém**, após exame de qualificação, realizado dia 29 de junho de 2011, viu-se a necessidade em dobrar a quantidade de artigos coletados, de modo que foi feita uma nova coleta de 07 de julho a 25 de setembro de 2011, por meio da qual, chegamos aos 400 artigos e às 74 ocorrências de **porém**.

Como mostra o quadro 02, o *corpus* desta pesquisa é constituído de 73 ocorrências⁶ de *porém*, distribuídas em 60 dos 400 artigos coletados. Para melhor visualização desses resultados, apresentamos a seguir o quadro 03:

Quadro 03: número de ocorrências de *porém* nos artigos dos jornais selecionados.

	O ESTADO DE SÃO PAULO	ZERO HORA/ COLETIVA.NET	PAG 20	GAZETA DE ALAGOAS	TOTAL
Nº ARTIGOS	91	87	72	150	400
COM PORÉM	15	12	12	21	60
SEM PORÉM	76	75	60	129	340
OCORRÊNCIAS	19	17	14	23	73

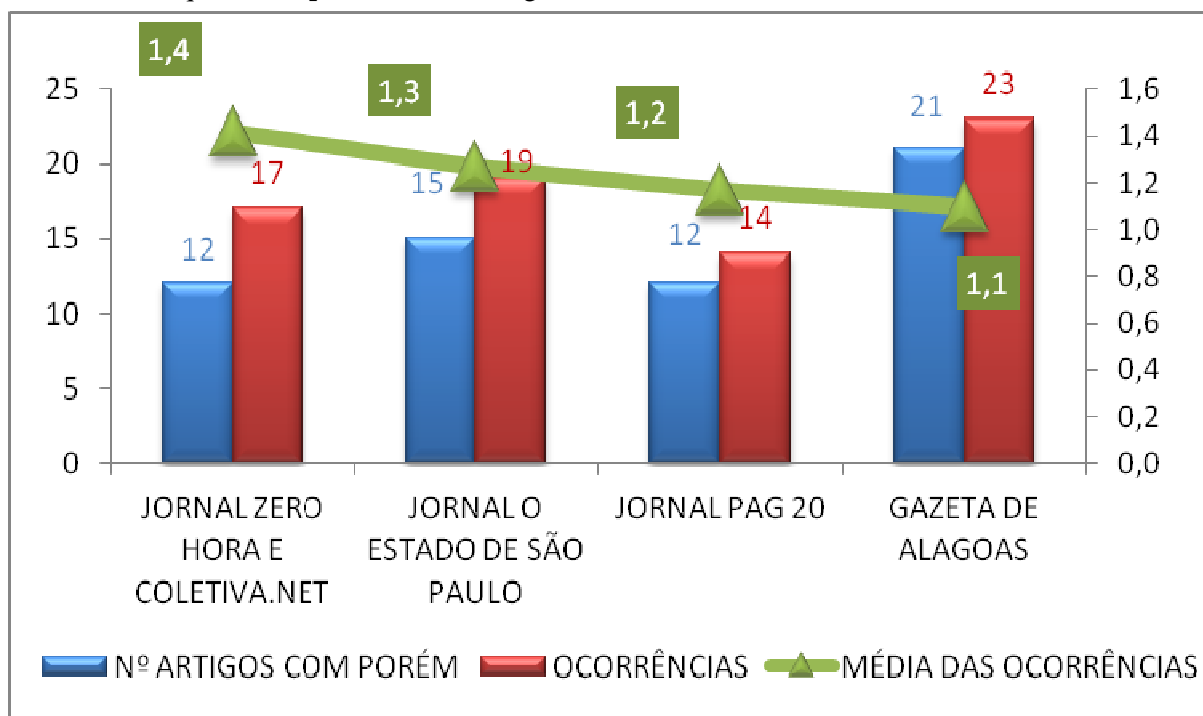
Este quadro mostra que: (i) o número de ocorrências de *porém*, assim como o número de artigos com *porém*, varia de jornal para jornal, havendo, portanto, em alguns desses jornais maior número de ocorrências desse elemento e maior número de artigos com esse elemento; (ii) existe mais de uma ocorrência num mesmo artigo de um mesmo jornal, pois o número de ocorrências apresenta-se sempre maior do que o número de artigos com *porém*; (iii) o número de artigos coletados é desigual entre todos os jornais selecionados. Acreditamos que tanto a primeira quanto a segunda variação relacionam-se à diferença do uso linguístico ou, como afirma Parreira (2006), ao estilo próprio dos produtores textuais, o que significa que alguns deles dão maior preferência a *porém*. Essa explicação, de acordo com a mesma autora, pode estar relacionada ao traço de erudição, o que significa que para alguns produtores textuais, *porém* é mais culto do que outros elementos de conexão de valor próximo ao dele. A terceira variação está relacionada ao fato de alguns jornais não publicarem artigos de opinião todos os dias de uma semana, o que, conseqüentemente, resultou na diferença do número de artigos coletados de jornal para jornal.

⁶ Essas ocorrências estão anexadas no final deste estudo.

Entendemos que, para uma análise segura de qualquer elemento da língua, é necessário que tenhamos uma quantidade significativa de ocorrências desse elemento. Apesar de o número de ocorrências de *porém* (73) parecer ser pouco significativo para o que objetivamos neste estudo, se considerarmos que coletamos 400 artigos de opinião veiculados pelos jornais selecionados, nos quais *porém* aparece 73 vezes em 60 desses 400 artigos, o que em média equivale a 1 ocorrência por artigo, e que cada um desses 400 artigos tem aproximadamente 600 palavras, o que equivale a aproximadamente 240.000 palavras no total, podemos dizer que a quantidade de ocorrências encontradas é suficiente para afirmarmos que *porém* não é muito frequente na Língua Portuguesa do Brasil, de modo geral, e em artigos de opinião, de modo específico.

O gráfico 01 mostra a representatividade de *porém* no contexto analisado:

Gráfico 01: frequência de *porém* nos 60 artigos selecionados.

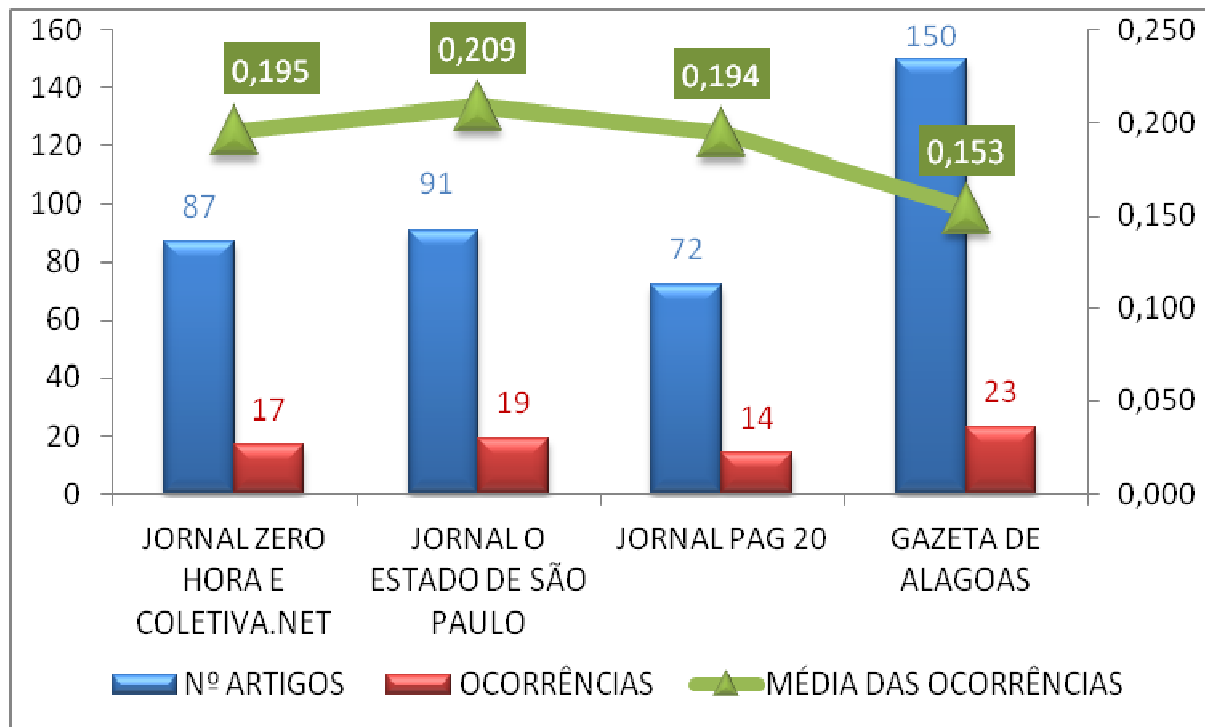


Este gráfico mostra que nos jornais **Zero Hora** e **Coletiva.net**, encontramos, no total, 17 ocorrências, distribuídas em 12 dos artigos coletados desse jornal, o que equivale a 1,4

ocorrência por artigo; No jornal **O Estado de São Paulo**, encontramos 19 ocorrências de *porém*, distribuídas em 15 dos artigos, o que equivale a 1,3 ocorrência por artigo; No jornal **Pag 20**, encontramos 14 ocorrências de *porém*, distribuídas em 12 dos artigos selecionados desse jornal, equivalendo a 1,2 ocorrências por artigo; No jornal **Gazeta de Alagoas** encontramos 23 ocorrências de *porém*, distribuídas em 21 dos artigos selecionados desse jornal, equivalendo a 1,1 ocorrências por artigo.

O gráfico 01 nos mostra, também, que, por um lado, o uso de *porém*, nos 60 artigos selecionados, é mais frequente nos artigos dos jornais **Zero Hora** e **Coletiva.net** e menos frequente nos artigos do jornal **Gazeta de Alagoas**. Por outro lado, se considerarmos os 400 artigos coletados, percebemos que *porém* é mais frequente no jornal **O Estado de São Paulo** e menos frequente no jornal **Gazeta de Alagoas**, como mostra o gráfico 02:

Gráfico 02: frequência de *porém* nos 400 artigos coletados.



Este gráfico mostra que dos 400 artigos coletados, 91 artigos correspondem ao jornal **O Estado de São Paulo**, no qual foram encontradas 19 ocorrências de *porém*, equivalendo a,

mais exatamente, 0,209 ocorrência por artigo; 87 correspondem aos jornais **Zero Hora** e **Coletiva.net**, nos quais encontramos 17 *porém*, o que equivale a 0,195 ocorrência por artigo; 72 correspondem ao jornal **Pag 20**, no qual foram encontradas 14 ocorrências de *porém*, o que equivale a 0,194 ocorrência por artigo; 150 correspondem ao jornal **Gazeta de Alagoas**, no qual encontramos 23 ocorrências de *porém*, o que equivale a 0,153 ocorrência por artigo.

Os números e percentuais apresentados indicam que, na maior parte dos artigos analisados, não há a presença desse elemento, ou seja, dos 400 artigos coletados, em apenas 60 registramos a presença de *porém*.

O fato de *porém* ser mais frequente nos jornais **Zero Hora** e **Coletiva.net** em relação aos artigos selecionados (60) e mais frequente no jornal **O Estado de São Paulo** em relação aos artigos coletados (400) se deve à relação de proporção entre artigos selecionados e número de ocorrências e artigos coletados e número de ocorrências desse elemento. Assim, verifica-se que, por um lado, foram selecionados 12 artigos do jornal **Zero Hora** e **Coletiva.net**, nos quais obtivemos 17 ocorrências de *porém* (1,4 ocorrência/artigo), e 15 artigos do Jornal **O Estado de São Paulo** (1,3 ocorrência/artigo), nos quais obtivemos 19 ocorrências de *porém*. Sendo assim, os jornais **Zero Hora** e **Coletiva.net** oferecem 0,1 ocorrência a mais que o Jornal **O Estado de São Paulo**, em relação aos artigos selecionados (60). Por outro lado, com relação aos artigos coletados (400), o uso de *porém* é mais frequente no jornal **O Estado de São Paulo**, pois, foram coletados 91 artigos desse jornal (0,209 ocorrência/artigo), enquanto dos jornais **Zero Hora** e **Coletiva.net** coletamos 87 (0,195 ocorrência/artigo), o que proporcionalmente significa que o jornal **O Estado de São Paulo** nos oferece 0,014 ocorrência a mais de *porém* por artigo do que os jornais **Zero Hora** e **Coletiva.net**.

Considerando, portanto, os 400 artigos coletados, podemos dizer que a ocorrência de *porém* é mais frequente no jornal **O Estado de São Paulo** e menos no **Gazeta de Alagoas**, conforme o gráfico 02.

A baixa frequência de *porém* fica mais evidente quando a comparamos com a de outros elementos, que, tradicionalmente, são inseridos no mesmo grupo desse elemento, como é o caso de **mas**, que no mesmo contexto de uso, ou seja, nos 400 artigos de opinião coletados para a composição do *corpus* de análise, aparece 836 vezes.

Com o objetivo de perceber a frequência de todos os elementos que, segundo as gramáticas normativas de Língua Portuguesa do Brasil são conjunções coordenadas adversativas, apresentamos, a seguir, o quadro 04:

Quadro 04: frequência das conjunções adversativas nos artigos coletados (400) e selecionados (60).

Em artigos com <i>porém</i> (60)					
	Jornal Pag 20	Jornal Zero Hora/Coletiva.net	Gazeta de Alagoas	O Estado de São Paulo	Total
Mas	29	26	58	36	149
<i>Porém</i>	14	17	23	19	73
No entanto	1	0	2	2	5
Entretanto	2	2	1	2	7
Contudo	1	0	0	5	6
Todavia	0	0	0	0	0
Em artigos sem <i>porém</i> (340)					
	Jornal Pag 20	Jornal Zero Hora/Coletiva.net	Gazeta de Alagoas	O Estado de São Paulo	Total
Mas	117	123	180	267	687
No entanto	10	8	10	20	48
Entretanto	4	8	8	7	27
Contudo	4	9	6	8	27
Todavia	3	5	4	4	16
Em todos os artigos (400)					
	Jornal Pag 20	Jornal Zero Hora/Coletiva.net	Gazeta de Alagoas	O Estado de São Paulo	Total Geral
Mas	146	149	238	303	836
<i>Porém</i>	14	17	23	19	73
No entanto	11	8	12	22	53
Entretanto	6	10	9	9	34
Contudo	5	9	6	13	33
Todavia	3	5	4	4	16

Este quadro⁷ nos mostra que, conforme atestam vários estudos (ALMEIDA, 2001; MESQUITA, 2003; FABRI, 2005; PARREIRA, 2006), **mas** é o elemento adversativo mais frequente na Língua Portuguesa do Brasil. Este quadro revela também que, dentre todos os

⁷ Apresentamos a comparação, quadro 04, entre as conjunções tradicionalmente classificadas como coordenadas adversativas, com o simples objetivo de mostrar a representatividade desses elementos no *corpus* de análise. Não os estamos considerando como intercambiáveis.

elementos tradicionalmente classificados como adversativos, *porém* ocupa o segundo lugar em número de ocorrências, o que, apesar da baixa frequência, é indicador de boa representatividade desse elemento no Português do Brasil.

A análise das 73 ocorrências de *porém*, que constam dos quadros e gráficos apresentados anteriormente, se deu, num primeiro momento, pelo método quantitativo, capaz de nos ajudar a mapear tendências e regularidades quanto aos usos desse elemento linguístico e a interpretar as propriedades desse elemento que desejamos investigar, facilitando, assim, a análise qualitativa dos dados. Dessa forma, o modelo de análise adotado, neste estudo, é o quantitativo-qualitativo.

Para a análise quantitativa, utilizamos o pacote computacional *Goldvarb*⁸, que permite o cálculo da frequência de grupos de fatores. Para atender às necessidade desse programa e para a melhor interpretação dos usos de *porém*, selecionamos oito grupos de fatores.

Os grupos de fatores foram definidos a partir da consideração de que a união entre o nível discursivo e estrutural nos possibilita contemplar integralmente o funcionamento de *porém*.

3.1 VARIÁVEL DEPENDENTE

Valores de *porém*:

J – *porém* 1 – contraposição com eliminação

A – *porém* 2 – ambiguidade

O – *porém* 3 – contraste

C – *porém* 4 – compensação

T – *porém* 5 – restrição

⁸ Esse programa é utilizado em pesquisa sociovariacionista com objetivos diferentes dos desta pesquisa. Neste estudo, fazemos uso do programa até o ponto em que a sua rodagem nos oferece a quantidade de características selecionadas para traçar o perfil de *porém* no *corpus* de análise.

N – *porém* 6 – negação da inferência

M – *porém* 7 – contraposição na mesma direção

I – *porém* 8 – contraposição em direção independente

R – *porém* 9 – correção ou retificação

3.2 VARIÁVEIS INDEPENDENTES

1 - Jornais brasileiros:

z - Zero Hora/Coletiva.net

p - Pag 20

e - O Estado de São Paulo

g - Gazeta de Alagoas

2 - Posição:

1 - no início da última ou segunda oração do enunciado em que ocorre

2 – antes do sujeito da última ou segunda oração do enunciado em que ocorre

3 - depois do sujeito da última ou segunda oração do enunciado em que ocorre

4 - antes do verbo da última ou segunda oração do enunciado em que ocorre

5 - depois do verbo da última ou segunda oração do enunciado em que ocorre

6 – entre o sujeito e o verbo da última ou segunda oração do enunciado em que ocorre

7 - no fim da última ou segunda oração do enunciado em que ocorre

8 – entre verbos da última ou segunda oração do enunciado em que ocorre

9 – entre nomes

3 - Ordem da oração:

d - direta

i – invertida

/ - não se aplica

4 - Força argumentativa:

O - introduz argumento mais forte

A – introduz argumento mais fraco

M – introduz argumento com a mesma força do argumento anterior

/ - não se aplica

5 - Orientação argumentativa:

1 – introduz argumento para a mesma conclusão

2 – introduz argumento para conclusão contrária

3 – introduz argumento para conclusão oposta

4 – introduz argumento para conclusão diferente

5 – introduz argumento para conclusão independente

/ - não se aplica

6 - Coocorrência com outros elementos de conexão textual:

d - condicionalidade

u - causalidade

e - mediação

j - disjunção

t - temporalidade

f - conformidade

o - modo

ç - conjunção

a - disjunção argumentativa

c - contrajunção

x - explicação ou justificativa

p - comprovação

l - conclusão

m - comparação

g - generalização ou extensão

s - especificação ou exemplificação

r - contraste

v - correção ou redefinição

/ - não se aplica

7 - Tipo textual:

A - argumentativo “*stricto sensu*”

N - argumentativo não “*stricto sensu*”

8 - Presença de advérbios:

M - de modo

I - de intensidade

E - epistêmicos ou asseverativos

D - delimitadores ou circunscritores

O - deônticos

A - afetivos ou atitudinais

F - de afirmação

N - de negação

L - de lugar

T - de tempo

C - de inclusão

X - de exclusão

V - de verificação

/ - não se aplica

A variável dependente diz respeito às funções que *porém* pode assumir, de acordo com a classificação oferecida por Neves (2000) e Koch (2005), e por estudos como os de Fabri (2005) e Parreira (2006). As funções constituem a variável dependente, por acreditarmos que elas influenciam a interpretação de todas as outras características que se relacionam a *porém*. Portanto, esse é o principal fator para a definição do perfil desse elemento linguístico.

As variáveis independentes foram definidas com base na classificação de Koch (2003; 2005); Neves (2000); Perini (2006) e Travaglia (1991)⁹.

O segundo grupo de fator, *posição*, foi definido com base nas posições exemplificadas por Perini (2006, p. 146), que nomeamos: (i) **no início da última ou segunda oração**; (ii) **depois do sujeito da última ou segunda oração**; (iii) **depois do verbo da última ou segunda oração**; (iv) **no fim da última ou segunda oração**. As outras 5 posições, que fazem parte do grupo *posição*, foram definidas com base em análises preliminares das ocorrências de *porém*: (v) **antes do sujeito da última ou segunda oração**, considerando que *porém* pode

⁹ Os temas dos grupos de fatores 1, 4, 6 e 7 que fazem parte das variáveis independentes, assim como alguns dos fatores desses grupos, foram tratados na parte teórica desta pesquisa.

aparecer antes do sujeito, mas há entre ele e o sujeito outro elemento, o que faz com que *porém* não seja o primeiro elemento da oração; (vi) **antes do verbo da última ou segunda oração**, considerando os casos em que *porém* não está logo após o sujeito, mas entre um elemento posterior ao sujeito e o verbo; (vii) **entre o sujeito e o verbo da última ou segunda oração**, considerando os casos em que *porém* se encontra exatamente no meio desses dois componentes oracionais; (viii) **entre verbos da última ou segunda oração**, definida a partir dos casos em que *porém* está no meio de locução verbal; (ix) **entre nomes**, definida a partir dos casos em que *porém* se posiciona no meio de elementos que não correspondem a sujeito e verbo.

O terceiro grupo de fator, **ordem da oração**, foi definido com o objetivo de tratarmos dos casos em que a posição ocupada por *porém* é provocada pela ordem invertida da oração em que ele se encontra. Consideramos como invertida, a oração que não esteja na ordem direta canônica, SVO, como defendem as gramáticas normativas de Língua Portuguesa do Brasil.

O quinto grupo de fator, **orientação argumentativa**, foi definido com base na classificação dos valores de *porém*, oferecida por Neves (2000): (i) **introduz argumento para a mesma conclusão** – definido com base na função de **contraposição na mesma direção**, que significa que *porém* introduz argumento para a mesma conclusão que a do argumento anterior; (ii) **introduz argumento para conclusão contrária** – definido com base na função de **contraposição com eliminação**, que significa que *porém* introduz argumento que consiste na total desconsideração do anterior; (iii) **introduz argumento para conclusão oposta** – definido com base nas funções de **contraste, restrição, negação da inferência e compensação**, que significa que *porém* introduz argumento para a direção oposta em relação ao argumento anterior, sem, no entanto, desconsiderá-lo; (iv) **introduz argumento para conclusão diferente** – definido a partir de análises preliminares das ocorrências de *porém*,

por meio das quais percebemos que, em alguns casos, **porém** não orienta os argumentos para direção oposta, mas para uma direção diferente em relação ao(s) argumento(s) anterior(es); (v) **introduz argumento para conclusão independente** – definido com base na função de **contraposição em direção independente**, que significa que **porém** orienta o argumento para uma conclusão, independentemente da conclusão do argumento anterior.

O sétimo grupo, **tipo textual**, foi escolhido, pois, apesar de o contexto adotado para análise das ocorrências de **porém** ser predominantemente argumentativo “*stricto sensu*” (artigo de opinião), acreditamos que no nível da sequência linguística, ou seja, no nível das ocorrências de **porém**, podem ocorrer sequências argumentativas não “*stricto sensu*”.

O oitavo grupo de fator, **presença de advérbios**¹⁰, foi definido com base na classificação de Neves (2000). Esse grupo é relevante se levarmos em conta que **porém** é um elemento que apresenta características adverbiais, de modo que a presença de advérbios é um aspecto importante a ser observado, uma vez que pode ajudar a identificar especificidades quanto ao funcionamento de **porém**.

Tendo em vista os objetivos propostos e a adoção do modelo de análise quantitativo-qualitativo, esperamos oferecer o perfil de **porém** em um contexto específico, ou seja, em artigos de opinião.

¹⁰ Por haver a possibilidade de mais de um tipo de advérbio nos encadeamentos introduzidos por **porém**, consideramos os advérbios mais próximos desse elemento linguístico nos enunciados em que ele aparece.

CAPÍTULO 4

ANÁLISE DO *CORPUS*

Visando a oferecer o perfil de *porém* no contexto selecionado (artigos de opinião), analisamos as 73 ocorrências que constituem o *corpus* de análise desta pesquisa. Considerando a análise dos 8 grupos de fatores selecionados e rodados pelo programa computacional *Goldvarb* (conforme capítulo 3), chegamos aos resultados deste estudo.

O programa utilizado selecionou como relevantes os seguintes grupos de fatores:

- 1- jornais brasileiros;
- 2- posição;
- 3- ordem da oração;
- 4- orientação argumentativa;
- 5- coocorrência com outros elementos de conexão textual;
- 6- presença de advérbios.

Como irrelevantes, esse programa selecionou os grupos intitulados **Força argumentativa** e **Tipo textual**, por não terem sido encontradas variáveis desses grupos no *corpus* desta pesquisa, tendo em vista que *porém* em 100% das ocorrências analisadas aparece em sequências argumentativas “*stricto sensu*” e sempre introduz argumentos mais fortes no texto.

Esses resultados foram obtidos a partir da codificação¹¹ das 73 ocorrências de *porém*, processo pelo qual identificamos que, com relação ao **Tipo textual**, os enunciados introduzidos por esse item da língua são utilizados pelo produtor do texto para orientar o(s)

¹¹ Processo metodológico de transcrição dos códigos definidos para a variável dependente e para as variáveis independentes e que precede a rodagem do *Goldvarb*.

leitor(es) para o sentido desejado. Desse modo, o produtor do texto ou apresenta argumentos diferentes antes do argumento que deseja defender, introduzido/orientado por *porém*, como forma de compartilhar diferentes opiniões que podem ser as de muitos leitores, ou apresenta argumentos diferentes após aqueles introduzidos/orientados por *porém*, retomando, à medida que o texto progride, o argumento introduzido por *porém* e que orienta para a ideia que deve prevalecer no texto.

Essa forma de o produtor construir o sentido pretendido mostra que ele quer convencer o(s) leitor(es), e que, portanto, ele acredita que esse(s) leitor(es) não concorda(m) com ele. Isso, de acordo com Travaglia (1991), faz das sequências linguísticas, em que estão inseridos os argumentos orientados por *porém*, sequências argumentativas “*stricto sensu*”. O mesmo vale para os contextos em que *porém* assume valor ambíguo, ou seja, valor não prototípico.

Portanto, em quaisquer condições em que *porém* ocorra nos artigos de opinião selecionados (60), ele é usado como recurso linguístico argumentativo que introduz sequências linguísticas decisivas para o sentido que os produtores desejam estabelecer no texto.

Quanto à **Força argumentativa**, *porém* introduz sempre argumentos mais fortes no texto, resultado consoante ao que aponta Koch (2003; 2005) sobre esse elemento linguístico. Esse resultado corresponde às 73 ocorrências analisadas nesta pesquisa, o que contempla *porém* com valor ambíguo, como é o caso da ocorrência 04:

(04) *Muitos dizem que Itamar era uma espécie de Forrest Gump da política brasileira. E que tinha sorte. Muita sorte. Para outros, Itamar comparava-se a Harry Truman, que, por capricho do destino, foi presidente dos Estados Unidos.*
O fato de ter sorte é incontestável. Mas não explica o fenômeno Itamar – uma personalidade complexa que marcou de forma indelével a história política do Brasil.
A sua chegada à vice-Presidência da República, com Fernando Collor, tem a marca do acaso. Sondado para ser vice de Leonel Brizola, aguardou em vão a visita que formalizaria o convite.
Ofereceram-lhe um jatinho para ir ao Rio conversar com Brizola. Turrão e temperamental, Itamar disse que não ia, já que ele não havia pedido nada a ninguém.

Collor, que sabia o peso de Minas em uma eleição cheia de candidatos paulistas, foi até Itamar e o convidou, com toda pompa e circunstância.

Na vice-Presidência manteve-se discreto, até que viu que a permanência de Collor era inviável. Passou então a conspirar abertamente contra o presidente e foi ungido na Presidência na esteira do impeachment de Fernando Collor.

Como presidente, teve um comportamento exemplar e exuberante. Certa feita, instado por ACM a investigar atos de corrupção em seu governo, abriu as portas de seu gabinete para o político baiano e a imprensa. Disse que não tinha nada a esconder de ninguém. Desarmou a raposa baiana.

Ressuscitou o fusquinha e, ainda, aprovou a Lei dos Portos e a Lei do Inquilinato. Deu sossego para que a equipe econômica de FHC construísse o Plano Real. Nunca engoliu o fato de FHC ter ficado com a glória do plano.

Foi decisivo na campanha eleitoral de FHC, em 1994, quando eclodiu o escândalo das declarações (“o que é ruim a gente esconde”) de seu ministro da Fazenda, Rubens Ricupero. Contra a opinião de muitos, inclusive de FHC, nomeou Ciro Gomes – que, à época, tinha imensa credibilidade – para o posto e acalmou a cena política.

Como governador de Minas, fez uma administração fraca e deixou o estado em situação ruim. Polêmico, declarou moratória dos pagamentos ao governo federal e ameaçou mandar a PM de Minas proteger Furnas de uma eventual privatização.

Dizem, não tenho certeza, de que fez pouco caso da ameaça de invasão pelo MST da fazenda de FHC em Minas Gerais, perto do DF. Parecia implicância com seu ex-ministro.

*Tanto nos erros quanto nos acertos, foi um político maiúsculo em que o comportamento firme e a honestidade foram marcas permanentes. **PORÉM**, dizer que Itamar foi uma espécie de Forrest Gump é pouco e injusto. (Morte de Itamar Franco, **Jornal Pag 20**. 10/07/2011).*

Na ocorrência 04, percebemos que o argumento introduzido por **porém** funciona como uma explicação para o argumento anterior (*Tanto nos erros quanto nos acertos, foi um político maiúsculo em que o comportamento firme e a honestidade foram marcas permanentes.*), justificando que, pelos motivos apresentados nesse argumento, Itamar não deve ser comparado a uma espécie de Forrest Gump e, nesse sentido, o argumento introduzido por **porém** equivale a um enunciado explicativo do tipo: **por isso**, “dizer que Itamar foi uma espécie de Forrest Gump é pouco e injusto.”. Essa interpretação é possível, pois, desde o começo do texto, o produtor oferece argumentos que objetivam provar que Itamar não é uma espécie de Forrest Gump: “Muitos dizem que Itamar era uma espécie de Forrest Gump da política brasileira. E que tinha sorte. Muita sorte. Para outros, Itamar comparava-se a Harry Truman, que, por capricho do destino, foi presidente dos Estados Unidos.

O fato de ter sorte é incontestável. Mas não explica o fenômeno Itamar – uma personalidade complexa que marcou de forma indelével a história política do Brasil.”.

Pela relação de explicação, **porém** introduz a justificativa/conclusão e não outro argumento, apresentando-se como mais forte, uma vez que ao introduzir a conclusão não abre espaço para outros argumentos/contra-argumentos, finalizando o processo de construção argumentativa do texto.

Portanto, em se tratando de artigos de opinião, **porém** sempre **introduz argumento mais forte** no texto.

A partir da análise da força argumentativa de **porém**, percebemos que ela, como afirma Guimarães (1987), é determinada pelo conteúdo dos enunciados, ou seja, pela informação contida neles e não pelas funções que **porém** exerce. Isso significa que **porém**, independentemente da função que exerce num enunciado, é sempre usado para introduzir informações que devem prevalecer no texto, o que, muitas vezes, depende da observação do todo textual, pois, em alguns casos, a força não é percebida imediatamente pelo argumento introduzido por **porém**, mas pelo(s) enunciado(s) que ve(e)m na sequência, dando continuidade àquilo que é dito no argumento introduzido por esse elemento linguístico, mostrando que o enunciado introduzido por **porém** é o que prevalece no texto, como é o caso da ocorrência 05:

*(05) Seguir o modelo de uma agência tradicional (off-line) seria o caminho mais provável, **PORÉM** nem sempre isso se torna algo produtivo.*

*A Internet nos trouxe a velocidade e agilidade de processos. Sendo assim, por que não acabarmos com o telefone sem fio gerado pelo atendimento tradicional? Costumo dizer aos meus clientes que se um gerente de projetos não conseguir lhe responder como está o andamento de um trabalho, é melhor me ligar, pois algo errado está acontecendo. (Atendimento ou gerente de projetos nas agências digitais? – **Jornal Coletiva.net**. 08/07/2011).*

Na ocorrência 05, a informação contida no argumento introduzido por **porém** (*nem sempre isso se torna algo produtivo.*) desencadeia a continuidade do texto, pela qual o produtor do texto argumenta que o modelo *on-line* é mais produtivo, mostrando que o argumento que

porém introduz é mais forte do que o anterior (*Seguir o modelo de uma agência tradicional (off-line) seria o caminho mais provável.*).

Diferentemente dessa situação, o argumento mais fraco é aquele que é descartado, ao longo do texto, pelo produtor, e no caso de argumento com a mesma força, o argumento introduzido e o(s) anterior(es) a ele, por conterem a mesma ideia, desencadeiam a continuidade do texto. Esses tipos de argumentos não se relacionam a *porém*, conforme os resultados desta pesquisa.

Excetuando os grupos de fatores **tipo textual** e **força argumentativa**, o programa computacional *Goldvarb* identificou como relevantes, nos seis outros grupos de fatores selecionados, as variáveis ou fatores, apresentados no quadro 05:

Quadro 05: fatores identificados/não identificados nos grupos de fatores selecionados, pelo programa computacional *Goldvarb*.

Grupos	Fatores identificados	Fatores não identificados
Jornais brasileiros	Zero Hora/Coletiva.net Pag 20 O Estado de São Paulo Gazeta de Alagoas	
Posição	No início da última ou segunda oração Antes do sujeito da última ou segunda oração No fim da última ou segunda oração Antes do verbo da última ou segunda oração Depois do verbo da última ou segunda oração Entre o sujeito e o verbo da ou segunda última oração Entre verbos Entre nomes	Depois do sujeito da última ou segunda oração
Ordem da oração	Direta Invertida	
Orientação argumentativa	Introduz argumento para a mesma conclusão Introduz argumento para conclusão contrária Introduz argumento para conclusão oposta Introduz argumento para conclusão diferente Introduz argumento para conclusão independente	
Coocorrência com outros elementos de conexão textual	Condicionalidade Mediação Comparação Temporalidade Correção ou redefinição	Causalidade Disjunção Conformidade Modo Conjunção Disjunção argumentativa Contração Explicação ou justificativa Comprovação Conclusão Generalização ou extensão Especificação ou exemplificação Contraste
Presença de advérbios	De modo De intensidade Epistêmicos ou asseverativos Delimitadores ou circunscritores Deônticos De negação De tempo	Afetivos ou atitudinais De afirmação De inclusão De exclusão De verificação De lugar

O número de vezes que cada um dos fatores identificados pelo programa computacional, descritos no quadro 05, aparece no *corpus* de análise, foi percebido por meio das funções de *porém*, que correspondem à variável dependente, selecionadas para a realização desta pesquisa (cf. capítulo 3).

De acordo com a análise quantitativa das ocorrências de *porém* nos artigos de opinião analisados, esse elemento exerce as seguintes funções:

Quadro 06: funções de *porém* no *corpus* de análise.

FUNÇÕES	Nº DE OCORRÊNCIAS	PERCENTUAL
Contraste	17	23,3%
Contraposição com eliminação	14	19,2%
Contraposição em direção independente	10	13,7%
Correção ou retificação	9	12,3%
Contraposição na mesma direção	7	9,6%
Ambiguidade	5	6,8%
Restrição	5	6,8%
Negação da inferência	4	5,5%
Compensação	2	2,7%
Total	73	100%

O quadro 06 mostra que a função mais relacionada a *porém* é a de **contraste** (17/23,3%), seguida da função de **contraposição com eliminação** (14/19,2%). E a que menos se relaciona a ele é a função de **compensação** (2/2,7%).

Conforme indicado pelo grupo de fator **força argumentativa**, *porém* sempre introduz argumentos mais fortes no texto com as funções descritas no quadro acima. Isso significa que, diferentemente de como aponta Koch (2003; 2005), *porém* faz prevalecer argumentos no texto por meio de diferentes funções, não só pela função de **contrajunção** (ou **contraposição**

com eliminação). Apresentamos, a seguir, exemplos da força argumentativa de *porém* com cada uma dessas funções, com exceção da ambiguidade, já demonstrada anteriormente:

(06) *Em síntese: na sua essência a igreja é santa. É o Espírito Santo que renova os batizados, os convocados em Cristo por Deus Pai a formarem o seu povo santo. Na sua existência, **PORÉM**, a igreja sentirá sempre o peso do pecado, uma vez que os filhos da igreja serão sempre tentados e, muitas vezes, cederão a ele. Mas aqui também o Espírito age, renovando-a, fazendo a igreja retornar ao primeiro amor. (A santidade e a purificação da igreja – **Jornal Gazeta de Alagoas**. 08/07/2011).*

Nesta ocorrência, *porém* estabelece a relação de **contraste** com o argumento anterior. Por meio dessa relação, o argumento opositor, introduzido por *porém* (*a igreja sentirá sempre o peso do pecado, uma vez que os filhos da igreja serão sempre tentados e, muitas vezes, cederão a ele.*), é mais forte do que o anterior, uma vez que é a partir dele que se dá a continuidade do texto (*Mas aqui também o Espírito age, renovando-a, fazendo a igreja retornar ao primeiro amor.*), ou seja, a intenção do produtor do texto é argumentar sobre o contraste santo X pecado, e o pecado é o foco do assunto tratado, conteúdo do argumento introduzido por *porém*.

(07) *Visitei, agora, a Bienal do Mercosul nos antigos armazéns do cais de Porto Alegre e me espantei com aquelas pobres extravagâncias ali depositadas sob a pomposa denominação de “arte conceitual”. Nenhum conceito e nenhuma arte havia ali naqueles objetos empilhados ou esparramados pelo chão. Os solícitos funcionários-mediadores (na maioria, moças de excelente formação em artes plásticas) discorriam sobre as teorias da “arte conceitual”, ampliando os textos dos imensos painéis impressos. Nada, **PORÉM**, tinha a ver com as “obras” expostas. (A arte da ilusão – **Jornal Zero Hora**. 22/11/2009).*

Nesta ocorrência, *porém* estabelece a relação de **contraposição com eliminação** com o argumento anterior. Por meio dessa relação, o argumento introduzido por *porém* (*Nada, tinha a ver com as “obras” expostas*) elimina o argumento anterior, uma vez que, por meio dele, o produtor argumenta que as explicações oferecidas pelos funcionários da Bienal nada tinham a ver com as obras expostas, o que faz com que prevaleça o argumento introduzido por *porém*.

(08) *"Nós não obtivemos absolutamente nada, exceto que coletamos dinheiro de um monte de pobres diabos e o espalhamos aos quatro ventos", explicou Montagu Norman, presidente do Banco da Inglaterra, num franco, **PORÉM** tardio, reconhecimento da culpa dos bancos centrais que empurraram o mundo para a Depressão. (O partido do Euro – **Jornal O Estado de São Paulo**. 21/07/2011).*

Na ocorrência 08, *porém* estabelece a relação de **contraposição em direção independente** com o argumento anterior. Por meio dessa relação, o produtor do texto defende, pelo argumento introduzido por *porém* (*tardio*), que independentemente da franqueza do reconhecimento da culpa dos bancos centrais, esse reconhecimento veio tarde. A partir da introdução desse argumento, o produtor do texto desvaloriza o argumento anterior, fazendo com que o argumento com *porém* seja mais forte.

(09) *A tarefa de governar o Acre não é tão romântica como parece para alguns. Ao contrário, se eleito Tião manterá as conquistas alcançadas nos governos de Jorge Viana e Binho, **PORÉM** a elas deverá acrescentar ingredientes inovadores, como forma de resolver problemas reais. (A realização de um sonho coletivo – **Jornal Pag 20**. 05/06/2010).*

Nesta ocorrência, o argumento introduzido por *porém* estabelece com o anterior (se eleito Tião manterá as conquistas alcançadas nos governos de Jorge Viana e Binho) a relação de **correção ou retificação**. Nesse caso, o argumento introduzido por *porém* funciona como sustentação do argumento: “A tarefa de governar o Acre não é tão romântica como parece para alguns”. A relação com esse argumento é estabelecida pelo conector **ao contrário**, que introduz todo o restante desta ocorrência (se eleito Tião manterá as conquistas alcançadas nos governos de Jorge Viana e Binho, **PORÉM** a elas deverá acrescentar ingredientes inovadores, como forma de resolver problemas reais.). Todo esse enunciado, que funciona como sustentação do argumento antecedente, só tem sentido completo com a **correção** introduzida por *porém* (a elas deverá acrescentar ingredientes inovadores, como forma de resolver problemas reais.), pois é a partir do argumento introduzido por *porém* que entendemos porque a tarefa de governar o

Acre não é tão fácil (*romântica*) como parece. Por isso, o argumento introduzido por **porém** é o mais relevante/forte para o sentido estabelecido na ocorrência 09.

(10) *O que há de comum nessa região é o relevo acidentado e as chuvas intensas, em ambos os casos, decorrentes da formidável muralha da Serra do Mar e, entre São Paulo e Rio, da sua irmã, a Serra da Mantiqueira. Em muitos locais dessas serras as encostas têm forte inclinação e a vegetação original, constituída por densa floresta, foi removida e substituída por pastagem ou vegetação secundária, estradas foram construídas e os morros foram ocupados por barracos, casas, barracões e até mesmo prédios.*

Esses fatores, encostas de forte declividade e ocupação humana, associados a chuvas contínuas e intensas, têm papel determinante na deflagração da maioria dos escorregamentos. Eles vêm sendo estudados desde o início da década de 1950, depois que foram construídas as primeiras usinas hidrelétricas de Cubatão (SP) e Nilo Peçanha (RJ), ambas atingidas por escorregamentos. Em 1928 um violento deslizamento afetou o Monte Serrat, em Santos, matando 60 pessoas e demolindo parte da Santa Casa, em consequência dos mesmos agentes.

*O pior, **PORÉM**, estava à frente. Em janeiro de 1967 uma área com cerca de 30 km de diâmetro, na região da Serra das Araras, com centro na Via Dutra, foi submetida a chuvas muito fortes depois de chuvas contínuas. Dezenas de escorregamentos ocorreram nas encostas provocando muita destruição e mais de 1.200 mortes, até hoje o evento natural de maior letalidade. Dois meses depois, em março, o processo repetiu-se nas proximidades de Caraguatatuba, matando 120 pessoas e destruindo 400 casas no seu caminho para o mar, ainda hoje enlameado. (Tragédia anunciada – **Jornal O Estado de São Paulo**. 13/01/2010).*

Nesta ocorrência, **porém** estabelece, com o argumento anterior (*Em 1928 um violento deslizamento afetou o Monte Serrat, em Santos, matando 60 pessoas e demolindo parte da Santa Casa, em consequência dos mesmos agentes.*), a relação de **contraposição na mesma direção**.

Por essa relação, o produtor do texto argumenta que houve escorregamentos piores do que o que aconteceu em Santos, colocando o argumento introduzido por **porém** (*O pior, **PORÉM**, estava à frente. (...). Dois meses depois, em março, o processo repetiu-se nas proximidades de Caraguatatuba, matando 120 pessoas e destruindo 400 casas no seu caminho para o mar, ainda hoje enlameado.*) como mais relevante, superior, ao que o antecede. A força argumentativa de **porém**, nesse caso, é principalmente percebida pelo adjetivo “*pior*”.

(11) *Outro dia ouvi uma pergunta provocativa de um pai a uma educadora: “O computador deve ou não fazer parte da vida de uma criança?”. A professora discorreu sobre uma série de aspectos positivos e*

*negativos da questão, deixando uma série de outras perguntas no ar. De fato, o assunto é polêmico e divide opiniões dos especialistas no tema. Os da corrente a favor defendem o acesso dos pequenos a partir dos seis anos, idade em que começam a se alfabetizar e, por isso, seria utilizado para outros fins, e não apenas para brincadeiras. **PORÉM**, sem uma exposição que ultrapasse uma hora diária. (A internet e os problemas decorrentes – **Jornal Gazeta de Alagoas**. 19/05/2010).*

Na ocorrência 11, *porém* estabelece a relação de **restrição** com o argumento anterior, pela qual esse elemento modifica/restringe a informação contida no argumento que o antecede, que diz que o computador pode ser usado por crianças com fins que não sejam só o de brincar, tornando essa informação mais específica ao dizer que esse uso tem limite, ou seja, que ele não pode ultrapassar uma hora diária. O argumento introduzido por *porém* é decisivo para o sentido estabelecido nesta ocorrência, e, portanto, mais forte que o argumento antecedente.

*(12) Os países sísmicos despendem milhões anualmente em sofisticados sistemas de monitoramento e, mais cedo ou mais tarde, vão conseguir se prevenir quanto aos terremotos. Aqui, temos disponível a tecnologia de prevenção dos escorregamentos, desenvolvida por nós mesmos, com um custo sensivelmente inferior, **PORÉM** não a aplicamos por desconhecimento e inação dos governos. (Tragédia anunciada – **Jornal O Estado de São Paulo**. 13/01/2010).*

Nesta ocorrência, retirada do mesmo artigo que a ocorrência 10, *porém* estabelece a relação de **negação da inferência** com o argumento anterior. Pelo argumento que antecede o introduzido por *porém* (*Aqui, temos disponível a tecnologia de prevenção dos escorregamentos, desenvolvida por nós mesmos, com um custo sensivelmente inferior*) inferimos que a tecnologia de prevenção dos escorregamentos desenvolvida no Brasil é aplicada, já que é mais barata. Essa informação vem, a seguir, negada pelo argumento introduzido por *porém*, e modifica o sentido que vínhamos construindo com o desenrolar do texto, o que faz com que o argumento introduzido por *porém* se torne mais relevante/forte para o sentido desta ocorrência.

(13) O terceiro fenômeno é o despreparo, a sentida ausência (mesmo quando presentes de corpo e alma) dos guardas municipais de trânsito!

Quando não estão camuflados em alguma esquina ou moita do canteiro central, ao que parece mais preocupados em achar um motivo para multar os motoristas que por ali trafegam, parecem desfrutar tranquilamente da paisagem. Me fazem lembrar os anões de jardim.

Em caso de acidente ou quebra de veículos (e estes são diários) ficam ao lado dos veículos acidentados sem a menor idéia de como fazer fluir o trânsito! Ano passado me deparei com dois episódios entre tantos que vemos diariamente: motocicleta e ou motociclista ao chão.

Caso 1: cruzamento em frente à Caixa Econômica... Trânsito lento, quase parado! Ao lado da motocicleta (seu condutor já havia sido socorrido pelos anjos do asfalto, Samu e Bombeiros), estavam uns quatro guardas municipais de trânsito. Olhavam, impávidos colossos, ao tráfego lento e pesado! Nem sequer se preocupavam em se adiantar uns poucos passos e orientar aos motoristas que vinham no sentido Centro-Gruta a iniciar o desvio um pouco para a direita, melhorando o fluxo de veículos!

*Caso 2: Moto e seu condutor, já falecido, ao chão. Caos absoluto! Nada do rabecão e lá estava o corpo estendido no chão, seminu, apenas de cueca, exposto à curiosidade pública! E os guardas? Ao lado, sem nem mesmo se dignarem a retirar o corpo para o canteiro central ou mesmo cobri-lo com um pano ou sei lá o que! Pois é... Soube recentemente que esse pessoal não fez concurso para a função de agentes de trânsito. Ok, ok... Talvez eu esteja sendo injusto! **PORÉM**, certamente receberam treinamento para preencher o talão de multas! (Fernandes Lima: isso lá é trânsito? – **Jornal Gazeta de Alagoas**. 12/01/2010).*

Nesta ocorrência, **porém** exerce a função de **compensação**. Por meio dessa função, o produtor do texto argumenta que em compensação ao fato de os guardas municipais de trânsito não terem recebido treinamento para agirem como agentes de trânsito, pois, eles não sabem como agir em casos de acidentes e problemas de trânsito, eles receberam treinamento para preencherem talões de multa, pois, essa é a única prática exercida por esses guardas. Ao argumentar nesse sentido, o enunciado introduzido por **porém** se mostra mais relevante para o sentido desta ocorrência, pelo qual chegamos à conclusão de que os guardas municipais de trânsito parecem preocupados em achar motivos para multar motoristas porque eles receberam treinamento somente para isso.

Os exemplos sobre a força argumentativa de **porém** reiteram, portanto, a afirmação de que a força desse elemento linguístico não é determinada pelas funções que ele exerce, mas sim pelo conteúdo dos enunciados e que, portanto, **porém** é usado para introduzir informações fundamentais para o sentido do texto, como já mencionado.

Diferentemente dessa situação, percebemos que a orientação argumentativa, ou seja, a direção para a qual vai o texto, está correlacionada com as funções de **porém**.

Porém, nas 73 ocorrências analisadas, exerce os seguintes tipos de orientação argumentativa:

Quadro 07: orientação argumentativa de **porém** no *corpus* de análise.

Orientação argumentativa	Introduz argumento para conclusão oposta	Introduz argumento para conclusão contrária	Introduz argumento para mesma conclusão	Introduz argumento para conclusão diferente	Introduz argumento para conclusão independente	Total
Nº de ocorrências	20	15	13	10	10	68
Percentual	29,4%	22,1%	19,1%	14,7%	14,7%	100%

Este quadro mostra os tipos de orientação argumentativa exercidos por **porém** em 68 das 73 ocorrências analisadas. Nas outras cinco ocorrências restantes, **porém** apresenta valor ambíguo. Essas ocorrências foram computadas pelo Goldvarb, pelo fator **não se aplica**¹², pois não tínhamos condições de prever os tipos de orientação argumentativa exercidos por **porém** com valores não prototípicos, assim como não tínhamos condições de prever as funções não prototípicas (ambíguas) de **porém**. Como exemplo de um desses casos, apresentamos a ocorrência 14:

(14) O Ministério do Desenvolvimento Agrário passou a operar o Pronaf segundo critérios exageradamente ideológicos e partidários. Assim funciona o jogo do poder. Afinal, a oligarquia rural também sempre mandou no Ministério da Agricultura.

Um grave problema, **PORÉM**, surgiu dessa trama. Ao apartar o atendimento aos pequenos agricultores em outra pasta, criou-se uma falsa dicotomia. A polarização acirrou a distinção, inexistente, entre agronegócio e agricultura familiar. (Agronegócio familiar – **Jornal O Estado de São Paulo**. 26/07/2011).

Nesta ocorrência, o argumento que antecede o introduzido por **porém** argumenta de forma crítica sobre a gestão do Pronaf exercida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário: “segundo critérios exageradamente ideológicos e partidários”, o que confere ao argumento

¹² Esse fator é atribuído ao dado em análise, quando nenhum dos fatores de um grupo de fator se aplica a ele.

introduzido por *porém* um sentido consecutivo, levando-nos a entender o enunciado introduzido por esse elemento da seguinte forma: Um grave problema, **consequentemente**, surgiu dessa trama. Esse funcionamento de *porém*, de acordo com Perini (2006), o aproxima dos advérbios da classe de **consequentemente**. *Porém*, nesse caso, introduz a conclusão.

No que se refere a *porém* com as funções de **contraste, contraposição com eliminação, contraposição em direção independente, correção ou retificação, contraposição na mesma direção, restrição, negação da inferência e compensação**, a análise do *corpus* mostrou que *porém* exerce os tipos de orientação argumentativa apresentados no quadro 08:

Quadro 08: correlação orientação argumentativa/funções de *porém* no *corpus* de análise.

<div> <div>Orientação</div> <div>Função</div> </div>	Introduz argumento para conclusão oposta	Introduz argumento para conclusão contrária	Introduz argumento para mesma conclusão	Introduz argumento para conclusão diferente	Introduz argumento para conclusão independente	Total
Contraposição na mesma direção	0	0	7	0	0	7
Contraste	17	0	0	0	0	17
Negação da inferência	4	0	0	0	0	4
Contraposição em direção independente	0	0	0	0	10	10
Correção ou retificação	0	0	6	3	0	9
Restrição	0	0	0	5	0	5
Compensação	0	0	0	2	0	2
Contraposição com eliminação	0	14	0	0	0	14
Total	21	14	13	10	10	68
Percentual	30,9%	20,6%	19,1%	14,7%	14,7%	100%

O quadro 08 mostra que: (i) quando *porém* exerce as funções de **contraste** e **negação da inferência**, orienta o enunciado para **conclusão oposta**; (ii) quando exerce a função de **contraposição com eliminação**, orienta o enunciado para **conclusão contrária**; (iii) quando exerce a função de **contraposição na mesma direção**, orienta o enunciado para a **mesma conclusão**; (iv) quando exerce a função de **contraposição em direção independente**, orienta o enunciado para **conclusão independente**; (v) quando exerce a função de **restrição** e **compensação**, orienta o enunciado para **conclusão diferente**; (vi) a função de **correção ou retificação** permite que *porém* oriente o enunciado, além de para **mesma conclusão**, para **conclusão diferente**.

Acreditamos que as duas possibilidades de orientação argumentativa de *porém* com a função de **correção ou retificação** se deve ao fato de que, apesar de os nomes **correção e retificação** serem sinônimos, é possível distinguir essa função de duas diferentes maneiras:

No primeiro caso, o argumento introduzido por *porém* funciona como uma paráfrase do(s) argumento(s) anterior(es), como é o caso da ocorrência 15. Esse tipo de situação resulta numa igualdade de direção dos argumentos, ampliando o contexto pelo acréscimo de informação, como forma de explicar melhor o que foi dito no(s) argumento(s) anterior(es) ao introduzido por *porém*:

(15) Bento 16 escolheu como tema deste Dia Mundial 2010: “ O sacerdote e a pastoral no mundo digital: as novas mídias ao serviço da Palavra”. Com esse tema e com sua mensagem, o papa exorta os padres neste Ano Sacerdotal, a utilizarem as novas tecnologias para anunciar o Evangelho. Mas não se trata agora de levar laptops para os altares, menos ainda de ler a Bíblia em palms ou e-books, ou ainda de usar Data show ou PowerPoint nas homilias. Trata-se, **PORÉM** de aceitar com coragem o desafio de evangelizar atravessando as numerosas encruzilhadas criadas pelo denso emaranhado de ruelas, varadouros, estradas e grandes rodovias que sulcam o ciberespaço, para oferecer às pessoas do continente digital, os sinais necessários para encontrarem a presença do Deus da Vida e da Esperança. (Papa manda padres para o ciberespaço – **Jornal Pag 20**. 16/05/2010).

Na ocorrência 15, o argumento introduzido por *porém* amplia o contexto da informação contida no argumento anterior que diz que não se trata de utilizar as novas tecnologias para, por exemplo, ler a bíblia, especificando a forma como devem ser tratadas as novas tecnologias para anunciar o Evangelho. Dessa forma, ambos os argumentos são apresentados para a **mesma conclusão**, qual seja: introduzir as novas mídias no evangelho significa trazer as novas tecnologias como tema para a discussão da vida religiosa.

No segundo caso, percebemos que o argumento introduzido por *porém* nos faz considerar a(s) informação(ões) anterior(es) como errada(s), introduzindo, dessa forma, uma nova informação ou a informação que o produtor acredita ser a certa, sendo que essa

informação é diferente da(s) contida(s) no(s) argumento(s) anterior(es), como é o caso da ocorrência 16:

(16) *Estamos todos de acordo quanto à realidade imediatista dos dias atuais, onde a espera é uma noção muito vaga, se não inexistente, na construção mental das pessoas. Há o modelo fast food, e outros “fasts”, todos que se quiser. Fast news (notícia rápida), fast date (namoro rápido), e por aí vai. Quem tem filhos em idade escolar percebe a enorme diferença na conduta do estudante perante a aprendizagem, de uma geração atrás para a atual. Há, **PORÉM**, que se considerar o seguinte: todas as pessoas, no seu processo de desenvolvimento psíquico, atravessam um primeiro sistema, que Freud chamou “princípio do prazer”. Isto significa que o bebê ou criança bem pequena funciona buscando o prazer imediato, descarregando diretamente suas tensões sem condições de dar a estas um outro destino. (Esperar faz bem, **Jornal Zero Hora**. 21/11/2009).*

Nesta ocorrência, por meio do argumento introduzido por *porém*, o produto do texto corrige o argumento anterior, defendendo a ideia de que a diferença entre as gerações não é o único fator responsável pelo imediatismo dos dias atuais, mas que existe um outro fator responsável por ele: o “*princípio do prazer*”. Essa diferença de informação contida em ambos os argumentos resulta numa diferença de direção dos mesmos.

Considerando, então, os dois casos apresentados e discutidos anteriormente, e a definição oferecida por dicionários de Língua Portuguesa para **retificação**: “alinhamento” e para **correção**: “revisão; o que é correto”, definimos o primeiro caso como de **retificação**, que significa, portanto, que o argumento introduzido por *porém* parafraseia o(s) argumento(s) anterior(es), de forma a fazer com que os argumentos sejam apresentados para a **mesma conclusão**, e o segundo caso como de **correção**, que significa que o argumento introduzido por *porém* é orientado para uma **conclusão diferente** da do argumento anterior, corrigindo-o.

Em 100% das ocorrências em que *porém* desempenha as funções de **contraste**, **negação da inferência**, **contraposição com eliminação**, **contraposição na mesma direção**, **contraposição em direção independente**, **restrição**, **compensação**, **correção** e **retificação**, ele orienta os enunciados para apenas um tipo de direção, como é possível perceber nas ocorrências 15, em que *porém* exerce a função de **retificação** e 16, que diz respeito a *porém*

com a função de **correção**. O mesmo vale para *porém* com as outras funções (cf. quadro 08).

Como exemplo de cada uma dessas outras funções, apresentamos as ocorrências de 17 a 23, a seguir:

(17) *Passamos, sem perceber, grande parte de nossa vida trabalhando, rindo e às vezes chorando, procurando viver bem enquanto temos a vida como prêmio. **PORÉM**, muita gente destrói parte da vida por ter saído de seus limites. É preciso pensar na vida e não apenas correr pela vida, como se não fosse possível correr e pensar ao mesmo tempo. (Trabalho e repouso devem andar juntos – **Gazeta de Alagoas**. 22/11/2009).*

Nesta ocorrência, por meio do uso do argumento anterior ao introduzido por *porém*, o produtor do texto defende a ideia de que as pessoas procuram viver bem. Pelo argumento introduzido por *porém*, ele argumenta que algumas pessoas não fazem o mesmo, pelo contrário, muitas delas destroem parte da vida. Dessa forma, *porém* estabelece a relação de **contraste** entre “viver bem” (ideia contida no argumento anterior ao introduzido por *porém*) e “destroem parte da vida” (ideia contida no argumento introduzido por *porém*), orientando o argumento que introduz para a **conclusão oposta** à do argumento anterior.

(18) *Os topázios derivam da palavra grega “bilhar” que, também, se utiliza para designar a palavra fogo. Os topázios são mais conhecidos na cor amarelo-dourado, mas existem o amarelo-laranja, o vermelho, o cor de mel, o cereja escuro, o verde, o azul e o rosa. O topázio chamado imperial e o rosa são, **PORÉM**, os mais valiosos. A pedra não é tão dura e é preciso todo cuidado para não quebrá-la nem riscá-la. Encontra-se o topázio no Brasil, na Nigéria e no Sri Lanka. (As pedras preciosas e suas origens – **Gazeta de Alagoas**. 18/05/2010).*

Nesta ocorrência, o argumento introduzido por *porém*, que defende a ideia de que o topázio imperial e o rosa são os mais valiosos dentre os Topázios, estabelece a relação de **contraposição na mesma direção** com o argumento anterior (*Os topázios são mais conhecidos na cor amarelo-dourado, mas existem o amarelo-laranja, o vermelho, o cor de mel, o cereja escuro, o verde, o azul e o rosa.*), pois o argumento que *porém* introduz se relaciona comparativamente

ao anterior, apresentando-se como superior a ele. Nesse sentido, dizemos que, devido a uma relação hierárquica, esses argumentos são direcionados para a **mesma conclusão**. Esse contexto caracteriza, segundo Ducrot (1981), uma escala argumentativa, ou, segundo Neves (2000), uma relação superlativa, na qual o argumento introduzido por *porém* é superior ou mais forte do que o argumento que o antecede.

(19) *É a 15ª conferência ambiental realizada pela ONU no sentido de encontrar meios para os inquietantes problemas climáticos que ameaçam a vida do planeta Terra. Uma base de 192 representantes de várias regiões do globo estiveram presentes entre os quais os que mais poluem a atmosfera com a emissão irresponsável de gases efeito estufa: Estados Unidos, China, Brasil e Índia. **PORÉM** os mais incriminados pelo aquecimento global, não tinham metas. (A propósito da Conferência de Copenhague – **Gazeta de Alagoas**. 22/12/2009).*

Nesta ocorrência, o argumento anterior ao introduzido por *porém*, que defende a ideia de que a conferência ambiental foi realizada para encontrar soluções para problemas climáticos, causados, principalmente, pelos países que mais poluem a atmosfera, nos permite inferir que os países mais responsáveis pela emissão de gases poluentes na atmosfera são aqueles que mais contribuições e soluções ofereceriam para esses problemas. No entanto, essa inferência é negada pelo argumento introduzido por *porém*, que defende a ideia oposta que inferimos pelo argumento anterior, ou seja, a de que, diferentemente do que se imaginava, esses países não apresentaram soluções para os problemas climáticos.

Porém, na ocorrência 19, exerce, portanto, a função de **negação da inferência**, orientando o argumento que introduz para a **conclusão oposta** à do argumento anterior.

(20) *A sucessão presidencial está aí e o partido de Tuma pai e Tuma filho não sabe se fica onde está ou se muda de lado. Tem, **PORÉM**, alguns minutos de TV no horário eleitoral com que seremos assediados. E isso conta, mesmo que a repetição das velhas chorumelas embelezadas pelas agências de publicidade nos canse. (Turma do Dunga – **Jornal Zero Hora**. 16/05/2010).*

Na ocorrência 20, o argumento anterior ao introduzido por *porém* defende a ideia de que o partido de Tuma não sabe se muda de lado. Já o argumento introduzido por *porém* defende a ideia de que, em compensação, ou seja, apesar da dúvida, o partido dispõe de propaganda partidária, no horário eleitoral. Assim, *porém* estabelece a relação de **compensação**, e ao estabelecer essa relação, orienta o argumento que introduz para uma **conclusão diferente** da do argumento anterior.

(21) *Como reagiríamos se Ronaldinho Gaúcho, excluído da lista do Mundial, dissesse ao Dunga que continuaria na Seleção? E que, se não lhe dessem uniforme, jogaria com a camiseta guardada nas gavetas da sua casa em Milão ou Porto Alegre? Nosso Ronaldinho, **PORÉM**, é educado. Pode irritar-se em campo quando lhe puxam a camisa ou enfiar os pés em coices pelos tornozelos para impedir o balé de mestre com que nos delicia, mas nunca foi arrogante. Sua hábil maestria está também na humildade. É o oposto de Tuma Júnior. (Turma do Dunga – **Jornal Zero Hora**. 16/05/2010).*

Nesta ocorrência, retirada do mesmo artigo que a ocorrência 20, o argumento anterior ao introduzido por *porém* defende a ideia de que Ronaldinho Gaúcho poderia ter um comportamento desobediente. Com o argumento introduzido por *porém*, essa ideia não é sustentada, pois, ao contrário, Ronaldinho é educado, e, portanto, não poderia ser desobediente. Dessa forma, *porém* estabelece, nessa ocorrência, a função de **contraposição com eliminação**, introduzindo um argumento que elimina o argumento anterior, orientando o argumento que introduz para a **conclusão contrária** à do argumento que o precede.

(22) *Quando Lula anunciou sua ida ao Irã, mais uma vez foi tratado como chacota por setores da imprensa nacional e internacional, os quais tinham plena convicção de que sua visita fracassaria. O acordo saiu e de quebra, ainda foi libertada a jornalista francesa Clotilde Reiss. Esse foi um dia histórico para a diplomacia brasileira, que sob a liderança de um grande estadista, contribuiu para a paz mundial. Após o acordo, toda imprensa internacional estampou em primeira página esse fato grandioso. É claro que nem os EUA nem a imprensa anti-Lula darão o braço a torcer, defendendo ainda as sanções e desconfiando do Irã. **PORÉM**, o que importa é que, mais uma vez, Lula teimou. E levou. Porque na política, assim como na vida, a omissão é pior que uma ação frustrada. (Lula, o Teimoso – **Jornal Pag 20**. 20/05/2010).*

Na ocorrência 22, o argumento anterior ao introduzido por **porém** defende o sucesso da ida de Lula ao Irã. Assim que **porém** introduz um novo argumento, esse argumento faz com que o argumento anterior apareça como menos relevante para a conclusão que o produtor pretende chegar. Essa desvalorização do argumento anterior é ainda mais evidente por vir lexicalizada pela expressão “o que importa é que”, que contribui para que o argumento introduzido por **porém** se torne independente do argumento anterior. Assim, **porém**, nesta ocorrência, estabelece a relação de **contraposição em direção independente**, orientando o argumento que introduz para uma **conclusão independente** da conclusão anterior.

(23) *É salutar que o governo esteja pensando em levar ao Legislativo projeto de lei relativo à compra de terras por estrangeiros, pois o País não pode conviver com pareceres distintos da Advocacia-Geral da União que alteram o que se entende por empresa nacional de capital estrangeiro: ora é equiparada à empresa nacionais de capital brasileiro, como na legislação anterior, ora é objeto de tratamento diferente. A insegurança jurídica torna-se, assim, a regra, travando o investimento dessas empresas e, certamente, prejudicando o desenvolvimento nacional.*

O capital estrangeiro tem contribuído, e muito, para o crescimento do País, não apenas no setor rural, mas também no industrial e no de serviços. É notório que o Brasil carece desses capitais e seu investimento produtivo tem sido decisivo nos últimos anos. Mas agora empresas que estavam em pleno processo de investimento nele põem freio, pois não mais sabem o que pode acontecer. De repente, devem dar uma marcha à ré, no aguardo de maior esclarecimento do que podem ou não fazer. Projetos ficam inconclusos, prejudicando, na verdade, todos nós.

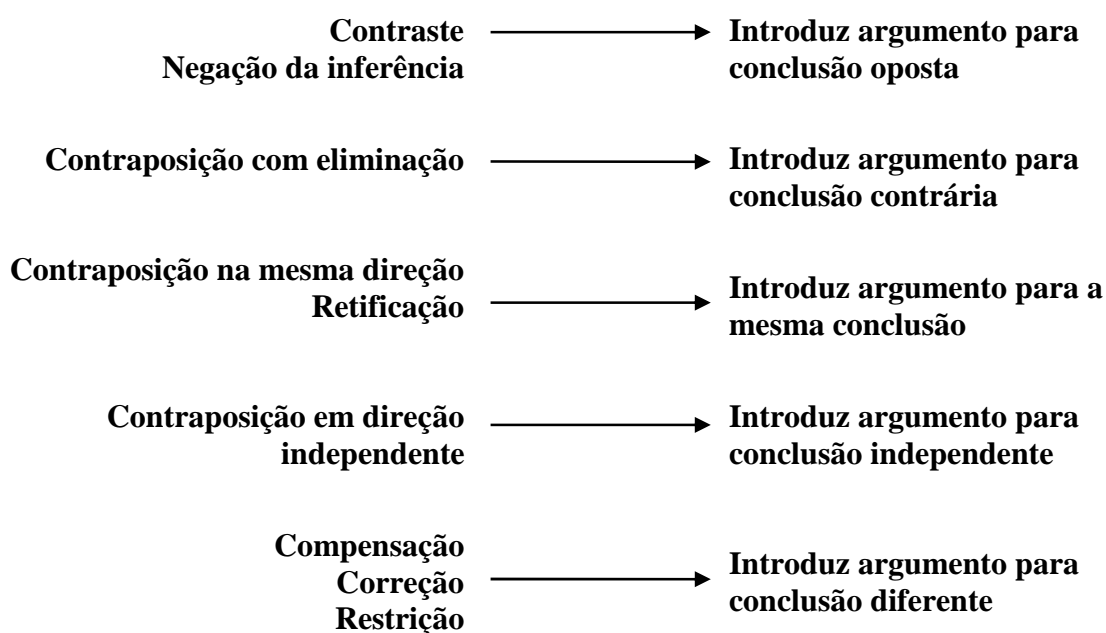
Nesse contexto, a elaboração e a aprovação de uma lei que estabeleça parâmetros claros podem ser uma contribuição decisiva a esse processo. Essa é, ressaltamos, a própria função da Câmara e do Senado.

*No imediato, **PORÉM**, devemos ter claro que o Brasil de hoje - e o mundo - é globalizado, não cabendo nenhum preconceito contra o capital estrangeiro, em defesa de um nacionalismo estreito, que produziu efeitos tão nocivos no passado. Eis a nova realidade. A discussão a respeito deve ser técnica, não ideológica, voltada para o enfrentamento de alguns problemas reais. O País, frise-se, necessita de capitais e tecnologia estrangeiros. (Segurança e terra de estrangeiros – **Jornal O Estado de São Paulo**. 18/07/2011).*

Na ocorrência 23, **porém** estabelece, com o argumento anterior (*Nesse contexto, a elaboração e a aprovação de uma lei que estabeleça parâmetros claros podem ser uma contribuição decisiva a esse processo. Essa é, ressaltamos, a própria função da Câmara e do Senado.*), a relação de **restrição**, argumentando que a definição e aprovação da lei deve acontecer, mas sem que haja discriminação do capital estrangeiro. Por essa relação, **porém** orienta o texto para uma

conclusão diferente da anterior, pois pelo argumento que antecede o introduzido por esse elemento temos a impressão de que o produtor do texto está mudando de ideia quanto à defesa do capital estrangeiro, uma vez que argumenta a favor da aprovação da lei. Com o argumento introduzido por *porém*, entendemos que o produtor não mudou de ideia, mas que ele defende a elaboração e aprovação da lei que especifica a compra de terras por estrangeiros, mas sem discriminar o capital estrangeiro.

Nas outras ocorrências que constituem o *corpus* deste estudo, o funcionamento de *porém* se dá de forma equivalente, ou seja, há correlação entre as funções e orientações argumentativas de *porém*, conforme demonstrado pelo esquema a seguir:



A correlação que existe entre funções e orientações argumentativas de *porém* nos leva a perceber que: (i) as funções de *porém* são determinadas pelo conteúdo dos enunciados; (ii) as funções de *porém* determinam a direção para a qual vai o texto, ou seja, a orientação argumentativa desencadeada por esse elemento linguístico. Isso faz com que a orientação argumentativa de *porém* seja também determinada pelo conteúdo dos enunciados, como

afirma Guimarães (1987), somado à interferência de orientação linguística, como afirma Ducrot (1989).

Vale ressaltar que os resultados obtidos sobre a relação entre função e orientação argumentativa de *porém* se deram diferentemente da forma como as havíamos relacionado para definir os tipos de orientação argumentativa no capítulo 03, pois percebemos que *porém* com as funções de **restrição** e **compensação** não orienta o argumento para **conclusão oposta**, mas para **conclusão diferente**.

Além disso, pudemos perceber também que, além dos tipos de orientação argumentativa exercidos por *porém* e tratados anteriormente, quando esse elemento exerce funções não prototípicas (ambíguas), como as de **conclusão e/ou explicação** (oc. 01) e **consequência** (oc. 14), ele **introduz conclusão**.

Percebemos, pela análise das 73 ocorrências de *porém*, que a ambiguidade permite que apareça, além dos valores conclusivo e/ou explicativo e consecutivo, o valor aditivo para *porém*, fazendo com que *porém*, como na ocorrência abaixo, exerça a função de adição:

(24) *Sabe-se, entretanto, que o tal dragão é movido por um comando bastante conhecido: o instinto pelo lucro. Com efeito, ao notar que a procura pelo seu produto é maior do que ele tem e pode produzir, o dragão acorda no cérebro do capitalista e o instiga a elevar os preços. O que fazer, então, se é esse instinto que move as economias capitalistas? O que fazer, a fim de evitar os abusos do dragão? Trabalhar com disciplina, perseverança e zelo no trato da coisa pública, a fim de buscar o equilíbrio da economia e crescer sem inflação.*

*Mas isso é tudo que não se faz por aqui. Ao invés de enxugar os gastos e poupar, com o objetivo de realizar investimentos que estimulem a produção, leio notícias de que o governo federal gasta mais do que arrecada. **PORÉM**, jogar mais dinheiro na economia sem produção, também acorda o dragão. (Condenado ao subdesenvolvimento – **Gazeta de Alagoas**. 01/06/2010).*

Nesta ocorrência, nos argumentos anteriores a *porém*, o autor deixa claro que no Brasil tudo o que se faz não evita a inflação, ao contrário, colabora para que ela aconteça: “jogar mais dinheiro na economia sem produção”, informação que aparece no argumento introduzido por *porém*. Por esse motivo, *porém* soma-se aos argumentos anteriores a ele,

orientando o argumento que introduz para a **mesma conclusão** dos argumentos que o antecedem (*Ao invés de enxugar os gastos e poupar, com o objetivo de realizar investimentos que estimulem a produção, leio notícias de que o governo federal gasta mais do que arrecada.*), os quais justificam o argumento anterior a eles (*Mas isso é tudo que não se faz por aqui.*). Nesse sentido, **porém** equivale a elementos como **e**, por exemplo, fazendo com que essa ocorrência pareça com: “*Mas isso é tudo que não se faz por aqui. Ao invés de enxugar os gastos e poupar, com o objetivo de realizar investimentos que estimulem a produção, leio notícias de que o governo federal gasta mais do que arrecada.*” **Porém** (= **E**), “*jogar mais dinheiro na economia sem produção, também acorda o dragão.*”.

Os casos de **ambiguidade** associado ao valor aditivo, assim como ao consecutivo, não estão relacionados ao processo de gramaticalização de **porém**, que prevê o valor conclusivo-explicativo. Nesse sentido, em relação aos valores aditivo e consecutivo pode ser que eles tenham aparecido recentemente, ou seja, não estão previstos pela gramaticalização de **porém**, não se relacionam a origem desse elemento linguístico até o momento em que adquiriu o valor adversativo, mas do momento em que adquiriu esse valor até o momento atual da língua. Se for esse o caso, considerando que, neste estudo, encontramos apenas uma ocorrência de **porém** com o valor consecutivo e uma com o valor aditivo, pode ser que esses usos ainda venham a se tornar frequentes.

Outro fator que poderia ser apontado como favorecedor do aparecimento de valores não prototípicos (ambíguos) de **porém**, é a posição que ele ocupa. Pensando, ainda, no processo de gramaticalização desse elemento, se considerarmos que **porém** ainda não é uma autêntica conjunção coordenada adversativa, podemos afirmar que quando **porém** ocupa posição de conjunção coordenada, ou seja, no **início da última ou segunda oração**, corre o risco de apresentar algum traço de **ambiguidade**. Apesar disso, os resultados oferecidos pelo programa computacional *Goldvarb* nos mostram que das 73 ocorrências analisadas, **porém**

ocupa a posição inicial da última ou segunda oração em 37 delas, correspondendo a 50,7% das ocorrências. Dessas 37 vezes em que *porém* ocupa essa posição, em apenas três delas ele aparece com valor ambíguo, como mostra o quadro 09:

Quadro 09: correlação funções/posições de *porém* no *corpus* de análise.

Posições Funções	Início da última ou segunda oração	Entre nomes	Entre o sujeito e o verbo da última ou segunda oração	Depois do verbo da última ou segunda oração	No fim da última ou segunda oração	Antes do sujeito da última ou segunda oração	Antes do verbo da última ou segunda oração	Entre verbos	Total
Contraposição na mesma direção	4	0	1	1	0	1	0	0	7
Contraste	9	1	1	1	2	2	1	0	17
Contraposição em direção independente	5	1	1	0	1	0	1	1	10
Ambiguidade	3	0	1	0	0	1	0	0	5
Negação da inferência	4	0	0	0	0	0	0	0	4
Correção ou retificação	4	1	0	2	1	0	1	0	9
Restrição	2	1	0	0	0	0	1	1	5
Compensação	1	0	0	1	0	0	0	0	2
Contraposição com eliminação	5	5	2	0	1	1	0	0	14
Total	37	9	6	5	5	5	4	2	73
Percentual	50,7%	12,3%	8,2%	6,8%	6,8%	6,8%	5,5%	2,7%	100%

O quadro 09 mostra que, assim como *porém* ocupa a posição inicial da última ou segunda oração com valor ambíguo, ele também ocupa essa posição quando exerce outras funções, o que nos leva a afirmar que a posição que *porém* ocupa nada tem a ver com a sua **ambiguidade**, pois se assim fosse, quando *porém* ocupasse a posição inicial do enunciado, ele não exerceria funções adversativas. Isso significa que, mesmo que *porém* ocupasse outras posições, continuaria a estabelecer relações não adversativas (ambíguas), nos contextos em que essas relações ocorrem.

A mobilidade de *porém* não prejudica, portanto, seu emprego semântico, ao contrário, ela contribui, como afirma Fabri (2005), para dar ênfase a determinadas partes do enunciado. É o que acontece na ocorrência abaixo:

(25) *O diálogo entre ficção e realidade vem-se aperfeiçoando velozmente na indústria do entretenimento, com resultados cada vez mais potentes. O mesmo recurso - inserir falas de gente como a gente no fecho de cada episódio - já foi testado pelo próprio Manoel Carlos numa novela anterior, Páginas da Vida, de 2006. Agora, **PORÉM**, o procedimento mostra-se mais certo. A sintonia entre as falas das personagens fictícias e o discurso das pessoas reais é tão bem calibrada que parece que a realidade começou a falar a língua da ficção. A tal ponto que cabe perguntar: é a realidade que inspira a ficção ou a ficção que ordena a realidade?* (Feliz ano-novo, segundo a novela – **Jornal O Estado de São Paulo**. 31/12/2009).

O produtor deste enunciado, ao colocar *porém* após “agora”, deseja chamar a atenção do leitor para o momento em que o procedimento de inserir falas de pessoas reais num discurso fictício é mais certo, de forma que *porém* após “agora” auxilia o produtor do texto a chamar a atenção para esse momento e “agora” auxilia *porém* a chamar a atenção para o argumento que introduz, que nesta ocorrência, estabelece com o argumento anterior a relação de **contraposição na mesma direção**, pela qual os argumentos são hierarquizados e o argumento introduzido por *porém* é superior (“mais certo”).

Dentre todas as posições possíveis de serem ocupadas por *porém* num enunciado, conforme descrito no grupo de fator **posição** no capítulo 03, não o encontramos **depois do**

sujeito da última ou segunda oração, posição que se refere aos momentos em que *porém* vem imediatamente após o sujeito. Isso não significa que não existem momentos em que os produtores dos artigos de opinião desejam chamar a atenção para, principalmente, o sujeito do enunciado. O que ocorre é que, nos momentos em que *porém* aparece depois do sujeito, não há elementos antes do verbo, o que faz com que classifiquemos sua posição como **entre o sujeito e verbo da última ou segunda oração**, posição que, no *corpus* analisado, ele ocupa seis vezes, correspondendo a 8,2% das posições analisadas, e que, muitas vezes, é empregada para chamar a atenção, justamente, para o sujeito da oração, como é o caso da ocorrência abaixo:

(26) *Em desfavor de Dutra pesava o fato de ser fechado, de poucas palavras, impopular em meio ao povo. O brigadeiro, **PORÉM**, era um dos heroicos tenentes do Forte de Copacabana, na epopeia de 1922. Vinha respaldado pelo apoio de todos os que se aliaram na luta contra a permanência de Getúlio Vargas no poder, após 15 anos de governo. Dotado de simpatia, embora de temperamento austero, cativava o eleitorado feminino com o bordão "vote no brigadeiro, é bonito e é solteiro".* (A incógnita Dilma – **Jornal O Estado de São Paulo**. 15/05/2010).

Nesta ocorrência, *porém* ocorre **entre o sujeito e o verbo da última ou segunda oração**. Nesse caso, a intenção do produtor é chamar a atenção para o sujeito da oração em que ocorre *porém*, pois o foco do assunto é Dutra: o brigadeiro.

Percebemos, ainda, que quando a intenção é chamar a atenção para um elemento ou parte que está no final do enunciado, o produtor não só emprega *porém* após esse elemento ou parte do enunciado, mas também, desloca esse elemento ou parte do enunciado para o início do enunciado, invertendo a oração, como registram as gramáticas normativas de Língua Portuguesa. A ocorrência que se segue exemplifica o que está sendo dito:

(27) *No plano doméstico, também pela primeira vez o regime islâmico apresenta fraturas. Há dissidência aberta de membros da elite civil e religiosa, além de recorrentes manifestações de protesto nas ruas. A dúvida é se novas sanções ajudam ou dificultam o progresso das negociações, já que podem servir de bandeira para o regime reunificar a elite e enrijecer-se numa posição de intransigência.*

De uma coisa, **PORÉM**, ninguém duvida. Os olhos do mundo estarão voltados para o tema do desarmamento e da não-proliferação em 2010. E para o Irã, em particular. Na primeira quinzena de maio, em Nova York, terá lugar a conferência que, a cada cinco anos, revê o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), do qual o Irã, assim como o Brasil, é signatário. Os três encontros preparatórios realizados em 2009 deixam claro que um dos itens centrais da agenda será o "fortalecimento de salvaguardas para impedir a proliferação", entre elas o chamado protocolo adicional do TNP, que aumenta os poderes de inspeção da AIEA. O Brasil tem-se recusado até agora a assiná-lo. Na Estratégia Nacional de Defesa, lançada no final de 2008, a assinatura fica condicionada a que as potências nucleares caminhem no sentido do desarmamento. Obama moveu os EUA nessa direção, trazendo a Rússia consigo. (Campo minado – **Jornal O Estado de São Paulo**. 03/01/2010).

Nesta ocorrência, o argumento introduzido por *porém* aparece em uma oração **invertida**, em que o produtor deseja chamar a atenção para o final da oração: “de uma coisa”, dando maior ênfase a essa parte da oração. Tal efeito de sentido, talvez, não fosse o mesmo, se essa oração estivesse na ordem **direta**: “ninguém duvida de uma coisa”, na qual *porém* se localizaria após “de uma coisa”, e, portanto, no final da última oração. Isso ocorre porque, nessa ocorrência, a intenção do produtor do texto é criar **contraste** entre aquilo que se duvida (argumento anterior) e aquilo de que não se tem dúvida (argumento introduzido por *porém*), provocando, conseqüentemente, a inversão da oração e fazendo com que *porém* se localize **antes do sujeito da segunda ou última oração** do enunciado em que ocorre.

Há, entretanto, casos de inversão que não são responsáveis pela posição que *porém* ocupa, uma vez que, de qualquer forma, tanto na ordem direta quanto na ordem invertida da oração em que ocorre *porém*, ele ocupa a mesma posição, como é o caso da ocorrência abaixo:

(28) *De onde vem ou onde nasce o poder arrogante do atual secretário nacional de Justiça, negando-se a deixar o cargo? Virá só de suas atribuições – repatriamento de dinheiro enviado ilegalmente ao Exterior, regularização de estrangeiros e controle das ONGs no país? A investigação da Polícia Federal não começou nele, mas nas atividades de Li Kwok Kuen, o chinês naturalizado brasileiro, monarca do contrabando e da pirataria, e seu antigo assessor parlamentar quando deputado estadual em São Paulo.*

O próprio Tuma admite que o chinês era seu amigo. Aos jornais, contou que após a prisão de Li, meses atrás, indagou do então ministro da Justiça, Tarso Genro, se devia afastar-se do cargo. “Toca o pau”, respondeu-lhe o ministro, confirmando a confiança e mandando que continuasse.

Desde então, agigantou-se o poder desse delegado estadual de polícia no Ministério da Justiça. Em maio de 1980, há 30 anos, seu pai, o delegado Romeu Tuma, chefe do Dops paulista, prendeu Lula da Silva e outros sindicalistas na greve operária do ABC. A sombra do delegado-torturador Sérgio Fleury pairava ainda sobre a temível polícia política com uma diferença: vivia-se a “abertura redemocratizadora” do general Figueiredo, os tempos começavam a mudar e Tuma era “durão”, mas afável e educado. Dias depois, permitiu que Lula deixasse o cárcere, escoltado, mas sem algemas, e presenciasse por alguns minutos o velório da mãe, dona Eurídice.

*Não é isso, **PORÉM**, que explica a leniência de Lula-presidente. A gratidão é virtude, não defeito, mas é algo pessoal e individual, que não deve interferir no conjunto dos interesses do Estado nem transferir-se de pai para filho. Não pode cegar a quem a recebe nem exaltar a quem a concede.* (Turma do Dunga – **Jornal Zero Hora**. 16/05/2010.).

Nesta ocorrência, o produtor deseja chamar a atenção para o que não explica a leniência de Lula-presidente: a relação com Tuma, de maneira que *porém* aparece após “Não é isso”, ocupando, portanto, a posição **no fim da segunda ou última oração**. A oração em que ocorre *porém* é deslocada para o início do enunciado (*Não é isso, (...). Não pode cegar a quem a recebe nem exaltar a quem a concede.*) como estratégia utilizada pelo produtor do texto para chamar mais atenção para ela, o que resulta numa oração subordinada subjetiva.

Se a ocorrência 28 estivesse na ordem direta, consistiria numa oração simples e não num encadeamento de subordinação e *porém* continuaria na mesma posição, mas o efeito de sentido não seria o mesmo: “a explicação para a leniência de Lula-presidente não é isso, *porém*”, ou seja, não causaria o mesmo impacto, isso porque o objetivo do produtor do texto, nessa ocorrência, é estabelecer **contraposição em direção independente**, tornando o argumento anterior ao introduzido por *porém* (*Em maio de 1980, há 30 anos, seu pai, o delegado Romeu Tuma, chefe do Dops paulista, prendeu Lula da Silva e outros sindicalistas na greve operária do ABC. (...). Dias depois, permitiu que Lula deixasse o cárcere, escoltado, mas sem algemas, e presenciasse por alguns minutos o velório da mãe, dona Eurídice.*), menos importante para o sentido ao qual ele pretende chegar. Essa desvalorização do argumento anterior é lexicalizada pela expressão “não é isso”. Portanto, como forma de dar ênfase à relação estabelecida por *porém* e produzir um sentido mais claro, o produtor utiliza-se da construção subordinativa, fazendo com que a expressão “não é isso” apareça no início do enunciado.

Há, ainda, casos em que *porém* se localiza **no fim da segunda ou última oração**, mas não se trata de uma oração na ordem invertida. É o que acontece com a ocorrência abaixo:

(29) *O delegado do Dops que prendeu o sindicalista Lula, **PORÉM**, hoje é senador, manda no PTB paulista e integra a base aliada do governo Lula.* (Turma do Dunga – **Jornal Zero Hora**. 16/05/2010.).

Nesta ocorrência, retirada do mesmo artigo que a ocorrência 28, *porém* se localiza no fim da oração subordinada adjetiva restritiva (*O delegado do Dops que prendeu o sindicalista Lula*), pois a intenção do produtor do texto é estabelecer o **contraste** entre o delegado do Dops que prendeu Lula, conteúdo do argumento anterior ao introduzido por *porém*, e o delegado do Dops aliado a Lula, argumento introduzido por *porém*. Nesse sentido, a oração restritiva reitera o argumento que antecede o introduzido por *porém*, dando maior ênfase ao **contraste** estabelecido por esse elemento.

Podemos dizer então que, dependendo do sentido pretendido, os produtores textuais, de modo geral, dispõem de um recurso sintático argumentativo, que é a inversão das orações. Além disso, quando os produtores optam pela escolha de um elemento linguístico como *porém*, dispõem, ainda, de outro recurso sintático disponibilizado por ele: a sua mobilidade, que somada à possibilidade de inversão das orações, facilita ao produtor a construção do sentido que deseja.

A mobilidade de *porém*, portanto, interfere positivamente na força e na orientação argumentativa desse elemento, ela contribui para o desempenho da sua força e orientação argumentativas na medida em que possibilita criar argumentos mais enfáticos e oferece pistas para se chegar ao sentido desejado.

Porém aparece, no *corpus* analisado, 21 vezes em orações na ordem **invertida**, como mostra o quadro 10:

Quadro 10: ordem das orações em que *porém* ocorre.

Ordem da oração	Direta	Invertida	Total
Nº de ocorrências	47	21	68
Percentual	69,1%	30,9%	100%

Apesar de termos verificado que a inversão da ordem das orações é uma estratégia argumentativa dos produtores textuais, especificamente, dos de artigos de opinião, é possível perceber, de acordo com o quadro acima, que há maior preferência pela ordem direta: 47 ocorrências = 69,1%.

O quadro 10 também nos mostra que das 73 ocorrências que constituem o *corpus* desta pesquisa, *porém* ocorre 68 vezes em enunciados oracionais, o que significa que em outras cinco ocorrências, esse item ocorre em enunciados não oracionais. Nesse último caso, *porém* ocupa a posição **entre nomes**, o que revelou, diferentemente do que afirma Perini (2006), que *porém*, em alguns contextos, coordena sintagmas nominais (SN)¹³.

Porém aparece, nove vezes, **entre nomes** (cf. quadro 09), sendo quatro correspondentes a enunciados oracionais, como pode ser observado pela ocorrência abaixo:

(30) Nesse sentido, o 3º Programa Nacional dos Direitos Humanos, criado pelo Decreto Presidencial nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, repõe uma verdade histórica fundamental: desfaz a confusão, que se fazia, entre os dois grupos de patriotas e idealistas brasileiros que lutavam pela democracia durante a ditadura militar. Pois desde a redemocratização do País esses grupos se misturaram muito entre si - tanto quanto com o dos adesistas do regime militar que combateram. No fundo, **PORÉM**, jamais perderam sua visão própria de democracia - visão essa que andava muito enrustida e disfarçada. Assim, o secretário dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, prestou um excelente serviço à Nação indicando, neste ano eleitoral, uma das visões de democracia que estarão disputando a Presidência da República daqui a nove meses. (O PAC dos Direitos Humanos – **Jornal O Estado de São Paulo**. 16/01/2010).

Na ocorrência 30, *porém* ocupa a posição **entre nomes**, localizando-se entre o adjunto adverbial de lugar “no fundo” e o advérbio de negação “jamais”.

¹³ Este resultado indica que, diferentemente do havíamos dito no capítulo 01 sobre a gramaticalização de *porém*, esse elemento linguístico não está restrito à coordenar sintagmas nominais.

Porém aparece na posição **entre nomes**, coordenando sintagmas nominais, em cinco, das nove ocorrências que dizem respeito a essa posição. A seguir, apresentamos alguns exemplos de **porém** exercendo esse papel sintático:

(31) *Serra, o candidato, aventurou-se em território exótico. Foi ser figurante de programa policial, o do Datena. Em ambiente muito distinto dos que costuma frequentar o alto tucanato, decidiu jogar o jogo. E era um tal de engaiola p'ra cá, malditos p'ra lá, que a empolgação o levou à derrapagem: sacou, à queima-roupa, um tal Ministério da Segurança. Surpreendido por essa crise de “inchaço da máquina”, súbita e distoante, seu entorno foi rápido no gatilho. Até editorial crítico Serra ganhou, publicado por jornal que o apóia, com o título de “Desafinado”. Era inaceitável, para seus pares, um discurso que, ainda que obviamente eleitoreiro, fazia ruído na campanha pelo “estado mínimo; esbelto, **PORÉM** musculoso”. (Por que Serra não gosta da SAE? – **Jornal Pag 20**. 11/05/2010).*

Nesta ocorrência, os nomes coordenados por **porém** se referem ao “estado mínimo”, de forma que **porém** coordena o sintagma nominal: estado mínimo “esbelto” – estado mínimo “musculoso”. Uma vez que “musculoso” contraria “esbelto”, pois ou se é esbelto (magro) ou musculoso (forte). Assim, **porém** estabelece, entre os argumentos, a relação de **contraposição com eliminação**, por meio da qual o argumento anterior (*esbelto*) é eliminado pelo argumento introduzido por **porém** (*musculoso*).

(32) *Logo ele, o planejador par excellence, querendo desmontar o principal instrumento de elaboração de estratégias para o Estado brasileiro? Estranho. **PORÉM** facilmente explicável. (Por que Serra não gosta da SAE? – **Jornal Pag 20**. 11/05/2010).*

Na ocorrência 32, retirada do mesmo artigo de opinião que a ocorrência 31, os nomes “*estranho*” e “*explicável*” se referem ao que Serra estava pretendendo fazer: desmontar o principal instrumento de elaboração de estratégias para o Estado brasileiro. Nesse caso, **porém** coordena o sintagma nominal: “*estranho*” – “*explicável*”. Nesse contexto, “*estranho*”, argumento anterior ao introduzido por **porém**, significa difícil de explicar, o argumento introduzido por **porém** defende a ideia de que o que Serra pretendia fazer é “*facilmente*

explicável”, portanto, contraria o anterior. Nesse sentido, **porém** estabelece a relação de **contraposição com eliminação** entre os argumentos, pela qual o argumento anterior (*estranho*) é eliminado pelo argumento introduzido por **porém** (*facilmente explicável*).

O mesmo acontece com a ocorrência abaixo, em que **porém** coordena os termos: “*triste*” – “*atual*”, estabelecendo entre eles a relação de **correção ou retificação**, mais especificamente, de **retificação**:

(33) *Em recente reunião, ouvi um jovem dizer que não tinha um único amigo com ideais. Eram quase onze horas da noite. Eu disse aos que ali estavam, inclusive os pais dele, que iria colocar a frase no Twitter e esperar as respostas.*

Escrevi.

@Sen_Cristovam: Ouvi, há pouco, de um jovem: “não tenho amigo com ideais”. O que vocês, jovens, acham deste desabafo?

(...)

*@giordanobr: Triste, **PORÉM** atual. Mostra como a minha geração está desnorreada, sem rumo e sem objetivos. O sonho está acabando. (Ideais da Juventude – **Jornal Pag 20**. 17/01/2010).*

Nesta ocorrência, o argumento anterior a **porém** (*triste*) se refere à falta de ideais da juventude atual. O argumento introduzido por **porém** (*atual*) atribui um sentido reelaborado ao argumento anterior, pelo acréscimo de informação. Por meio dessa afirmação, o produtor argumenta que a falta de ideais da juventude é um fato triste, mas que corresponde à geração atual, ou seja, é triste e atual e chama o leitor para a realidade, fazendo-o sentir-se responsável pelo problema, afinal é um triste fato que pertence a esta geração. Nesse sentido, o argumento introduzido por **porém**, ao retificar (alinhar) o argumento anterior, faz com que ambos colaborem para a mesma conclusão, orientando o argumento que introduz para a **mesma conclusão** do argumento anterior a ele.

Porém, no *corpus* analisado, coordena sintagma nominal em outras duas ocorrências, nas quais estabelece, em uma, a relação de **contraposição em direção independente**, e em outra, a relação de **contraposição com eliminação**. Considerando, portanto, que das cinco vezes que **porém** aparece coordenando sintagmas nominais, três correspondem a **porém** com a

função de **contraposição com eliminação**, podemos afirmar que quando *porém* coordena sintagmas nominais, ele exerce, preferencialmente, essa função.

Além do benefício da mobilidade de *porém*, já apontado, que diz respeito à possibilidade desse item aparecer em orações invertidas, facilitando a construção sintática do texto e favorecendo a sua orientação argumentativa, percebemos, pela análise do *corpus*, que a mobilidade de *porém* beneficia, também, o uso de advérbios, como é o caso da ocorrência 34:

(34) *No Brasil, a Constituição reconheceu o “direito ao meio ambiente equilibrado” não só para orientar o comportamento humano face à natureza, mas para que isso oriente as leis. É o que o jurista português José Canotilho chama de Estado Constitucional Ecológico. Às vezes, **PORÉM**, em nome da “sustentabilidade”, nos desviamos da correta aplicação da lei. Esquecemos que sustentabilidade é conceito inventado e nada tem a ver com equilíbrio ecológico. A experiência mostra que, quase sempre, a exploração – seja do que for – é feita sem previsão real dos riscos e, sobretudo, da capacidade de solucioná-los. Nas águas do mar ou das hidrelétricas, quase tudo se limita a estimativas no papel. Falta entender que os licenciamentos ambientais não devem ser verossímeis, mas verdadeiros, refletindo os perigos e ameaças à fragilidade do planeta. (Por trás do petróleo – **Jornal Zero Hora**. 09/06/2010).*

Nesta ocorrência, o advérbio “às vezes” contribui para que o produtor do texto chame a atenção do leitor para, especificamente, o tempo da enunciação, como forma de ressaltar o contexto de realização da informação contida no argumento introduzido por *porém*. Assim, nesta ocorrência, o produtor do texto ressalta o fato de que “às vezes”, e não sempre, as leis (ambientais) não são aplicadas corretamente. Isso contribui para que *porém* estabeleça a relação de **contraposição com eliminação**, uma vez que o argumento que *porém* introduz não preenche a condição estabelecida no argumento que o precede: “*orientação das leis*”. Devido ao fato do advérbio ser usado pelo produtor para chamar a atenção do leitor para um aspecto da informação contida no enunciado 34, ele é o primeiro elemento da oração, e *porém* o segundo.

Podemos afirmar então que *porém*, graças a sua mobilidade, proporciona destaque a esses elementos, o que os torna o foco do enunciado argumentativo, ou seja, os advérbios,

nesse contexto, deixam de ser simples elementos modificadores e passam a elementos essenciais para o sentido argumentativo que o produtor deseja alcançar.

Apesar de a mobilidade de advérbios, somada à mobilidade de *porém*, ser um recurso sintático-argumentativo que pode ser utilizado pelo produtor do texto, percebemos, pela análise do *corpus*, que esse não é um recurso muito utilizado pelos produtores de artigos de opinião, pois encontramos tal recurso em apenas duas ocorrências de todo o *corpus* analisado: na ocorrência 34 e 25, anteriormente apresentadas.

Os advérbios aparecem em 38 ocorrências com *porém*, como mostra o quadro 11:

Quadro 11: advérbios presentes no *corpus* de análise.

Advérbios	Nº de ocorrências	Percentual
Negação	14	36,8%
Tempo	9	23,7%
Intensidade	7	18,4%
Epistêmico	4	10,5%
Modo	2	5,3%
Deontico	1	2,6%
Delimitador	1	2,6%
Total	38	100%

De acordo com o quadro 11¹⁴, o advérbio mais correlacionado com *porém* é o de **negação**, que corresponde a 36,8% do total analisado, seguido do de **tempo**, que corresponde a 23,7%. Os advérbios menos empregados são o **deontico** e o **delimitador**, que correspondem, cada um, a 2,6% do total analisado.

¹⁴ Conforme o capítulo 03 desta pesquisa, os advérbios listados no quadro 11 são referentes à classificação oferecida por Neves (2000).

Alguns advérbios nos revelam dados importantes no que se refere a construções com *porém*. Percebemos, por exemplo, certa afinidade de alguns deles com determinadas relações de sentido estabelecidas por esse item linguístico, como pode ser observado no quadro 12:

Quadro 12: correlação advérbios/funções de *porém* no *corpus* de análise.

Advérbios Funções	Negação	Tempo	Intensidade	Epistêmico	Modo	Deôntico	Delimitador	Total
Contraposição na mesma direção	0	1	3	0	0	1	0	5
Contraste	1	3	2	0	0	0	1	7
Ambiguidade	0	1	1	0	0	0	0	2
Contraposição com eliminação	5	1	1	0	1	0	0	8
Negação da inferência	4	0	0	0	0	0	0	4
Restrição	2	0	0	0	0	0	0	2
Contraposição em direção independente	2	3	0	1	1	0	0	7
Correção ou redefinição	0	0	0	2	0	0	0	2
Compensação	0	0	0	1	0	0	0	1
Total	14	9	7	4	2	1	1	38
Percentual	36,8%	23,7%	18,4%	12%	5,3%	2,6%	2,6%	100%

A primeira observação a ser feita em relação ao quadro 12 diz respeito aos contextos em que aparecem os advérbios de **negação**, os mais frequentes no *corpus* analisado (cf. quadro 11). Notamos que os advérbios de **negação** aparecem com mais frequência nos contextos em que *porém* exerce as funções de **contraposição com eliminação e negação da inferência** pelas quais *porém* nega, respectivamente, argumento(s) e inferência(s) anterior(es). Sobre esse último caso, apresentamos ocorrência abaixo:

(35) *Vimos, com a maior expectativa, aguardando o desenlace da autorização para que o Estaleiro Eisa se instale em nosso Estado.*

*Como os órgãos de divulgação têm anunciado, a previsão de investimento é em torno de um bilhão e meio de dólares. **PORÉM**, até o presente momento, ainda não foi dado o aval para a concretização desse projeto. (Cadê nosso estaleiro? – Jornal Gazeta de Alagoas. 09/08/2011).*

Nesta ocorrência, o produtor do texto, pelo argumento que antecede o introduzido por *porém*, argumenta que se aguardava com a maior expectativa a autorização para a instalação do Estaleiro Eisa, dando-nos a ideia de que essa instalação foi autorizada. Pelo argumento introduzido por *porém*, o produtor do texto nega essa ideia, argumentando que a autorização ainda “não” foi dada. O advérbio de negação “não”, presente nesta ocorrência, contribui significativamente para a **negação da inferência** do argumento anterior, relação estabelecida por *porém*.

A segunda observação a ser feita é em relação ao contexto em que aparecem advérbios de **intensidade**. Esses advérbios, conforme o quadro 12, são mais frequentes em ocorrências em que *porém* exerce a função de **contraposição na mesma direção**. Das sete vezes que aparecem advérbios de **intensidade**, três deles estão em ocorrências de *porém* com essa função, que faz com que *porém* estabeleça uma relação hierárquica entre argumentos, que, conforme Neves (2000), pode ser superlativa ou comparativa.

As três ocorrências de *porém* com a função de **contraposição na mesma direção** se dão pela relação superlativa, o que torna os argumentos introduzidos por *porém* mais fortes.

Percebemos que a presença de advérbios de **intensidade**, nessas três ocorrências, auxilia **porém** no estabelecimento da relação de **contraposição na mesma direção**, tornando mais clara a relação hierárquica entre os argumentos, como é o caso da ocorrência abaixo:

(36) O profícuo trabalho que está sendo realizado pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo corregedor do Superior Tribunal de Justiça vem trazendo à luz algumas das mazelas que há muito tempo vinham, e ainda vêm, dificultando a correta distribuição de justiça, mostrando, ao mesmo tempo, que não corresponde à realidade a propalada tentativa de atribuir todas as dificuldades e a morosidade no andamento dos processos a leis processuais tidas como inadequadas, ao número de recursos existente - que se quer reduzir - e a um suposto zelo excessivo na observância dos direitos e garantias individuais inscritos na Constituição.

O quadro que se vem conhecendo da (des)organização judiciária mostra com clareza que aí se encontra o fulcro da questão e as louváveis medidas já tomadas e em andamento naquele conselho, na Corregedoria e em tribunais estaduais, como é o caso do Tribunal de Justiça de São Paulo, vêm sendo de grande valia para resgatar o Judiciário desse quadro insustentável.

Por outro lado, se é verdade que as leis processuais podem ser melhoradas, também é verdade que os recursos previstos na legislação têm prazo exíguo para sua propositura e para as respectivas contrarrazões e, se forem eles julgados com a mesma ou similar celeridade com que têm de ser interpostos e contra-arrazoados (e por que não?), não podem ser tomados como causa única ou fundamental da tamanha delonga que se lhes quer atribuir.

Nesse sentido, ao mesmo tempo que o Conselho Nacional de Justiça tem tomado medidas visando a esgotar o estoque mais antigo de processos encalhados nas varas e nos tribunais estaduais e federais, o Supremo Tribunal Federal, com a edição de súmulas vinculantes, vem propiciando maior racionalidade e eficiência à máquina judiciária, evitando que enxurradas de casos idênticos - em grande parte oriundas do mau funcionamento da máquina pública - venham a congestionar os tribunais superiores com questões já vencidas.

PORÉM, a mais grave dentre as suposições acima referidas, que precisa ser desmentida e de forma nenhuma poderia mesmo se justificar, é a de que seria o excesso de zelo praticado pelo Supremo Tribunal Federal, ao tratar dos direitos e garantias individuais, que estaria a retardar ou mesmo inviabilizar as ações judiciais, em especial as de caráter persecutório. (Os direitos e as garantias individuais – **Jornal O Estado de São Paulo**. 09/01/2010).

Nesta ocorrência, o advérbio de **intensidade** “*mais*” permite que vejamos mais claramente para qual sentido o produtor do texto orienta o enunciado introduzido por **porém**, que, neste caso, é orientado para a **mesma conclusão** do argumento anterior, de forma superlativa. Nesse sentido, o produtor considera esse argumento como o mais grave dentre os outros que havia apresentado anteriormente no texto.

A terceira observação a ser feita é em relação ao contexto em que aparece **porém** com advérbios **deônticos**, um dos menos frequentes no *corpus* analisado (cf. quadro 11):

(37) Quando pensamos em bullying no ambiente escolar, lembramos daquele valentão, quase sempre traiçoeiro, que oprime seus pares na base da humilhação e do terror. Também surge na memória a figura do jovem diferente, seja ele meio esquisito ou fora de medida, vítima primordial das chamadas brincadeiras de mau gosto. **PORÉM**, para que exista e viceje essa prática sociopática, um terceiro personagem estará necessariamente implicado: o grupo. Afinal, desde a primeira piada até a metódica perseguição, a turma estará diante de uma escolha, ou seja, qual partido tomará. (Bullying e omissão – **Jornal Zero Hora**. 14/05/2010).

De acordo com Neves (2000), os advérbios deônticos relacionam-se à necessidade e/ou obrigação. Na ocorrência acima, o advérbio **deôntico**, “*necessariamente*”, faz com que “o grupo”, do qual fala o produtor desse enunciado, seja o principal responsável pela prática de “bullying”, o que dá ao grupo um caráter de obrigatoriedade.

Porém, nesse caso, estabelece, entre o argumento anterior e o introduzido por ele, a relação de **contraposição na mesma direção**. Por essa relação, **porém** torna superior o argumento que introduz, orientando-o para a **mesma conclusão** do argumento anterior. Tendo em vista o papel de **porém** na ocorrência 37, percebemos, então, que o advérbio “*necessariamente*” colabora para a relação de **contraposição na mesma direção** estabelecida por ele, o que contribui para que o argumento introduzido por **porém** seja superior ao argumento anterior.

Com exceção das observações feitas sobre os advérbios de **negação**, de **intensidade** e os **deônticos**, não notamos nenhuma outra interferência relevante por parte dos advérbios identificados no *corpus* desta pesquisa (cf. quadro 11).

A mobilidade de **porém** ainda nos permite tratar de sua **coocorrência** com outros elementos de conexão textual, outro relevante aspecto do funcionamento argumentativo desse elemento linguístico.

Porém coocorre com outros elementos de conexão textual em oito das 73 ocorrências analisadas, como mostra o quadro 13:

Quadro 13: elementos de conexão textual que coocorrem com *porém* no *corpus* de análise.

Coocorrência com elemento de conexão textual	Nº de ocorrências	Percentual
Condicionalidade	3	37,5%
Comparação	2	25%
Temporalidade	1	12,5%
Mediação	1	12,5%
Correção ou redefinição	1	12,5%
Total	8	100%

Percebemos, por meio da análise das ocorrências de *porém*, que são duas as maneiras desse item coocorrer com outros elementos de conexão textual: (i) com função diferente do elemento com o qual coocorre; (ii) com mesma função ou função semelhante do elemento com o qual coocorre.

O primeiro caso diz respeito aos momentos em que *porém* e o elemento com o qual ele coocorre não são responsáveis pela introdução do mesmo enunciado. Nesse caso, como aponta Perini (2006), *porém* coocorre com marca de subordinação, o que significa que introduz um argumento que contém uma oração subordinada, que é introduzida pelo elemento coocorrente. Assim, *porém* é responsável pelo argumento como um todo, e o elemento que ocorre junto a ele, é responsável apenas por parte desse argumento. A coocorrência com elemento que introduz oração subordinada colabora para que a relação estabelecida entre o argumento introduzido por *porém* e o anterior apresente sentido mais claro, uma vez que essa oração ou acrescenta informação ou retoma a informação contida no argumento anterior a *porém*, como na ocorrência abaixo:

(38) Desde Monteiro Lobato (1882-1948), advogado, empresário visionário, intelectual e escritor sempre dedicado às causas nacionalistas, até nossos dias, o petróleo, como fator de independência econômica do País, tem sido motivo de inúmeras lides políticas. O próprio Lobato esteve preso em pleno Estado Novo de Getúlio Vargas, em virtude de sua luta em defesa do “ouro negro”. E, por ironia do destino, é em Lobato (Salvador) - nada a ver com o Monteiro – que teria sido descoberta a primeira jazida petrolífera. **PORÉM**, assim como o petróleo motivou a prisão do escritor, propiciou, bem mais

adiante na história e também em regime autoritário, à soltura de um dissidente. (Ditadura e Petróleo – **Gazeta de Alagoas**. 26/11/2009).

Nesta ocorrência, **porém** estabelece a relação de **contraste** entre o argumento anterior (*O próprio Lobato esteve preso em pleno Estado Novo de Getúlio Vargas, em virtude de sua luta em defesa do “ouro negro”*), e o argumento introduzido por ele (*assim como o petróleo motivou a prisão do escritor, propiciou, bem mais adiante na história e também em regime autoritário, à soltura de um dissidente.*).

O argumento introduzido por **porém** inicia-se com o conector **assim como**. Segundo Neves (2000), a conjunção comparativa **como** precedida pelo indicador fórico modal **assim** (**assim como**) estabelece sempre a comparação entre iguais, “implicando uma **adição correlativa**, que se soma a uma comparação”. A intenção do produtor do texto, com esse tipo de construção, é dar um tom de acusação àquilo que é enunciado, pois, ao retomar o argumento anterior ao introduzido por **porém**, pela relação de **comparação** estabelecida por **assim como**, ele chama a atenção para o tamanho do contraste que existe entre a ideia que é defendida no argumento anterior e a que é introduzida por **porém**. (NEVES, 2000, p. 899).

O segundo caso diz respeito aos momentos em que **porém** e o elemento com o qual coocorre são, ambos, responsáveis pela introdução do mesmo argumento. Nesses casos, **porém** e o elemento coocorrente têm o mesmo sentido, sendo que esse último reforça o sentido de **porém**, como na ocorrência a seguir:

(39) *O trabalho do coração, por exemplo, dá-nos uma ideia do que representa repouso durante o trabalho. Todo mundo pensa que o coração trabalha direto, em seu conjunto, todo tempo. Na realidade, **PORÉM**, há um período definido de descanso depois de cada contração. Ao funcionar em média 70 pulsações por minuto, o coração está trabalhando verdadeiramente 9 horas em cada 24 horas. O segredo do coração está em trabalhar por partes; enquanto uma parte se contrai a outra está relaxada. Nosso coração é uma peça preciosíssima e precisa ser muito bem cuidado. A única função do coração é bombear sangue para todo o corpo. Em média o coração bate 70 a 80 vezes por minuto, 100 mil vezes por dia, 40 milhões de vezes por ano.* (Trabalho e repouso devem andar juntos – **Gazeta de Alagoas**. 22/11/2009).

Na ocorrência 39, *porém* coocorre com o elemento de conexão textual **na realidade**, que, de acordo com Koch (2005), estabelece a relação de **correção ou redefinição**. *Porém*, nesse contexto, exerce a função de **retificação**. Acreditamos, entretanto, que a presença de **na realidade** não desencadeia essa função de *porém*, mas reforça a relação de **retificação** estabelecida por ele, pois, o papel de *porém*, nesta ocorrência, é anunciar que o sentido do argumento anterior será reelaborado, alinhado, ou seja, mesmo com a ausência de **na realidade**, *porém* continua a estabelecer essa relação semântica entre os argumentos.

Com exceção da ocorrência 39, na qual *porém* e o elemento de conexão com o qual coocorre têm a mesma função, as funções dos elementos que coocorrem com *porém* são sempre diferentes das funções exercidas por ele, como mostra o quadro 14:

Quadro 14: correlação funções de *porém*/funções dos elementos de conexão textual com os quais coocorre no *corpus* de análise.

Coocorrência						
	Funções	Condicionalidade	Comparação	Temporalidade	Mediação	Correção ou redefinição
	Contraposição na mesma direção	0	0	0	1	0
	Contraste	1	1	1	0	0
	Ambiguidade	0	0	0	0	0
	Contraposição com eliminação	0	1	0	0	0
	Negação da inferência	0	0	0	0	0
	Restrição	2	0	0	0	0
	Contraposição em direção independente	0	0	0	0	0
	Correção ou retificação	0	0	0	0	1
	Compensação	0	0	0	0	0
	Total	3	2	1	1	1
	Percentual	37,5%	25%	12,5%	12,5%	12,5%

O quadro 14 e as ocorrências 38 e 39 nos permitem dizer que as funções dos elementos que coocorrem com **porém** não comprometem o seu funcionamento argumentativo, ou seja, não fazem com que **porém** se assemelhe semanticamente a eles, nem com que **porém** exerça outra função que não a que teria de preencher no enunciado em que ocorre.

Apresentamos, a seguir, as ocorrências de **porém** com os outros tipos de coocorrência ainda não explicitados (cf. quadro 14): **mediação, temporalidade e condicionalidade**:

(40) *Tenho acompanhado com vivo interesse e com grande expectativa, as notícias sobre a implantação do TGV (trem a grande velocidade), que vai ligar Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Campinas e São Paulo. É um empreendimento quase comparado ao de Brasília, na época de sua construção, em termos de custos.*

Na realidade, é um megaprojeto, estando orçado em 33 bilhões de reais, vejam bem, em nível de hoje! A sua implantação levará de quatro a seis anos, mais ou menos. Desse modo, com os futuros reajustes, não ficará por menos de 50 bilhões de reais.

Daí, se depreende a magnitude de tal investimento. Será uma obra majestosa que engrandecerá o Brasil, fazendo com que ele se ombreie com os países mais ricos e desenvolvidos do mundo. Será o despontar de uma nação em grande desenvolvimento, pelo arrojo e a vontade política, sem sombra de dúvidas. Dizer que não é essencial seria uma negativa sem sentido.

PORÉM, quando voltamos o olhar para os 14 milhões de jovens 13 a 15 anos sem saber ler nem escrever, isto é, analfabetos, o caos que a saúde vem enfrentando, por falta de políticas públicas de saúde, os hospitais caminhando para a falência, os ambulatórios sucateados, o povo com carência de medicamentos essenciais, os médicos sem uma remuneração digna, e o que é pior há mais de dez anos sem reposição das perdas que lhe são asseguradas pela Constituição, faz-se necessária uma reflexão sobre esse sonho. Com o salário que percebe, o professor universitário e o médico, de um modo geral, não pode atualizar sua biblioteca científica, não pode ir a Congresso, enfim, não acompanha os avanços mundiais da ciência. Do outro lado, o professor de nível médio que é importante para o ingresso do jovem na Universidade, necessita, também de um salário decente, de uma formação continuada, vistas a uma atualização constante. (O TGV, a saúde e a educação – **Jornal Gazeta de Alagoas**. 30/07/2011).

Nesta ocorrência, **porém** coocorre com **quando**, que, segundo Koch (2005), estabelece relação de tempo simultâneo. **Porém** estabelece entre o argumento que introduz (*quando voltamos o olhar para os 14 milhões de jovens 13 a 15 anos sem saber ler nem escrever, (...), faz-se necessária uma reflexão sobre esse sonho.*) e o anterior a ele (*... Será uma obra majestosa que engrandecerá o Brasil, (...). Dizer que não é essencial seria uma negativa sem sentido.*) a relação de **contraste**. Dessa forma, o elemento **quando** colabora para que seja estabelecido **contraste**

entre os argumentos, uma vez que, por meio dele, os argumentos são vistos simultaneamente, ou seja, ao mesmo tempo em que se tem um ponto positivo em relação à obra, se tem um ponto negativo em relação a ela.

A seguir, como exemplo da coocorrência de *porém* com elemento de **mediação**, reapresentamos a ocorrência 37, por se tratar da única ocorrência, encontrada no *corpus* desta pesquisa, com esse tipo de coocorrência:

(37) *Quando pensamos em bullying no ambiente escolar, lembramos daquele valentão, quase sempre traiçoeiro, que oprime seus pares na base da humilhação e do terror. Também surge na memória a figura do jovem diferente, seja ele meio esquisito ou fora de medida, vítima primordial das chamadas brincadeiras de mau gosto. **PORÉM**, para que exista e viceje essa prática sociopática, um terceiro personagem estará necessariamente implicado: o grupo. Afinal, desde a primeira piada até a metódica perseguição, a turma estará diante de uma escolha, ou seja, qual partido tomará. (Bullying e omissão – **Jornal Zero Hora**. 14/05/2010).*

Nesta ocorrência, *porém* coocorre com o elemento de mediação **para que**, que, segundo Koch (2005), explicita o meio em uma oração, no caso da ocorrência acima: “*um terceiro personagem estará necessariamente implicado: o grupo*”, para atingir o fim expresso na outra: “*para que exista e viceje essa prática sociopática*”. *Porém*, por sua vez, estabelece a relação de **contraposição na mesma direção**, entre o argumento introduzido por **para que** e o argumento anterior (*Quando pensamos em bullying no ambiente escolar, (...). Também surge na memória a figura do jovem diferente, seja ele meio esquisito ou fora de medida, vítima primordial das chamadas brincadeiras de mau gosto.*). Nesse caso, *porém* hierarquiza os argumentos, apresentando aquele que introduz como superior ao anterior, orientando-os para a mesma conclusão. Assim, percebemos que a relação semântica estabelecida por **para que**, contribui para tornar o argumento introduzido por *porém* superior ao anterior, uma vez que **para que** é responsável por fazer do “*grupo*” o meio para o fim da prática de “*bullying*”.

Na ocorrência 41, *porém* apresenta o valor de **contraste** e coocorre com o conector **se**, que estabelece a relação de **condicionalidade**, internamente ao argumento introduzido por

porém. A relação de condicionalidade estabelecida por *se* contribui para *porém* apontar para o argumento que introduz como oposto ao anterior, uma vez que é a partir da condição estabelecida por *se* que se tem o outro lado da questão tratada pelo produtor, nesta ocorrência.

(41) *Podem ter ocorrido algumas falhas na redação do texto do decreto 7.037 de 21 de dezembro de 2009, portanto, antes do governo colocá-lo em prática faz-se necessário rever todos os pontos polêmicos, **PORÉM** se os mesmos forem mantidos, fica claro que viveremos uma nova fase da política dos acorrentados.* (“A política dos acorrentados” – **Jornal Pag 20**. 13/01/2010).

Os resultados obtidos nos permitem concluir, então, que não há prejuízos para o desempenho argumentativo de *porém* nos enunciados em que ele coocorre com outro elemento de conexão textual, ou seja, a coocorrência não prejudica sua força e orientação argumentativas. Ao contrário, percebemos que a coocorrência, em alguns contextos, é necessária para que o produtor do texto atinja seus objetivos discursivos.

CONCLUSÃO

A análise das 73 ocorrências de *porém*, pertencentes aos diferentes artigos de opinião selecionados, nos possibilitou responder às principais questões que motivaram a definição das metas a serem cumpridas neste estudo: (i) em quais posições *porém* ocorre? (ii) com quais elementos de conexão textual *porém* coocorre? (iii) quais funções *porém* exerce? (iv) quando *porém* tem força argumentativa? (v) qual é o tipo de orientação argumentativa exercida por *porém*? (vi) a mobilidade, a coocorrência e a ambiguidade relacionadas a *porém* interferem de que modo em suas funções? (vii) a mobilidade, a coocorrência e a ambiguidade relacionadas a *porém* interferem de que modo em sua força e orientação argumentativa?

Constatamos que *porém* ocupa, preferencialmente, a posição **no início da última ou segunda oração** (50,7%). Além dessa posição, ele ocorre também: **entre nomes, entre o sujeito e o verbo da última ou segunda oração, depois do verbo da última ou segunda oração, no fim da última ou segunda oração, antes do sujeito da última ou segunda oração, antes do verbo da última ou segunda oração e entre verbos da última ou segunda oração.**

A análise de *porém* ocupando essas posições nos mostra que a sua mobilidade, motivada pelo seu processo de gramaticalização, é utilizada pelos articulistas como estratégia argumentativa. A mobilidade de *porém* oferece aos usuários da língua, especificamente aos produtores dos artigos de opinião, a possibilidade de destacar determinados aspectos do conteúdo dos enunciados argumentativos, portadores da ideia que eles desejam que chegue aos seus interlocutores.

Dessa forma, a variabilidade posicional de *porém* viabiliza a orientação argumentativa do texto, uma vez que ao possibilitar o realce de partes importantes para o sentido que o produtor deseja estabelecer com seu discurso argumentativo, auxilia na prevalência das ideias

principais e facilita o processo de construção de sentido do texto. Essa facilidade possibilitada pela mobilidade de *porém*, contribui para as relações semânticas estabelecidas por esse elemento linguístico nos contextos em que ele aparece. Isso nos permite ver a mobilidade como recurso sintático de *porém* a favor da argumentação.

Como recurso sintático-argumentativo oferecido pelo uso de *porém*, constatamos que a mobilidade, portanto, interfere positivamente na sua força e orientação argumentativas e nos seus valores adversativos. Ela se revela um recurso argumentativo valioso para o processo de modificação/formação de opinião exercido pelos produtores dos artigos de opinião, especificamente, e para o uso argumentativo da língua, de modo geral.

A análise das ocorrências de *porém* nos permitiu também identificar os elementos de conexão com os quais ele coocorre: **condicionalidade**, **mediação**, **comparação**, **temporalidade** e **correção ou redefinição**, e que a coocorrência contribui para que o enunciado introduzido por *porém* manifeste: (i) sentido mais claro, quando coocorre com oração subordinada; (ii) sentido reforçado de *porém*, quando o elemento com o qual coocorre apresenta o mesmo sentido ou sentido semelhante ao dele.

Podemos afirmar, então, que a coocorrência de *porém* com outros elementos de conexão textual contribui para o papel semântico desse elemento linguístico nos enunciados em que ele aparece e para o sentido que o produtor deseja estabelecer no texto. Portanto, a coocorrência é necessária em alguns contextos.

A análise nos mostrou, ainda, que a função mais desempenhada por *porém* nos artigos de opinião é a de **contraste** (23,3%), função que pretende fazer do elemento opositor, introduzido por *porém*, o foco do assunto tratado nos textos. Esse resultado associado à posição mais associada a *porém*, coincide com o que afirmam as gramáticas normativas de Língua Portuguesa do Brasil: que *porém* ocorre, preferencialmente, como conjunção coordenada adversativa.

O fato de que *porém* ocorre preferencialmente como conjunção coordenada adversativa, no *corpus* analisado, aponta para o avanço do processo de gramaticalização desse elemento linguístico rumo à conjunção coordenada adversativa, embora ele ainda apresente, em alguns contextos, propriedades de sua fonte adverbial. Em contrapartida, a baixa frequência de uso de *porém* – apenas 73 ocorrências em 400 artigos – aponta para a gramaticalização desse elemento rumo ao desaparecimento, pelo menos no que se refere aos contextos de uso de língua escrita formal (artigos de opinião), fonte das ocorrências de *porém* analisadas nesta pesquisa.

Além da função de **contraste**, *porém* exerce as funções de: **contraposição com eliminação, contraposição em direção independente, correção, retificação, contraposição na mesma direção, restrição, negação da inferência e compensação**.

Constatamos que as funções de *porém* contribuem para que ele seja um elemento que **introduz argumentos mais fortes** no texto (100%), o que revelou que ele cumpre, principalmente, o seguinte papel: fazer prevalecer os argumentos que ele introduz. Entretanto, constatamos que força e função não estão interrelacionadas, pois, percebemos que a força argumentativa é determinada pelo conteúdo dos enunciados introduzidos por *porém* e não pela função que ele exerce.

Diferentemente da relação entre força e função, constatamos que as funções de *porém* estão interrelacionadas com os tipos de orientação argumentativa, o que nos levou a perceber que a orientação argumentativa de *porém*, assim como a força, é determinada pelo conteúdo dos enunciados, uma vez que esse último determina também as funções de *porém*. Dessa forma, podemos dizer que a orientação argumentativa é determinada pelas funções que *porém* exerce. A relação entre função e orientação de *porém* nos levou à constatação de que esse item da língua: (i) orienta os enunciados para a **mesma conclusão**, quando exerce as funções de **contraposição na mesma direção e retificação**; (ii) orienta os enunciados para **conclusão**

independente, quando exerce a função de **contraposição em direção independente**; (iii) orienta os enunciados para **conclusão oposta**, quando exerce as funções de **negação da inferência** e **contraste**; (iv) orienta os enunciados para **conclusão contrária**, quando exerce a função de **contraposição com eliminação**; (v) orienta os enunciados para **conclusão diferente**, quando exerce as funções de **correção, compensação e restrição**.

Constatamos, portanto, que *porém* exerce cinco tipos de orientação argumentativa com nove diferentes funções. Essa constatação nos revelou um aspecto interessante quanto à função de **correção ou retificação** desse elemento. Percebemos que **retificação** e **correção** consistem em duas diferentes maneiras de corrigir um enunciado. Assim, pela primeira, os argumentos introduzidos por *porém* ampliam, parafraseiam o contexto da informação contida em argumentos anteriores e, pela segunda, os argumentos introduzidos por *porém* modificam a informação contida em argumentos anteriores.

A correlação entre função e orientação nos levou a perceber, em relação aos valores relacionados à **ambiguidade** de *porém*, que ele, além dos tipos de orientação argumentativa apontados neste estudo, quando exerce as funções de conclusão e/ou explicação e consequência, introduz a conclusão do enunciado argumentativo. A análise da ambiguidade de *porém* também nos revelou uma outra função para esse elemento da língua, a de adição, valor em que *porém* orienta os enunciados para a mesma conclusão.

A ambiguidade de *porém* revela, portanto: (i) o valor conclusivo e/ou explicativo para esse item linguístico, previsto pelo seu processo de gramaticalização, significando que *porém* ainda pode exercer a função de sua fonte adverbial; (ii) o aparecimento de outros valores, como o consecutivo e o aditivo, valores que, por não estarem previstos pelo processo de gramaticalização de *porém*, que vai do *porém* conclusivo-explicativo para o *porém* adversativo, podem significar usos mais recentes atribuídos a ele.

Os usos de **porém** em artigos de opinião, analisados neste estudo, revelaram, além dos resultados apresentados e a partir da constatação de que **porém** é pouco usado em artigos de opinião, especificamente, e em textos escritos formais, de um modo geral, novos questionamentos: **porém** está desaparecendo? **Porém** é mais frequente na língua oral? Se sim, isso significa que **porém** está desaparecendo apenas na escrita? Os valores consecutivo e aditivo são valores que **porém** adquiriu recentemente? Esses usos aparecem na fala?

Apesar dessas questões exigirem novas pesquisas, podemos concluir que **porém** é utilizado pelos articulistas, principalmente, para estabelecerem suas opiniões, a partir das quais desejam convencer o(s) leitor(es), e a forma como **porém** é utilizado nos revela que, justamente, por ele apresentar propriedades de duas diferentes classes gramaticais, oferece múltiplas possibilidades de uso. Portanto, mesmo que pouco frequente no contexto examinado, **porém** revela-se um instrumento riquíssimo a favor da interação verbal.

REFERÊNCIAS

- ADAM, Jean-Michel. **Les textes**: types et prototypes – récit, description, argumentation, explication et dialogue. Paris: Nathan, 1993.
- ALI, Manoel Said. **Gramática histórica da Língua Portuguesa**. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965. 375 p.
- ALMEIDA, Lucimar de. **Análise semântica de operadores argumentativos em textos publicitários**. 2001. Dissertação (mestrado) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001. 169 p.
- BAGNO, Marcos. **Dramática da Língua Portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001. 327 p.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 672 p.
- BONINI, Adair. Reflexões em torno de um conceito psicolinguístico de tipo de texto. **D.E.L.T.A.**, v. 15, n. 2, 1999. p. 301-318.
- BRONCKART, Jean-Paul. Os tipos de discurso. in: **Atividade de linguagem, textos e discurso**: por um interacionismo sócio-discursivo. São Paulo: EDUC, 2003. p. 137-216.
- CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luis Filipe Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008. 762 p.
- DIJK, Teun Adrianus van. Superestructuras. in: **La ciência del texto: um enfoque interdisciplinário**. Barcelona, Paidós, 1983. p. 141-173.
- DIK, Simon C. **The theory of functional Grammar**: the structure of the clause. 2 ed. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1997. 509 p.
- DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard. **Gêneros Oraís e Escritos na Escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.
- DUCROT, **Provar e dizer**: leis lógicas e leis argumentativas. São Paulo: Global, 1981. 264 p.
- _____. **O dizer e o dito**. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987. 222 p.
- _____. Argumentação e “topoi” argumentativos. In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas, SP: Pontes, 1989. p. 13 – 38.
- FABRI, Kátia Maria Capucci. Da diferenciação das conjunções adversativas em textos escritos. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 21, n. 1, p. 135-152, jan./jun. 2005.
- FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore G. Villaça. Contribuição a uma tipologia textual. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 3, n. 1, 1987. p. 3 – 10.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1985. 91 p.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; *et al.* Tratado geral sobre gramaticalização. In: GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; *et al.* (Org.). **Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. p. 15-66.

_____.; CARVALHO, Cristina dos Santos. Critérios de gramaticalização. In: GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; *et al.* (Org.). **Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. p. 67-90.

GUIMARÃES, Eduardo. **Texto e argumentação**: um estudo de conjunções do Português. Campinas, SP: Pontes, 1987. 200 p.

_____. **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas, SP: Pontes, 1995. 91 p.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. **An introduction to functional Grammar**. 2. ed. London: Edward Arnold, 1994. 434 p.

HEINE, Bernd. **Auxiliaries**: cognitive fource and grammaticalization. New York: Oxford University Press, 1993. 162 p.

HILÁ, Cláudia Valéria Doná. **O gênero artigo de opinião**: diagnóstico e intervenção na formação inicial de português. Trabalhos em Lingüística Aplicada, v. 47(1), 2008. p. 183-201.

HOPPER, Paul. **Emergent grammar**. Berkeley Linguistic Society, n. 13, 1987. p. 139 – 157.

_____. On some principles of grammaticalization. in: TRAUGOTT, E; C. HEINE, B. (Orgs). **Approaches to Grammaticalization**. Amsterdam: Jonh Benjamins, 1991, p. 17 – 36.

_____.; TRAUGOTT, Elizabeth Closs. **Grammaticalization**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. 276 p.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2003. 134 p.

_____. **A coesão textual**. 20. ed. São Paulo: Contexto, 2005. 84 p.

_____. **Argumentação e linguagem**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 240 p.

LEHMANN, Christian. **Thoughts on grammaticalization**. Erfurt, 2002. 171 p.

LONGHIN, Sanderléia Roberta. **A gramaticalização da perífrase conjuncional só que**. 2003. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002. 212 p.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita**. São Paulo: Cortez, 2010. 136 p.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. Gramaticalização em operadores argumentativos. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué; CEZARIO, Maria Maura. **Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, Departamento de Linguística e Filologia, 1996. p. 191-220.

_____.; VOTRE, Sebastião Josué; CEZARIO, Maria Maura. O paradigma da gramaticalização. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué; CEZARIO, Maria Maura. **Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, Departamento de Linguística e Filologia, 1996. p. 45-75.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Pero e Porém**: mudanças em curso na fase arcaica da Língua Portuguesa. Boletim de filologia, Lisboa, v. 29, 1984, p. 129-151.

MESQUITA, Elisete Maria de Carvalho. **As legítimas conjunções coordenativas do português contemporâneo**. 2003. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, 2003, 238 p.

NEVES, Maria Helena Moura. Uma visão geral da gramática funcional. São Paulo: **Alfa**, 1994. p. 109 – 127.

_____. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 160 p.

_____. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Ed. UNESP, 2000. 1037 p.

_____. **A gramática**: história, teoria e análise, ensino. São Paulo, Ed. UNESP, 2002. 282 p.

_____. Uma introdução ao funcionalismo: proposições, escolas, temas e rumos. in: SILVA, Camilo Rosa; CHRISTIANO, Maria Elizabeth A.; HORA, Demerval (Org.). **Funcionalismo e gramaticalização**: teoria, análise, ensino. João Pessoa: Idéia, 2004, p. 13 - 28.

_____. **A vertente grega da gramática tradicional**: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem. 4. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2005. 278 p.

PARREIRA, Míriam Silveira. **Um estudo do uso de operadores argumentativos no gênero editorial de jornal**. 2006. Dissertação (mestrado) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006. 223 p.

PERINI, Mário. Alberto. **Gramática descritiva do português**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006. 380 p.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L; BONINI, Adair; ROTH, Désirée Motta (Org.). **Gêneros**: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p.154 – 183.

ROJO, Roxane. H. R. **A Prática de Linguagem em Sala de Aula**: Praticando os PCNs. Mercado de Letras: Campinas, 2000. p. 252.

SANTOS, Jorge Mariano dos. **Gramaticalização do aspecto iterativo no português do Brasil**: o verbo *viver*. 2010. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, 2010. 89 p.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Um estudo textual-discursivo do verbo no português do Brasil**. 1991. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas SP, 1991. 264 p.

_____. Composição tipológica de textos como atividade de formulação textual. **Revista do GELNE**, v. 4, nº. 1/2, 2002. p. 29 – 34.

_____. A caracterização de categorias de textos: tipos, gêneros e espécies. Alfa: **Revista de Linguística**. , v.51, 2007a. p.39 – 79.

_____. Das relações possíveis entre tipos na composição de gêneros. In: 4o Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais (IV SIGET), 2007, Tubarão - SC. **Anais [do] 4º Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais (4º SIGET)**. Tubarão: Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL, 2007b. v.1. p.1297 – 1306.

_____. **Sobre a possível existência de subtipos**. Anais do VI Congresso Internacional da ABRALIN. Dermeval da Hora (Org.). João Pessoa, 2009. p. 2632 – 2641.

UBER, Terezinha de Jesus Bauer. **Artigos de opinião**: estudos sobre um gênero discursivo. Programa de Desenvolvimento Educacional da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2007/2008. Universidade Estadual de Maringá.

ANEXOS

ANEXO 1:
OCORRÊNCIAS DE *PORÉM* NO JORNAL
O ESTADO DE SÃO PAULO (ESTADÃO)

Quinta-Feira, 31 de Dezembro de 2009

Feliz ano-novo, segundo a novela

Eugênio Bucci

OCORRÊNCIA 01.

*O diálogo entre ficção e realidade vem-se aperfeiçoando velozmente na indústria do entretenimento, com resultados cada vez mais potentes. O mesmo recurso - inserir falas de gente como a gente no fecho de cada episódio - já foi testado pelo próprio Manoel Carlos numa novela anterior, Páginas da Vida, de 2006. Agora, **PORÉM**, o procedimento mostra-se mais certo. A sintonia entre as falas das personagens fictícias e o discurso das pessoas reais é tão bem calibrada que parece que a realidade começou a falar a língua da ficção. A tal ponto que cabe perguntar: é a realidade que inspira a ficção ou a ficção que ordena a realidade?*

Eugênio Bucci, jornalista, é professor da ECA-USP

Domingo, 03 de Janeiro de 2010

Campo minado

Sergio Fausto

OCORRÊNCIA 02.

No plano doméstico, também pela primeira vez o regime islâmico apresenta fraturas. Há dissidência aberta de membros da elite civil e religiosa, além de recorrentes manifestações de protesto nas ruas. A dúvida é se novas sanções ajudam ou dificultam o progresso das negociações, já que podem servir de bandeira para o regime reunificar a elite e enrijecer-se numa posição de intransigência.

*De uma coisa, **PORÉM**, ninguém duvida. Os olhos do mundo estarão voltados para o tema do desarmamento e da não-proliferação em 2010. E para o Irã, em particular. Na primeira quinzena de maio, em Nova York, terá lugar a conferência que, a cada cinco anos, revê o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), do qual o Irã, assim como o Brasil, é signatário. Os três encontros preparatórios realizados em 2009 deixam claro que um dos itens centrais da agenda será o "fortalecimento de salvaguardas para impedir a proliferação", entre elas o chamado protocolo adicional do TNP, que aumenta os poderes de inspeção da AIEA. O Brasil tem-se recusado até agora a assiná-lo. Na Estratégia Nacional de Defesa, lançada no final de 2008, a assinatura fica condicionada a que as potências nucleares caminhem no sentido do desarmamento. Obama moveu os EUA nessa direção, trazendo a Rússia consigo.*

Sergio Fausto, coordenador de Estudos e Debates do iFHC, é membro do Grupo de Acompanhamento da Conjuntura Internacional (Gacint) da USP

E-mail: sfausto40@hotmail.com

Sábado, 09 de Janeiro de 2010

Os direitos e as garantias individuais

Onofre Carlos de Arruda Sampaio

OCORRÊNCIA 03.

O profícuo trabalho que está sendo realizado pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo corregedor do Superior Tribunal de Justiça vem trazendo à luz algumas das mazelas que há muito tempo vinham, e ainda vêm, dificultando a correta distribuição de justiça, mostrando, ao mesmo tempo, que não corresponde à realidade a propalada tentativa de atribuir todas as dificuldades e a morosidade no andamento dos processos a leis processuais tidas como inadequadas, ao número de recursos existente - que se quer reduzir - e a um suposto zelo excessivo na observância dos direitos e garantias individuais inscritos na Constituição.

O quadro que se vem conhecendo da (des)organização judiciária mostra com clareza que aí se encontra o fulcro da questão e as louváveis medidas já tomadas e em andamento naquele conselho, na Corregedoria e em tribunais estaduais, como é o caso do Tribunal de Justiça de São Paulo, vêm sendo de grande valia para resgatar o Judiciário desse quadro insustentável.

Por outro lado, se é verdade que as leis processuais podem ser melhoradas, também é verdade que os recursos previstos na legislação têm prazo exíguo para sua propositura e para as respectivas contrarrazões e, se forem eles julgados com a mesma ou similar celeridade com que têm de ser interpostos e contra-arrazoados (e por que não?), não podem ser tomados como causa única ou fundamental da tamanha delonga que se lhes quer atribuir.

Nesse sentido, ao mesmo tempo que o Conselho Nacional de Justiça tem tomado medidas visando a esgotar o estoque mais antigo de processos encalhados nas varas e nos tribunais estaduais e federais, o Supremo Tribunal Federal, com a edição de súmulas vinculantes, vem propiciando maior racionalidade e eficiência à máquina judiciária, evitando que enxurradas de casos idênticos - em grande parte oriundas do mau funcionamento da máquina pública - venham a congestionar os tribunais superiores com questões já vencidas.

PORÉM, a mais grave dentre as suposições acima referidas, que precisa ser desmentida e de forma nenhuma poderia mesmo se justificar, é a de que seria o excesso de zelo praticado pelo Supremo Tribunal Federal, ao tratar dos direitos e garantias individuais, que estaria a retardar ou mesmo inviabilizar as ações judiciais, em especial as de caráter persecutório.

Onofre Carlos de Arruda Sampaio é advogado em São Paulo.

Terça-Feira, 12 de Janeiro de 2010

Avatar ambiental

Xico Graziano, xico@xicograziano.com.br

OCORRÊNCIA 04.

*Da Amazônia ao vegetarianismo, temas específicos atarefaram os militantes ecológicos. O Bella Center, local do evento, era um grande happening. Só faltou, mesmo, uma questão, eternamente esquecida das discussões ambientalistas: a demografia. A pegada ecológica, conceito recentemente desenvolvido, aproxima-se da crítica a esse fantasma do crescimento populacional. Continua de pé, **PORÉM**, o maior tabu da ecologia.*

Xico Graziano, agrônomo, é secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. E-mail: xico@xicograziano.com.br

Site: www.xicograziano.com.br

Quarta-Feira, 13 de Janeiro de 2010

Tragédia anunciada

Luiz F. Vaz

OCORRÊNCIA 05.

Os escorregamentos que afetaram a região de Angra dos Reis (RJ) chamaram a atenção pelo impacto emocional, **PORÉM** trata-se de um problema recorrente. Há pouco tempo processos similares assolaram a região de Blumenau-Itajaí (SC). Dificilmente transcorre um período chuvoso sem que escorregamentos interrompam estradas, derrubem casas e provoquem mortes na Região Sudeste.

OCORRÊNCIA 06.

O que há de comum nessa região é o relevo acidentado e as chuvas intensas, em ambos os casos, decorrentes da formidável muralha da Serra do Mar e, entre São Paulo e Rio, da sua irmã, a Serra da Mantiqueira. Em muitos locais dessas serras as encostas têm forte inclinação e a vegetação original, constituída por densa floresta, foi removida e substituída por pastagem ou vegetação secundária, estradas foram construídas e os morros foram ocupados por barracos, casas, barracões e até mesmo prédios.

Esses fatores, encostas de forte declividade e ocupação humana, associados a chuvas contínuas e intensas, têm papel determinante na deflagração da maioria dos escorregamentos. Eles vêm sendo estudados desde o início da década de 1950, depois que foram construídas as primeiras usinas hidrelétricas de Cubatão (SP) e Nilo Peçanha (RJ), ambas atingidas por escorregamentos. Em 1928 um violento deslizamento afetou o Monte Serrat, em Santos, matando 60 pessoas e demolindo parte da Santa Casa, em consequência dos mesmos agentes.

O pior, **PORÉM**, estava à frente. Em janeiro de 1967 uma área com cerca de 30 km de diâmetro, na região da Serra das Araras, com centro na Via Dutra, foi submetida a chuvas muito fortes depois de chuvas contínuas. Dezenas de escorregamentos ocorreram nas encostas provocando muita destruição e mais de 1.200 mortes, até hoje o evento natural de maior letalidade. Dois meses depois, em março, o processo repetiu-se nas proximidades de Caraguatatuba, matando 120 pessoas e destruindo 400 casas no seu caminho para o mar, ainda hoje enlameado.

OCORRÊNCIA 07.

Os escorregamentos equivalem, para o Sudeste, aos terremotos dos países com atividade sísmica. Têm a vantagem de ser menos destrutivos e mais facilmente previstos, **PORÉM** são letais da mesma forma.

OCORRÊNCIA 08.

Os países sísmicos despendem milhões anualmente em sofisticados sistemas de monitoramento e, mais cedo ou mais tarde, vão conseguir se prevenir quanto aos terremotos.

Aqui, temos disponível a tecnologia de prevenção dos escorregamentos, desenvolvida por nós mesmos, com um custo sensivelmente inferior, **PORÉM** não a aplicamos por desconhecimento e inação dos governos.

Luiz F. Vaz, geólogo, professor convidado do Instituto de Geociências da Unicamp, é presidente da Associação de ex-Alunos de Geologia da USP

Sábado, 16 de Janeiro de 2010

O PAC dos Direitos Humanos

Mauro Chaves

OCORRÊNCIA 09.

*Nesse sentido, o 3º Programa Nacional dos Direitos Humanos, criado pelo Decreto Presidencial nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, repõe uma verdade histórica fundamental: desfaz a confusão, que se fazia, entre os dois grupos de patriotas e idealistas brasileiros que lutavam pela democracia durante a ditadura militar. Pois desde a redemocratização do País esses grupos se misturaram muito entre si - tanto quanto com o dos adesistas do regime militar que combateram. No fundo, **PORÉM**, jamais perderam sua visão própria de democracia - visão essa que andava muito enrustida e disfarçada. Assim, o secretário dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, prestou um excelente serviço à Nação indicando, neste ano eleitoral, uma das visões de democracia que estarão disputando a Presidência da República daqui a nove meses.*

Mauro Chaves é jornalista, advogado, escritor, administrador de empresas e pintor E-mail:mauro.chaves@attglobal.net (www.artestudiomaurochaves.wordpress.com)

A incógnita Dilma

15 de maio de 2010

Almir Pazzianotto Pinto

OCORRÊNCIA 10.

*Em desfavor de Dutra pesava o fato de ser fechado, de poucas palavras, impopular em meio ao povo. O brigadeiro, **PORÉM**, era um dos heroicos tenentes do Forte de Copacabana, na epopeia de 1922. Vinha respaldado pelo apoio de todos os que se aliaram na luta contra a permanência de Getúlio Vargas no poder, após 15 anos de governo. Dotado de simpatia, embora de temperamento austero, cativava o eleitorado feminino com o bordão "vote no brigadeiro, é bonito e é solteiro".*

Advogado. Foi ministro do trabalho e presidente do tribunal superior do trabalho.

Segurança e terra de estrangeiros

18 de julho de 2011

Denis Lerrer Rosenfield

OCORRÊNCIA 11.

É salutar que o governo esteja pensando em levar ao Legislativo projeto de lei relativo à compra de terras por estrangeiros, pois o País não pode conviver com pareceres distintos da Advocacia-Geral da União que alteram o que se entende por empresa nacional de capital estrangeiro: ora é equiparada à empresa nacionais de capital brasileiro, como na legislação anterior, ora é objeto de tratamento

diferente. A insegurança jurídica torna-se, assim, a regra, travando o investimento dessas empresas e, certamente, prejudicando o desenvolvimento nacional.

O capital estrangeiro tem contribuído, e muito, para o crescimento do País, não apenas no setor rural, mas também no industrial e no de serviços. É notório que o Brasil carece desses capitais e seu investimento produtivo tem sido decisivo nos últimos anos. Mas agora empresas que estavam em pleno processo de investimento nele põem freio, pois não mais sabem o que pode acontecer. De repente, devem dar uma marcha à ré, no aguardo de maior esclarecimento do que podem ou não fazer. Projetos ficam inconclusos, prejudicando, na verdade, todos nós.

Nesse contexto, a elaboração e a aprovação de uma lei que estabeleça parâmetros claros podem ser uma contribuição decisiva a esse processo. Essa é, ressaltemos, a própria função da Câmara e do Senado.

*No imediato, **PORÉM**, devemos ter claro que o Brasil de hoje - e o mundo - é globalizado, não cabendo nenhum preconceito contra o capital estrangeiro, em defesa de um nacionalismo estreito, que produziu efeitos tão nocivos no passado. Eis a nova realidade. A discussão a respeito deve ser técnica, não ideológica, voltada para o enfrentamento de alguns problemas reais. O País, frise-se, necessita de capitais e tecnologia estrangeiros.*

Professor de filosofia na UFRGS.

E-mail: denisrosenfield@terra.com.br.

O Partido do Euro

21 de julho de 2011

Demétrio Magnoli

OCORRÊNCIA 12.

*"Nós não obtivemos absolutamente nada, exceto que coletamos dinheiro de um monte de pobres diabos e o espalhamos aos quatro ventos", explicou Montagu Norman, presidente do Banco da Inglaterra, num franco, **PORÉM** tardio, reconhecimento da culpa dos bancos centrais que empurraram o mundo para a Depressão.*

Sociólogo e doutor em geografia humana pela USP. E-mail: Demetrio.magnoli@terra.com.br.

Quais são mesmo os porcos nesta história?

20 de julho de 2011

José Nêumanne

OCORRÊNCIA 13.

Na chefia da Casa Civil, para a qual nomeou Palocci, Dilma havia substituído José Dirceu, acusado de chefiar uma quadrilha em processo que tramita nos escaninhos do Supremo Tribunal Federal (STF). No posto conviveu - segundo consta, às turras - com o então ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, senhor do castelo do Partido da República (PR), da base de apoio parlamentar do governo. Em nome da "governabilidade", ela lhe devolveu o posto e foi levada a dele afastá-lo depois de o referido ter protagonizado caso de corrupção denunciado pela revista Veja. E nas páginas desse semanário o diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), José Luiz Pagot, mereceu idêntico tratamento. Antes de ser demitido, como chegou a ser anunciado, contudo,

Pagot tirou férias, das quais se afastou para elogiar no Congresso o zelo da comandante e o comportamento de seu futuro chefe, na esperança de ter a boquinha de volta.

*Voltará? É aí que está o busílis. Dilma jura que não. Mas Paulo Sérgio Passos garante que nada há que pese contra o retorno do antigo companheiro de cúpula no Ministério dos Transportes. O benefício da dúvida pode favorecer Dilma quanto à atuação de todos esses senhores ao longo do mandato de Lula, em que chefiou a Casa Civil com fama de "gerentona" dura e de trato pessoal pouco delicado. Dela, **PORÉM**, não se noticiou nenhuma reação pública contra a conduta dos dois ministros, o que saiu e o que o substituiu.*

Jornalista e escritor, é editorialista do “Jornal da Tarde”.

No ranking das falcatruas

24 de julho de 2011

Gaudêncio Torquato

OCORRÊNCIA 14.

*O Estado moderno contribui, sim, para a expansão da corrupção, na esteira da criação de fontes de riqueza e poder, ascensão de grupos, surgimento de novas classes, estruturação de fontes de recursos e expansão de possibilidades. Os surtos de modernização social e econômica implicam mudanças profundas na vida política. Daí se inferir que a corrupção, aqui, na Europa ou nos EUA, era bem menor há um século. Os campos de ação eram menos elásticos. A instituição política tradicional, por sua vez, incorpora hoje outros valores. Tornou-se banalizada. A administração de coisas materiais assumiu o lugar de ideários. As doutrinas murcharam, as utopias feneceram. E assim os círculos dos negócios inundaram o universo político. Sob esse pano de fundo, a resposta à questão inicial não deixa dúvidas: a corrupção expande-se na razão direta da modernização do Estado. Interessante é observar que os sistemas de controle também se multiplicaram. Entre nós, os conjuntos formados para apurar e mapear desvios - Ministério Público, Tribunais de Contas da União e dos Estados, Advocacia-Geral da União (AGU), Controladoria-Geral da União, Polícia Federal, etc. - têm sido atentos e proativos. Dispomos também de um conjunto de agências reguladoras, cuja função precípua é estabelecer diretrizes para atuação dos núcleos que cuidam de serviços públicos essenciais. Não raro, **PORÉM**, tais mecanismos são impregnados de molas politigueiras (nomes indicados por partidos) que abrem os dutos da ilicitude.*

Jornalista, é professor titular da USP, consultor político e de comunicação.

Twitter: @gaudtorquato.

Da crise financeira à fiscal e política

27 de julho de 2011

Sergio Amaral

OCORRÊNCIA 15.

De certo modo, a crise da dívida europeia lembra a da América Latina dos anos 1980. O súbito aumento das taxas de juros nos EUA e o endividamento crescente de países da região representaram um risco efetivo de crise sistêmica. Ela foi contornada graças a um complexo processo de negociações da dívida, em duas fases. Para o Brasil, a primeira culminou no acordo de 1988, no qual estive diretamente envolvido, pelo qual o País saiu da moratória e reestruturou US\$ 80 bilhões de débitos

junto a bancos e governos credores. A segunda, conduzida por Pedro Malan, trouxe um desconto da dívida, da ordem de 30%, em 1994, tornando sustentável a sua amortização.

Há, **PORÉM**, diferenças. As instituições financeiras tentaram a rolagem da dívida de Portugal e Grécia, de modo a ganhar tempo e evitar o risco de contágio. Mas a tentativa falhou, diante da inviabilidade de conter a insolvência da Grécia mediante a simples renovação dos seus empréstimos.

Diretor internacional da FAAP, foi ministro do desenvolvimento, indústria e comércio exterior.

Agronegócio familiar

26 de julho de 2011

Xico Graziano

OCORRÊNCIA 16.

Tudo começou em 1996, quando o presidente Fernando Henrique Cardoso criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Sua ideia básica, inédita, foi carimbar uma fatia dos recursos do crédito rural, obrigando sua aplicação nos pequenos produtores, incluindo os assentados da reforma agrária. Faz sentido.

Tradicionalmente, os grandes proprietários abocanham todo o dinheiro para financiamento rural. O Pronaf mudou essa história. Seu sucesso o tornou robusto dentro da política agrícola do País, executada pelo Ministério da Agricultura com apoio do Banco do Brasil.

Quando Lula assumiu, **PORÉM**, achou por bem transferir a gestão do Pronaf, entregando-a ao Ministério que cuida da reforma agrária. Atendeu à gula da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e do Movimento dos Sem-Terra (MST). Entregou o ouro.

OCORRÊNCIA 17 (essa ocorrência é continuação da ocorrência 16)

O Ministério do Desenvolvimento Agrário passou a operar o Pronaf segundo critérios exageradamente ideológicos e partidários. Assim funciona o jogo do poder. Afinal, a oligarquia rural também sempre mandou no Ministério da Agricultura.

Um grave problema, **PORÉM**, surgiu dessa trama. Ao apartar o atendimento aos pequenos agricultores em outra pasta, criou-se uma falsa dicotomia. A polarização acirrou a distinção, inexistente, entre agronegócio e agricultura familiar.

Agrônomo, foi secretário do meio ambiente do estado de São Paulo.

E-mail: xicograziano@terra.com.br.

Dilma e seus governos

03 de agosto de 2011

Marco Antônio Villa

OCORRÊNCIA 18.

A falta de liderança é evidente. Os últimos quatro meses foram de abalos permanentes. E nos primeiros cem dias a presidente teve uma trégua. Foi elogiada até pelo que não fez. Politicamente, o ano começou em abril e, de lá para cá, o governo toda semana foi tendo algum tipo de problema. Ora no relacionamento com a base, ora no cotidiano administrativo. O problema central é que Dilma não se

*conseguiu firmar como liderança com vida própria. É vista pelos líderes da base como alguém que deve ser suportada até o retorno de Lula. A questão - para eles - é aguentar a destemperança presidencial. Claro que o preço compensa. **PORÉM** a rispidez e os gritos da presidente revelam que ela própria sabe que não é levada a sério. Vez por outra, o passado deve rondar os pensamentos da presidente. Ela, em alguns momentos, exige uma obediência ao estilo do velho "centralismo democrático" leninista. Sonha com Trotsky, Bukharin e Kamenev, mas convive com Collor, Sarney e Renan.*

Historiador, é professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR).

Jogo da memória

09 de agosto de 2011

Xico Graziano

OCORRÊNCIA 19.

*Assusta o mundo o Brasil agropecuário. O saldo das exportações menos importações gerou, ano passado, superávit de US\$ 61 bilhões. Muita gente não sabe disso. São, **PORÉM**, as exportações do agronegócio que pagam a conta das mercadorias importadas. Sem as divisas oriundas da soja, de carnes, café, açúcar, suco de laranja, frutas, celulose, o padrão de consumo dos brasileiros estaria bem abaixo do atual. E a inflação, mais elevada.*

Agrônomo, foi secretário do meio ambiente do estado de São Paulo.

E-mail: xicograziano@terra.com.br.

ANEXO 2:
OCORRÊNCIAS DE *PORÉM* NO JORNAL **GAZETA DE ALAGOAS**

26 de novembro de 2009

Ditadura e petróleo

JOSÉ MAURÍCIO BRÊDA *

OCORRÊNCIA 20.

*Desde Monteiro Lobato (1882-1948), advogado, empresário visionário, intelectual e escritor sempre dedicado às causas nacionalistas, até nossos dias, o petróleo, como fator de independência econômica do País, tem sido motivo de inúmeras lides políticas. O próprio Lobato esteve preso em pleno Estado Novo de Getúlio Vargas, em virtude de sua luta em defesa do “ouro negro”. E, por ironia do destino, é em Lobato (Salvador) - nada a ver com o Monteiro – que teria sido descoberta a primeira jazida petrolífera. **PORÉM**, assim como o petróleo motivou a prisão do escritor, propiciou, bem mais adiante na história e também em regime autoritário, à soltura de um dissidente.*

(*) É bacharel em economia (jmgbreda@gmail.com).

22 de novembro de 2009

Trabalho e repouso devem andar juntos

MILTON HÊNIO *

OCORRÊNCIA 21.

*O trabalho do coração, por exemplo, dá-nos uma ideia do que representa repouso durante o trabalho. Todo mundo pensa que o coração trabalha direto, em seu conjunto, todo tempo. Na realidade, **PORÉM**, há um período definido de descanso depois de cada contração. Ao funcionar em média 70 pulsações por minuto, o coração está trabalhando verdadeiramente 9 horas em cada 24 horas. O segredo do coração está em trabalhar por partes; enquanto uma parte se contrai a outra está relaxada. Nosso coração é uma peça preciosíssima e precisa ser muito bem cuidado. A única função do coração é bombear sangue para todo o corpo. Em média o coração bate 70 a 80 vezes por minuto, 100 mil vezes por dia, 40 milhões de vezes por ano.*

OCORRÊNCIA 22.

*Passamos, sem perceber, grande parte de nossa vida trabalhando, rindo e às vezes chorando, procurando viver bem enquanto temos a vida como prêmio. **PORÉM**, muita gente destrói parte da vida por ter saído de seus limites. É preciso pensar na vida e não apenas correr pela vida, como se não fosse possível correr e pensar ao mesmo tempo.*

(*) É médico (mhenio@hs24.com.br).

19 de maio de 2010

A internet e os problemas decorrentes

JOSÉ MEDEIROS *

OCORRÊNCIA 23.

Outro dia ouvi uma pergunta provocativa de um pai a uma educadora: “O computador deve ou não fazer parte da vida de uma criança?”. A professora discorreu sobre uma série de aspectos positivos e

*negativos da questão, deixando uma série de outras perguntas no ar. De fato, o assunto é polêmico e divide opiniões dos especialistas no tema. Os da corrente a favor defendem o acesso dos pequenos a partir dos seis anos, idade em que começam a se alfabetizar e, por isso, seria utilizado para outros fins, e não apenas para brincadeiras. **PORÉM**, sem uma exposição que ultrapasse uma hora diária.*

(*) É médico e ex-secretário de Educação e de Saúde.

18 de maio de 2010

As pedras preciosas e suas origens

LYSETTE LYRA *

OCORRÊNCIA 24.

*Os topázios derivam da palavra grega “bilhar” que, também, se utiliza para designar a palavra fogo. Os topázios são mais conhecidos na cor amarelo-dourado, mas existem o amarelo-laranja, o vermelho, o cor de mel, o cereja escuro, o verde, o azul e o rosa. O topázio chamado imperial e o rosa são, **PORÉM**, os mais valiosos. A pedra não é tão dura e é preciso todo cuidado para não quebrá-la nem riscá-la. Encontra-se o topázio no Brasil, na Nigéria e no Sri Lanka.*

(*) É membro da Academia Maceioense de Letras.

11 de maio de 2010

As pedras preciosas e suas peculiaridades

LYSETTE LYRA *

OCORRÊNCIA 25.

*As gemas estão classificadas de acordo com as suas composições químicas. Existem os grupos de quartzos, de berilos, de coríndons, etc. **PORÉM** o mais importante por sua beleza, seu brilho e dureza é o dos diamantes, mineral monométrico que provem do carbono puro. Além de sua importância na confecção das joias de alto valor, é usado, também, na indústria.*

(*) É membro da Academia Maceioense de Letras.

29 de dezembro de 2009

O novo ano

LYSETTE LYRA *

OCORRÊNCIA 26.

*Mas essa enganosa sensação de mudança marcada pela passagem de um ano para outro nos dá uma deleitosa euforia, nos enche de esperanças. **PORÉM** o que se modifica mesmo com a passagem de mais um ano, são as nossas características biológicas, nosso desenvolvimento intelectual e social de acordo com o tempo de existência.*

(*) É membro da Academia Alagoana de Letras.

22 de dezembro de 2009

A propósito da Conferência de Copenhague

LYSETTE LYRA

OCORRÊNCIA 27.

*É a 15ª conferência ambiental realizada pela ONU no sentido de encontrar meios para os inquietantes problemas climáticos que ameaçam a vida do planeta Terra. Uma base de 192 representantes de várias regiões do globo estiveram presentes entre os quais os que mais poluem a atmosfera com a emissão irresponsável de gases efeito estufa: Estados Unidos, China, Brasil e Índia. **PORÉM** os mais incriminados pelo aquecimento global, não tinham metas.*

(*) É membro da Academia de Letras e Artes do Nordeste.

25 de dezembro de 2009

Entrevista com Jesus

BENEDITO RAMOS

OCORRÊNCIA 28.

*O Senhor defende o bem, então o que é bom ou o que devemos fazer? Por que me perguntas a respeito do que é bom? Bom só há um. Se queres, **PORÉM**, entrar na vida guarda os mandamentos. (Mt-19-17). Errais não conhecendo as escrituras, nem o poder de Deus (Mt - 22-29).*

(*) É escritor.

12 de janeiro de 2010

Fernandes Lima: isso lá é trânsito?

MAURÍCIO PITTA *

OCORRÊNCIA 29.

O terceiro fenômeno é o despreparo, a sentida ausência (mesmo quando presentes de corpo e alma) dos guardas municipais de trânsito!

Quando não estão camuflados em alguma esquina ou moita do canteiro central, ao que parece mais preocupados em achar um motivo para multar os motoristas que por ali trafegam, parecem desfrutar tranquilamente da paisagem. Me fazem lembrar os anões de jardim.

Em caso de acidente ou quebra de veículos (e estes são diários) ficam ao lado dos veículos acidentados sem a menor idéia de como fazer fluir o trânsito! Ano passado me deparei com dois episódios entre tantos que vemos diariamente: motocicleta e ou motociclista ao chão.

Caso 1: cruzamento em frente à Caixa Econômica... Trânsito lento, quase parado! Ao lado da motocicleta (seu condutor já havia sido socorrido pelos anjos do asfalto, Samu e Bombeiros), estavam uns quatro guardas municipais de trânsito. Olhavam, impávidos colossos, ao tráfego lento e pesado! Nem sequer se preocupavam em se adiantar uns poucos passos e orientar aos motoristas que vinham no sentido Centro-Gruta a iniciar o desvio um pouco para a direita, melhorando o fluxo de veículos!

Caso 2: Moto e seu condutor, já falecido, ao chão. Caos absoluto! Nada do rabecão e lá estava o corpo estendido no chão, seminu, apenas de cueca, exposto à curiosidade pública! E os guardas? Ao lado,

*sem nem mesmo se dignarem a retirar o corpo para o canteiro central ou mesmo cobri-lo com um pano ou sei lá o que! Pois é... Soube recentemente que esse pessoal não fez concurso para a função de agentes de trânsito. Ok, ok... Talvez eu esteja sendo injusto! **PORÉM**, certamente receberam treinamento para preencher o talão de multas!*

(*) É promotor de Justiça e professor da Ufal.

15 de janeiro de 2010

Militares prestam continência

PINTO SAMPAIO *

OCORRÊNCIA 30.

*“A paz queremos com fervor, a guerra só nos causa dor. **PORÉM**, se a Pátria amada for um dia ultrajada, lutaremos sem temor”. Este estribilho, da canção do Exército Brasileiro, sintetiza o sentimento de cumprimento de missão que forjamos no nosso soldado, ressalta que é pela paz que lutamos, e que a Pátria é a razão da nossa existência.*

(*) É comandante do 59º BIMtz.

01 de junho de 2010

Condenado ao subdesenvolvimento

SÉRGIO COSTA *

OCORRÊNCIA 31.

A julgar pelas decisões ortodoxas praticadas pelo Banco Central (BC), chego até a pensar que estamos andando em círculo e jamais encontraremos os caminhos do desenvolvimento.

É que, todas as vezes que o nosso País apresenta sinais de crescimento, a inflação ameaça interromper o progresso. Por sua vez, sem independência política para dizer ao País quais as reais causas que provocam os desequilíbrios da economia, o Banco Central simplesmente aplica o tradicional sonífero da taxa de juro contra o dragão inflacionário, adormecendo-o.

***PORÉM**, a aplicação generalizada do paliativo pode causar dois efeitos perversos: reprimir o crescimento e reduzir a geração de novos postos de trabalho. Sim, claro, elevar a taxa de juro sem analisar quais setores estão gerando pressões inflacionárias pode interferir na economia como um todo.*

OCORRÊNCIA 32.

Sabe-se, entretanto, que o tal dragão é movido por um comando bastante conhecido: o instinto pelo lucro. Com efeito, ao notar que a procura pelo seu produto é maior do que ele tem e pode produzir, o dragão acorda no cérebro do capitalista e o instiga a elevar os preços. O que fazer, então, se é esse instinto que move as economias capitalistas? O que fazer, a fim de evitar os abusos do dragão? Trabalhar com disciplina, perseverança e zelo no trato da coisa pública, a fim de buscar o equilíbrio da economia e crescer sem inflação.

*Mas isso é tudo que não se faz por aqui. Ao invés de enxugar os gastos e poupar, com o objetivo de realizar investimentos que estimulem a produção, leio notícias de que o governo federal gasta mais do que arrecada. **PORÉM**, jogar mais dinheiro na economia sem produção, também acorda o dragão.*

(*) É contador.

14 de julho de 2011

Engenheiro de segurança do trabalho

ANDRÉ LUIS CANUTO DUARTE *

OCORRÊNCIA 33.

*Por sua formação, o engenheiro é o homem que planeja, projeta e executa, planejar seria extrapolar para o futuro. Devemos ter sempre em mente esta ideais; quando estamos planejando, verificar quais as consequências futuras deste planejamento, quais as implicações para nossa e para futuras gerações da implantação desta nova tecnologia, o homem de planejamento, deve deter-se em todas as minúcias de um problema, não se prendendo exclusivamente à tecnologia, que deve existir para beneficiar o homem, nunca prejudicá-lo. Na fase de execução, além da responsabilidade do engenheiro na fiscalização e orientação do processo, visando o cumprimento do projeto ou a qualidade do produto, também a parte de segurança do trabalhador deve ser levada em conta. Já falamos que uma das causas dos acidentes são as condições inseguras. **PORÉM**, a simples eliminação destas, por um bom planejamento e projeto, não impede que acidentes ocorram nos atos inseguros praticados pelo trabalhador ou fatores pessoais de insegurança.*

O engenheiro é o líder, seja imposto, seja natural, e sua cultura, aliada aos conhecimentos tecnológicos, o fazem o guia incontestado da massa trabalhadora. Aproveitando esta circunstância, poderá, por um trabalho de conscientização aliado a um treinamento, evitar os atos inseguros e uma boa parcela dos fatores pessoais de insegurança.

(*) É professor e engenheiro andreluiscanuto@gazetaweb.com.

13 de julho de 2011

Pensar o envelhecimento

JOSÉ MEDEIROS *

OCORRÊNCIA 34.

*A notícia auspiciosa – e que merece destaque – é a emancipação de razoável parte dos idosos: vida ativa, clubes, associações, reuniões, congressos, lazeres, alegria, disposição e autoestima. Viver com dignidade, vencendo discriminações, incompreensões, violências e preconceitos. Vale repetir um pensamento idealístico: “Na vida, é você quem escolhe as cores e pinta cada momento com harmonia”. O Estatuto do Idoso é uma vitória, embora não totalmente cumprido. A medicina, a psicologia e as artes têm dado contribuições valiosas na busca por uma qualidade de vida do idoso. **PORÉM**, ainda temos muito a alcançar.*

(*) É médico e ex-secretário de Educação e de Saúde.

08 de julho de 2011

A santidade e a purificação da igreja

JOSÉ LUCIANO DUARTE *

OCORRÊNCIA 35.

Em síntese: na sua essência a igreja é santa. É o Espírito Santo que renova os batizados, os convocados em Cristo por Deus Pai a formarem o seu povo santo.

*Na sua existência, **PORÉM**, a igreja sentirá sempre o peso do pecado, uma vez que os filhos da igreja serão sempre tentados e, muitas vezes, cederão a ele. Mas aqui também o Espírito age, renovando-a, fazendo a igreja retornar ao primeiro amor.*

(*) É diácono.

07 de julho de 2011

Alergia, uma palavra em moda

ALDO COSTA *

OCORRÊNCIA 36.

*Alergia atualmente é um termo que se encontra no vocabulário popular. É comum o paciente referir que apresenta alguma forma dessa doença. **PORÉM**, será que tudo que se pensa ser “alergia”, realmente é?*

Alergia é uma reação do próprio corpo, por meio do sistema imunológico contra um “antígeno” estranho ao organismo. As reações adversas, não alérgicas, são facilmente confundidas com o termo alergia.

Nos últimos anos observa-se um aumento no número dos casos de alergia em geral e vários motivos são aventados como sendo os responsáveis. É provável que a genética não seja a causadora dessa “epidemia alérgica”, já que os seus efeitos só ocorrem ao longo de muitos anos. Sendo assim, pensamos que os fatores ambientais podem ser responsabilizados por essa mudança no perfil alérgico da população.

(*) É pediatra e alergologista.

23 de julho de 2011

Humildade

NILTON ROCHA *

OCORRÊNCIA 37.

*Nos dias atuais, o homem ao galgar o poder modifica, quase sempre uma boa parte ou total do seu comportamento perante as pessoas que o circundam. Bastante ser investido no menor cargo público para metamorfosear sua personalidade e achar que está acima de todos, com poderes até para prejudicar. **PORÉM**, como tudo na vida é transitório, mais dias, menos dias constatará que nada é, senão alguém que esteve no poder, locupletando-se do mesmo em detrimento aos interesses de outrem. Se assim não fosse, toda terra estava fadada à desaparecer. Hoje, quem está no poder é endeusado e até bajulado, mas ao deixá-lo é considerado “persona non grata” e muitas das vezes, incriminado por aqueles que usufruíram das benesses do cargo que estava investido, os conhecidos puxa-sacos.*

(*) É advogado.

30 de julho de 2011

O TGV, a saúde e a educação

PEDRO TEIXEIRA *

OCORRÊNCIA 38.

Tenho acompanhado com vivo interesse e com grande expectativa, as notícias sobre a implantação do TGV (trem a grande velocidade), que vai ligar Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Campinas e São Paulo. É um empreendimento quase comparado ao de Brasília, na época de sua construção, em termos de custos.

Na realidade, é um megaprojeto, estando orçado em 33 bilhões de reais, vejam bem, em nível de hoje! A sua implantação levará de quatro a seis anos, mais ou menos. Desse modo, com os futuros reajustes, não ficará por menos de 50 bilhões de reais.

Daí, se depreende a magnitude de tal investimento. Será um obra majestosa que engrandecerá o Brasil, fazendo com que ele se ombreie com os países mais ricos e desenvolvidos do mundo. Será o despontar de uma nação em grande desenvolvimento, pelo arrojo e a vontade política, sem sombra de dúvidas. Dizer que não é essencial seria uma negativa sem sentido.

PORÉM, quando voltamos o olhar para os 14 milhões de jovens 13 a 15 anos sem saber ler nem escrever, isto é, analfabetos, o caos que a saúde vem enfrentando, por falta de políticas públicas de saúde, os hospitais caminhando para a falência, os ambulatorios sucateados, o povo com carência de medicamentos essenciais, os médicos sem uma remuneração digna, e o que é pior há mais de dez anos sem reposição das perdas que lhe são asseguradas pela Constituição, faz-se necessária uma reflexão sobre esse sonho. Com o salário que percebe, o professor universitário e o médico, de um modo geral, não pode atualizar sua biblioteca científica, não pode ir a Congresso, enfim, não acompanha os avanços mundiais da ciência. Do outro lado, o professor de nível médio que é importante para o ingresso do jovem na Universidade, necessita, também de um salário decente, de uma formação continuada, vistas a uma atualização constante.

(*) É médico.

29 de julho de 2011

Do multiculturalismo ao fascismo

EDUARDO BOMFIM *

OCORRÊNCIA 39.

Quando meses atrás o primeiro ministro da Grã-Bretanha, David Cameron, e a chanceler alemã, Angela Merkel, anunciaram em entrevista coletiva a morte do multiculturalismo, na verdade o que estava acontecendo era uma inflexão estratégica em relação a essa agenda multicultural global desses quarenta anos de hegemonia neoliberal e da nova ordem mundial. As teses multiculturalistas reinaram olímpicamente durante toda essa época como argumento para suprimir as fronteiras nacionais, e ao mesmo tempo foram difundidas com o objetivo de desarmar, dividir e fragmentar as lutas dos povos e trabalhadores dos países, objetivando quebrar o espírito de unidade arduamente perseguido ao longo de várias dezenas de anos. Os exemplos mais emblemáticos de resistência dos povos têm sido as grandes lutas anti-imperialistas desde o início do século 20, que enxergam na centralidade da grandeza nacional o elemento decisivo

para a conquista da plena soberania, associada, em muitos casos, a projetos de transição para uma sociedade mais avançada, o socialismo.

Esse discurso sobre a extinção das fronteiras, vistas como ultrapassadas, foi disseminado como uma pretensa etapa superior da humanidade, na verdade subordinada a uma maior globalização do capital, que exclui os conceitos históricos e culturais dos países, proporciona uma grande mobilidade internacional da força de trabalho e o aviltamento da sua remuneração. E a esse projeto contra as nações e o mundo do trabalho, o ideólogo norte-americano Francis Fukuyama adicionou a farsa sobre o “fim da História”.

PORÉM, a crise sistêmica capitalista, o desemprego generalizado entre as nações do primeiro mundo, os efeitos colaterais das agressões imperiais, como o terrorismo, transformaram o multiculturalismo em um estorvo à nova ordem mundial. A criatura já não mais interessa aos seus criadores.

(*) É advogado.

04 de agosto de 2011

Liberar, legalizar ou descriminalizar?

RAILTON TEIXEIRA *

OCORRÊNCIA 40.

O Supremo Tribunal Federal (STF) permitiu e garantiu um direito que é assegurado na Constituição, que é da livre expressão. Assim as manifestações de pensamento não serão proibidas, uma vez que a justiça estava privando às tais marchas.

Após a decisão, muitos se utilizaram do discurso e emitiram um juízo de valor dizendo que agora os ditadores vão às ruas exigindo a volta do regime militar, que os radicais irão às ruas para exigir que o aborto seja liberado e etc. Se tais manifestações fossem ocorrer já estariam aí para todos verem.

Mas ao longo de toda esta discussão temos uma sociedade alienada, primeiro dentro da metodologia de uma igreja que ao longo dos anos apenas quis fazer dos seres humanos zumbis e que quis embutir o pensamento de que tudo era pecado e que papai do céu iria castigar. Depois grupos políticos que diante de todo o processo histórico quis dificultar o trânsito da droga no País e permitir apenas o álcool que através da cana de açúcar incentivaria os grandes barões a continuar com a sua monocultura.

Infelizmente, o brasileiro é dotado de uma preguiça, que muitos dos historiadores/sociólogos denominam de, intelectual. Vamos de encontro ao conceito marxista (mesmo não sendo discípulo, mas apreciador da tese) ao invés de sermos ontológico, aquele que vai buscar o porquê do problema na sua raiz histórica, somos gnosiológicos, apenas nos baseamos no senso comum.

*Enquanto nesta briga de interesses entre cães e gatos existem mais coisas do que imaginamos, **PORÉM** ainda não nos permitimos nos abrir a um diálogo e ver onde realmente está a matriz do problema.*

(*) É jornalista e escritor.

10 de agosto de 2011

O maior desafio da educação

JOÃO BATISTA OLIVEIRA *

OCORRÊNCIA 41.

*Qualquer um sabe diferenciar uma criança que sabe ler e escrever de uma que não sabe. Basta fazer um ditado ou dar-lhe um livro para ler. Nas escolas particulares, as crianças concluem o 1º ano lendo e escrevendo. Por que na escola pública isso não ocorre? Conhecemos as explicações: “Cada criança tem seu tempo, é preciso respeitá-lo”; “não existe idade certa para alfabetizar”; “é preciso deixar a criança descobrir sozinha e não atropelá-la com instruções...” Nada disso, **PORÉM**, condiz com as evidências científicas acumuladas nas últimas décadas pelos cientistas do mundo todo que estudam como as crianças aprendem a ler e escrever e quais as estratégias mais eficientes para promover essa aprendizagem. O Brasil começa a despertar, lentamente, para o problema. Diversos municípios e algumas redes estaduais – notadamente as de Sergipe e Ceará, no Nordeste – têm desenvolvido políticas de alfabetização mais eficientes. Mas isso ainda não é a norma. E nem todas as iniciativas produzem iguais resultados.*

(*) É presidente do Instituto Alfa e Beto.

09 de agosto de 2011

Cadê nosso estaleiro?

PEDRO TEIXEIRA *

OCORRÊNCIA 42.

Vimos, com a maior expectativa, aguardando o desenlace da autorização para que o Estaleiro Eisa se instale em nosso Estado.

*Como os órgãos de divulgação têm anunciado, a previsão de investimento é em torno de um bilhão e meio de dólares. **PORÉM**, até o presente momento, ainda não foi dado o aval para a concretização desse projeto.*

(*) É médico e Prof. Emérito da Uncisal.

ANEXO 3:
OCORRÊNCIAS DE *PORÉM* NOS JORNAIS
ZERO HORA/COLETIVA.NET

OCORRÊNCIAS DO JORNAL ZERO HORA

21 de novembro de 2009

Esperar faz bem, por Caroline Milman*

OCORRÊNCIA 43.

*Estamos todos de acordo quanto à realidade imediatista dos dias atuais, onde a espera é uma noção muito vaga, se não inexistente, na construção mental das pessoas. Há o modelo fast food, e outros “fasts”, todos que se quiser. Fast news {notícia rápida}, fast date {namoro rápido}, e por aí vai. Quem tem filhos em idade escolar percebe a enorme diferença na conduta do estudante perante a aprendizagem, de uma geração atrás para a atual. Há, **PORÉM**, que se considerar o seguinte: todas as pessoas, no seu processo de desenvolvimento psíquico, atravessam um primeiro sistema, que Freud chamou “princípio do prazer”. Isto significa que o bebê ou criança bem pequena funciona buscando o prazer imediato, descarregando diretamente suas tensões sem condições de dar a estas um outro destino.*

*PSICANALISTA

22 de novembro de 2009

A arte da ilusão, por Flávio Tavares*

OCORRÊNCIA 44.

*Visitei, agora, a Bienal do Mercosul nos antigos armazéns do cais de Porto Alegre e me espantei com aquelas pobres extravagâncias ali depositadas sob a pomposa denominação de “arte conceitual”. Nenhum conceito e nenhuma arte havia ali naqueles objetos empilhados ou esparramados pelo chão. Os solícitos funcionários-mediadores {na maioria, moças de excelente formação em artes plásticas} discorriam sobre as teorias da “arte conceitual”, ampliando os textos dos imensos painéis impressos. Nada, **PORÉM**, tinha a ver com as “obras” expostas.*

OCORRÊNCIA 45.

*Ao sair dos armazéns do cais {e da Bienal}, deparei-me com um casal de caingangues na calçada, vendendo bichos talhados em madeira e cestos de palha de trançado inigualável e inimitável. Arte pura, expressão de muitos séculos, desprezada, **PORÉM**, pelos grandes mentores da arte de iludir.*

*JORNALISTA E ESCRITOR

20 de maio de 2010

Atraso no Rio Grande, por Léo Voigt*

OCORRÊNCIA 46.

Entretanto, no Rio Grande do Sul, vexatoriamente, esta obra ainda está incompleta. Guardamos os meninos em conflito com a lei, em nome do cumprimento de medida socioeducativa com internação (privação da liberdade), com os mesmos equipamentos e estruturas da etapa anterior. No passado,

esses jovens eram vistos como uma ameaça e colocados em grandes estruturas, aos milhares, em orfanatos e reformatórios, protegendo apenas a sociedade, **PORÉM** condenando para toda a vida os meninos.

***CIENTISTA POLÍTICO**

16 de maio de 2010

Turma do Dunga, por Flávio Tavares*

OCORRÊNCIA 47.

*Como reagiríamos se Ronaldinho Gaúcho, excluído da lista do Mundial, dissesse ao Dunga que continuaria na Seleção? E que, se não lhe dessem uniforme, jogaria com a camiseta guardada nas gavetas da sua casa em Milão ou Porto Alegre? Nosso Ronaldinho, **PORÉM**, é educado. Pode irritar-se em campo quando lhe puxam a camisa ou enfiar os pés em coices pelos tornozelos para impedir o balé de mestre com que nos delicia, mas nunca foi arrogante. Sua hábil maestria está também na humildade. É o oposto de Tuma Júnior.*

OCORRÊNCIA 48.

De onde vem ou onde nasce o poder arrogante do atual secretário nacional de Justiça, negando-se a deixar o cargo? Virá só de suas atribuições – repatriamento de dinheiro enviado ilegalmente ao Exterior, regularização de estrangeiros e controle das ONGs no país? A investigação da Polícia Federal não começou nele, mas nas atividades de Li Kwok Kuen, o chinês naturalizado brasileiro, monarca do contrabando e da pirataria, e seu antigo assessor parlamentar quando deputado estadual em São Paulo.

O próprio Tuma admite que o chinês era seu amigo. Aos jornais, contou que após a prisão de Li, meses atrás, indagou do então ministro da Justiça, Tarso Genro, se devia afastar-se do cargo. “Toca o pau”, respondeu-lhe o ministro, confirmando a confiança e mandando que continuasse.

Desde então, agigantou-se o poder desse delegado estadual de polícia no Ministério da Justiça. Em maio de 1980, há 30 anos, seu pai, o delegado Romeu Tuma, chefe do Dops paulista, prendeu Lula da Silva e outros sindicalistas na greve operária do ABC. A sombra do delegado-torturador Sérgio Fleury pairava ainda sobre a temível polícia política com uma diferença: vivia-se a “abertura redemocratizadora” do general Figueiredo, os tempos começavam a mudar e Tuma era “durão”, mas afável e educado. Dias depois, permitiu que Lula deixasse o cárcere, escoltado, mas sem algemas, e presenciasse por alguns minutos o velório da mãe, dona Eurídice.

*Não é isso, **PORÉM**, que explica a leniência de Lula-presidente. A gratidão é virtude, não defeito, mas é algo pessoal e individual, que não deve interferir no conjunto dos interesses do Estado nem transferir-se de pai para filho. Não pode cegar a quem a recebe nem exaltar a quem a concede.*

OCORRÊNCIA 49 (essa ocorrência é a continuação da ocorrência 48)

*O delegado do Dops que prendeu o sindicalista Lula, **PORÉM**, hoje é senador, manda no PTB paulista e integra a base aliada do governo Lula.*

OCORRÊNCIA 50 (essa ocorrência é a continuação do parágrafo da ocorrência 49)

A sucessão presidencial está aí e o partido de Tuma pai e Tuma filho não sabe se fica onde está ou se muda de lado.

Tem, **PORÉM**, alguns minutos de TV no horário eleitoral com que seremos assediados. E isso conta, mesmo que a repetição das velhas chorumelas embelezadas pelas agências de publicidade nos canse.

*JORNALISTA E ESCRITOR

14 de maio de 2010

Bullying e omissão, por Rubem Penz*

OCORRÊNCIA 51.

*Quando pensamos em bullying no ambiente escolar, lembramos daquele valentão, quase sempre traiçoeiro, que oprime seus pares na base da humilhação e do terror. Também surge na memória a figura do jovem diferente, seja ele meio esquisito ou fora de medida, vítima primordial das chamadas brincadeiras de mau gosto. **PORÉM**, para que exista e viceje essa prática sociopática, um terceiro personagem estará necessariamente implicado: o grupo. Afinal, desde a primeira piada até a metódica perseguição, a turma estará diante de uma escolha, ou seja, qual partido tomará.*

*ESCRITOR

28 de dezembro de 2009

Resistência inexplicável ao Ato Médico, por Cláudio Balduino Souto Franzen*

OCORRÊNCIA 52.

*Os médicos têm o maior apreço e consideração por todos os profissionais que se dedicam à saúde e não desejam nem de longe retirar deles suas prerrogativas consubstanciadas em leis. Não irão admitir, **PORÉM**, serem por eles substituídos em função de interesses políticos e econômicos.*

*PRESIDENTE DO CREMERS

12 de janeiro de 2010

As “crises” e os direitos humanos, por André Luiz Olivier da Silva *

OCORRÊNCIA 53.

*Por certo, o PNDH não está preocupado com os direitos humanos e, lamentavelmente, não promoverá nem um terço de suas promessas. O programa quer aumentar a popularidade do presidente e angariar votos no próximo pleito. Um dos pontos que, por exemplo, podem favorecer Dilma e Tarso é o resgate histórico da ditadura militar – resgate, diga-se de passagem, indispensável para a consolidação de nossa democracia. **PORÉM**, o PNDH constitui um plano fraco no que tange à promoção dos direitos humanos, meramente ilustrativo, que estabelece promessas a serem perseguidas e não mais do que isso.*

* PROFESSOR UNIVERSITÁRIO

16 de janeiro de 2010

Aborto não é direito humano, por Cleber Benegnú *

OCORRÊNCIA 54.

Dentro do sedizente plano de direitos humanos do governo Lula, revelado há poucos dias e assinado por ele mesmo – embora, mais uma vez, diga que não sabia de nada –, há uma diretriz que chama atenção: “Apoiar a aprovação do projeto de lei que descriminaliza o aborto, considerando a autonomia das mulheres para decidir sobre seus corpos”. Na prática, isso significa tornar legítimo que fetos humanos – humanos! – sejam mortos por decisão alheia. A verdade nem sempre é suave; muitas vezes parece arrogante. Pois que seja. Mas elevar o aborto à categoria de “direito humano” é o mesmo que pisotear sobre os mais elementares conceitos de vida e de dignidade da pessoa.

*O paradoxal é que os arautos dessas teses são os mesmos que se jogam ao mar – não sem razão – para defender o parto de uma baleia ou de uma tartaruga. Diante da vida humana, **PORÉM**, preferem o utilitarismo, o economicismo e o pragmatismo. E a frieza também. Os pró-aborto certamente não pretendem ver com seus próprios olhos o ato que dizem legítimo: o efeito das drogas queimando as entranhas de um menino ou de uma menina em formação, um ser destruído por remédio ou bisturi. É apelação entrar nesses detalhes? Ora, mas é isso mesmo que acontece: pessoas crescidas, adultas e com barba na cara decidem sobre outra – pequena e indefesa – que caminha para nascer. E, sob a alegação de uma potencial infelicidade ou rejeição, já a querem morta desde logo.*

* ADVOGADO E ESCRITOR

08 de junho de 2010

Ficha Limpa e a Lei de Gerson, por Onyx Lorenzoni*

OCORRÊNCIA 55.

*Desta forma, espero que a decisão a ser adotada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tenha o entendimento já externado por renomados juristas de que a nova lei poderá valer para o pleito de outubro deste ano. **PORÉM**, independentemente dessa decisão, o Democratas do Rio Grande do Sul já fez a sua parte ao transformar os critérios da lei em resolução interna, que exige de nossos candidatos critérios ainda mais rígidos do que a legislação aprovada. Afinal, passados mais de 30 anos da institucionalização pela cultura brasileira da Lei de Gerson – uma “lei” não escrita – é chegado o momento de dar um basta nas situações que proporcionam aos maus políticos benesses pessoais, sem que se importem com questões éticas ou morais.*

*DEPUTADO FEDERAL E PRESIDENTE DO DEM/RS

09 de junho de 2010

Por trás do petróleo, por Patricia Azevedo da Silveira*

OCORRÊNCIA 56.

A catástrofe provocada no Golfo do México pelo vazamento de petróleo em profundidades abissais atesta a irresponsabilidade organizada do governo e do empresariado, ao mostrar a desídia na concessão das licenças ambientais.

*O papel tudo aceita. A exploração petrolífera no mar é de alto risco e, como tal, exige um estudo prévio de impacto ambiental que formule procedimentos minuciosos de gerenciamento de danos em caso de acidentes. Em termos jurídicos – em nome da precaução e da prevenção –, essa exigência básica busca proteger a sociedade e a vida. Só assim, o governo dos EUA autorizou a extração. Desencadeada a tragédia, **PORÉM**, os representantes da empresa afirmam publicamente não ter condições de solucionar o desastre nem estancar os danos. Já sabiam disso ao formularem a proposta para obtenção do licenciamento ambiental? Ou pensaram, acima de tudo, na conversão do petróleo em cifras milionárias?*

OCORRÊNCIA 57.

No Brasil, a Constituição reconheceu o “direito ao meio ambiente equilibrado” não só para orientar o comportamento humano face à natureza, mas para que isso oriente as leis. É o que o jurista português José Canotilho chama de Estado Constitucional Ecológico.

*Às vezes, **PORÉM**, em nome da “sustentabilidade”, nos desviamos da correta aplicação da lei. Esquecemos que sustentabilidade é conceito inventado e nada tem a ver com equilíbrio ecológico. A experiência mostra que, quase sempre, a exploração – seja do que for – é feita sem previsão real dos riscos e, sobretudo, da capacidade de solucioná-los. Nas águas do mar ou das hidrelétricas, quase tudo se limita a estimativas no papel. Falta entender que os licenciamentos ambientais não devem ser verossímeis, mas verdadeiros, refletindo os perigos e ameaças à fragilidade do planeta.*

*ADVOGADA E PROFESSORA UNIVERSITÁRIA

OCORRÊNCIAS DO JORNAL COLETIVA.NET

08/07/2011

Atendimento ou gerente de projetos nas agências digitais?

por Eduardo Coelho * (edu@cappuccinodigital.com.br)

OCORRÊNCIA 58.

*Seguir o modelo de uma agência tradicional (off-line) seria o caminho mais provável, **PORÉM** nem sempre isso se torna algo produtivo.*

A Internet nos trouxe a velocidade e agilidade de processos. Sendo assim, por que não acabarmos com o telefone sem fio gerado pelo atendimento tradicional? Costumo dizer aos meus clientes que se um gerente de projetos não conseguir lhe responder como está o andamento de um trabalho, é melhor me ligar, pois algo errado está acontecendo.

* Eduardo Coelho é CEO da agência Cappuccino Digital.

20/07/2011

Redes sociais a serviço dos 15 minutos (ou mais) de fama.

por Elizangela Grigoletti * (melina@literatocomunicacao.com.br)

OCORRÊNCIA 59.

*A instantaneidade com que algumas pessoas fazem sucesso é espantosa, algumas desaparecem da mídia na mesma velocidade com que apareceram, **PORÉM** outras permanecem, como é o caso da ex-*

estudante de Turismo Geisy Arruda, que foi vaiada por colegas de faculdade por usar um vestido curto. A situação trouxe fama não apenas na web, já que depois do incidente ela passou a fazer aparições em diferentes mídias. É o cumprimento do que Andy Warhol disse certa vez, ao afirmar que um dia todos teriam seus 15 minutos de fama. Não apenas em vídeos ou musicais, mas de qualquer outro contexto exposto na web, inclusive de trivialidades – tudo pode se transformar, em poucos instantes, no novo hit da internet.

* Elizangela Grigoletti, jornalista, é gerente de inteligência e marketing da MITI Inteligência, empresa de soluções em inteligência de mercado (www.miti.com.br).

ANEXO 4:
OCORRÊNCIAS DE *PORÉM* NO JORNAL **PAG 20**

Retrato da campanha presidencial

Escrito por Murillo de Aragão *

27-Nov. -2009

OCORRÊNCIA 60.

Pelo excesso de exposição gratuita, Serra e Aécio terão a última chance antes da guerra final, a qual o governo usará todas as armas para levar Dilma à cadeira de presidente, de provar que o brasileiro pode viver sem Lula.

O governador paulista pode usar o espaço para tentar retomar seu crescimento nas pesquisas.

PORÉM, *será importante oferecer espaço para que Aécio Neves se exponha nacionalmente e se apresente como alternativa viável caso Serra desista.*

* Cientista político

Oráculos da verdade

Escrito por Frei Betto *

22-Mai-2010

OCORRÊNCIA 61.

*O filósofo alemão Emmanuel Kant não anda muito em moda. Sobretudo por ter adotado em suas obras uma linguagem hermética. **PORÉM**, num de seus brilhantes textos “O que é o Iluminismo?”, sublinha um fenômeno que, na cultura televisual que hoje impera, se torna cada vez mais generalizado: as pessoas renunciam a pensar por si mesmas. Preferem se colocar sob proteção dos oráculos da verdade: a revista semanal, o telejornal, o patrão, o chefe, o pároco ou o pastor.*

* Religioso

Lula, o Teimoso

Escrito por Leonardo de Brito *

20-Mai-2010

OCORRÊNCIA 62.

Quando Lula anunciou sua ida ao Irã, mais uma vez foi tratado como chacota por setores da imprensa nacional e internacional, os quais tinham plena convicção de que sua visita fracassaria. O acordo saiu e de quebra, ainda foi libertada a jornalista francesa Clotilde Reiss.

Esse foi um dia histórico para a diplomacia brasileira, que sob a liderança de um grande estadista, contribuiu para a paz mundial. Após o acordo, toda imprensa internacional estampou em primeira página esse fato grandioso. É claro que nem os EUA nem a imprensa anti-Lula darão o braço a torcer, defendendo ainda as sanções e desconfiando do Irã.

PORÉM, *o que importa é que, mais uma vez, Lula teimou. E levou. Porque na política, assim como na vida, a omissão é pior que uma ação frustrada.*

* Professor de Direito da Ufac, Mestre em Relações Internacionais e Presidente Estadual do PT.

Papa manda padres para o ciberespaço

Escrito por Padre Máximo Lombardi *

16-Mai-2010

OCORRÊNCIA 63.

Bento 16 escolheu como tema deste Dia Mundial 2010: “O sacerdote e a pastoral no mundo digital: as novas mídias ao serviço da Palavra”. Com esse tema e com sua mensagem, o papa exorta os padres neste Ano Sacerdotal, a utilizarem as novas tecnologias para anunciar o Evangelho.

*Mas não se trata agora de levar laptops para os altares, menos ainda de ler a Bíblia em palms ou e-books, ou ainda de usar Data show ou PowerPoint nas homilias. Trata-se, **PORÉM** de aceitar com coragem o desafio de evangelizar atravessando as numerosas encruzilhadas criadas pelo denso emaranhado de ruelas, varadouros, estradas e grandes rodovias que sulcam o ciberespaço, para oferecer às pessoas do continente digital, os sinais necessários para encontrarem a presença do Deus da Vida e da Esperança.*

* Reitor da Catedral Nossa Senhora de Nazaré

p.massimo@uol.com.br. Este endereço de e-mail está protegido contra spam bots, pelo que o Javascript terá de estar ativado para poder visualizar o endereço de email. Orkut, Twitter, Skipe: padremassimo

Por que Serra não gosta da SAE?

Escrito por Artur Araújo *

11-Mai-2010

OCORRÊNCIA 64.

Serra, o candidato, aventurou-se em território exótico. Foi ser figurante de programa policial, o do Datena. Em ambiente muito distinto dos que costuma frequentar o alto tucanato, decidiu jogar o jogo. E era um tal de engaiola p’ra cá, malditos p’ra lá, que a empolgação o levou à derrapagem: sacou, à queima-roupa, um tal Ministério da Segurança.

*Surpreendido por essa crise de “inchaço da máquina”, súbita e distoante, seu entorno foi rápido no gatilho. Até editorial crítico Serra ganhou, publicado por jornal que o apóia, com o título de “Desafinado”. Era inaceitável, para seus pares, um discurso que, ainda que obviamente eleitoreiro, fazia ruído na campanha pelo “estado mínimo; esbelto, **PORÉM** musculoso”.*

(...)

OCORRÊNCIA 65.

*Logo ele, o planejador par excellence, querendo desmontar o principal instrumento de elaboração de estratégias para o Estado brasileiro? Estranho. **PORÉM** facilmente explicável.*

*Consultor de empresas

Ideais da Juventude

Escrito por Cristovam Buarque *

17-Jan. -2010

OCORRÊNCIA 66.

Em recente reunião, ouvi um jovem dizer que não tinha um único amigo com ideais. Eram quase onze horas da noite. Eu disse aos que ali estavam, inclusive os pais dele, que iria colocar a frase no Twitter e esperar as respostas.

Escrevi.

@Sen_Cristovam: Ouvi, há pouco, de um jovem: “não tenho amigo com ideais”. O que vocês, jovens, acham deste desabafo?

(...)

*@giordanobr: Triste, **PORÉM** atual. Mostra como a minha geração está desnorreada, sem rumo e sem objetivos. O sonho está acabando;*

OCORRÊNCIA 67 (essa ocorrência é a continuação da ocorrência 66).

Outros chamam atenção de que o problema pode não ser apenas desta geração.

@Cesaurio: Pouca gente tem ideais hoje em dia... Mas... Será que muita gente os tinha nos anos de 1960?;

@allenfranco: Não são apenas pessoas jovens que têm estes problemas, muitos de seus colegas no Senado também têm este “problema” em comum.

Alguns insistem que têm ideais e amigos idealistas, embora faltem condições para que aqueles apareçam.

@roneyb: Há um paradoxo em um jovem dizer que jovens não têm ideias. Parece-me mais a velha baixa autoestima atacando;

@lovingunme: Creio que ele não tenha os amigos ideais. A juventude não está perdida, há quem permaneça na luta, na militância;

@pjrecords: Esse cara é que não tem ideais, todo mundo tem objetivos, só que não são compreendidos. Talvez por ignorância nossa;

@luhan_amaral: Acho triste juventude sem ideais. O ideal vem do (auto)conhecimento, que vem da educação, que vem da cultura. Perdeu-se algo;

@jujubamenegaz: Esta frase não me espanta. Nossa geração é muito fraca. Quer um corpo sarado, ganhar um milhão e passar o carnaval em Salvador. E quando o ano começar, depois das festas, quem sabe poderemos mudar o mundo em um segundo;

@liviafragoso: É. Eu sinto uma imensa falta de pessoas com quem debater assuntos interessantes e olhe que eu só estou pedindo isso;

@Alexandredantas: Acho isso comum. Ninguém mais tem aqueles ideais de antigamente. Ninguém mais tem aquele desejo de mudar o mundo, é uma pena;

@josietemendes: As pessoas no geral estão com preguiça de pensar. E nos jovens vejo, além disso, eles têm preguiça de ler, pesquisar...

Outros explicam as causas da falta de idealismo.

@JOR6INHO: As pessoas abandonam seus ideais não por opção, mas pela pressão vivida numa sociedade consumista oposta a qualquer ideal;

@fabianoaas: Os pais não educam mais os filhos para almejarem melhorias em suas vidas mediante seus esforços. Vive-se por viver apenas;

@camila_XD: Às vezes é desesperador. Você olha para os cenários político e social e nada muda para melhor. Aí é de se pensar “ideais para quê?”;

@senhordelicio: Quando se vive em uma sociedade em que predomina o incentivo ao consumo desenfreado, o que esperar senão a alienação?;

@FabioSA: É fácil, não existem muitos jovens com formação madura ou com opinião própria sobre assuntos importantes como: política e educação.

Importante, **PORÉM** é saber que apesar de todos os erros das gerações mais velhas, de nossa incompetência para inspirar os jovens, eles ainda tomam o tempo para dialogar sobre a crise de seus ideais.

*Senador pelo PDT-DF

Até onde a Justiça pode perdoar

Escrito por Rui Martins *

16-Jan-2010

OCORRÊNCIA 68.

Quando, em abril de 94, Nelson Mandela foi eleito presidente da África do Sul, o país corria o risco de não resistir à explosão dos ajustes de contas. **PORÉM**, Mandela tomou a dianteira e defendeu um país de negros e brancos reconciliados. Sem a pacificação, a África do Sul não teria sobrevivido ao apartheid e, no caos previsível, pouco restaria do país.

* Jornalista

“A política dos acorrentados”

Escrito por Welinton dos Santos *

13-Jan-2010

OCORRÊNCIA 69.

Podem ter ocorrido algumas falhas na redação do texto do decreto 7.037 de 21 de dezembro de 2009, portanto, antes do governo colocá-lo em prática faz-se necessário rever todos os pontos polêmicos, **PORÉM** se os mesmos forem mantidos, fica claro que viveremos uma nova fase da política dos acorrentados.

* Economista

Gincana de tiros no pé

Escrito por Ricardo Kotscho *

12-Jan-2010

OCORRÊNCIA 70.

É natural que haja reação contra o governo quando apresenta um projeto polêmico que afeta os interesses de determinados setores.

Em sete anos de governo Lula, no entanto, não houve caso de tamanha unanimidade contrária como está acontecendo agora em relação ao Programa Nacional dos Direitos Humanos.

Numa só tacada, o plano solenemente anunciado ao país pelo presidente Lula, na antevéspera do Natal, conseguiu colocar na mesma trincheira as Forças Armadas, a Igreja, a Imprensa, os ruralistas e setores do próprio governo, provocando uma reação em cadeia na última semana, quando se tornaram conhecidos detalhes das 521 medidas previstas para as mais diferentes áreas da vida nacional.

Nas 73 páginas do documento, encontra-se um verdadeiro programa de governo ou de partido político - justamente agora que Lula abre o seu último ano de mandato -, que vai da pesca artesanal ao aborto, dos conflitos agrários ao uso de imagens religiosas e nomes de militares em logradouros públicos, dos planos de saúde ao chamado "controle social da mídia", até chegar a uma "Comissão da Verdade" para investigar crimes praticados durante a ditadura - o núcleo do projeto que abriu uma crise com os comandantes das Forças Armadas e os levou a pensar em renunciar, junto com o ministro da Defesa, Nelson Jobim, no final de 2009.

A Igreja se revoltou com a inclusão de temas como a regulamentação do aborto e o casamento entre pessoas do mesmo sexo, além da proibição do uso de símbolos religiosos em locais públicos. "Daqui a pouco vamos ter que demolir a estátua do Cristo", exagerou o bispo D. Dimas Lara Resende, da CNBB. "O projeto mostra preconceito contra a agricultura comercial", protestou o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes.

A proposta para rever o sistema de outorga e renovação de concessões de rádio e TV e a criação de um ranking para acompanhar o comportamento editorial dos veículos em relação aos direitos humanos foi duramente criticada pelas entidades que representam a mídia. "Não é democrática e sim flagrantemente inconstitucional a idéia de instâncias e mecanismos de controle da informação", diz a nota conjunta divulgada pelas entidades (Abert, ANER e ANJ).

O que não dá para entender é qual a motivação do governo para comprar tantas brigas com cachorro grande ao mesmo tempo, justamente na abertura de um ano eleitoral, já na reta final do segundo mandato, depois de fechar 2009 navegando num mar de almirante, com o presidente Lula batendo recordes de popularidade e sua candidata, Dilma Rousseff, subindo nas pesquisas.

O mais paradoxal nesta gincana de tiros no pé é que, três décadas atrás, quando entrou em vigor a Lei da Anistia, cujo alcance agora volta a ser questionado, a Igreja e as Forças Armadas estavam em campos absolutamente opostos.

A bandeira dos direitos humanos surgiu exatamente quando a Igreja Católica, então liderada por homens como o cardeal Paulo Evaristo Arns, criou a Comissão de Justiça e Paz, da qual participei por muitos anos, para defender as vítimas da violência e denunciar as arbitrariedades praticadas pelos militares.

Sem entrar no mérito de cada proposta, até porque são tantas que se torna impossível analisar uma a uma no espaço de um blog, o fato é que antes mesmo de chegar ao Congresso Nacional em forma de projeto de lei, o conjunto da obra do decreto sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos, da forma como foi apresentado, até agora só trouxe sérios problemas para o governo, e deu de graça uma bandeira e um discurso que faltavam à oposição.

O estrago já está feito, como o presidente Lula irá constatar ao encontrar uma quitanda de problemas em sua mesa de trabalho nesta segunda-feira, mas ainda é tempo de chamar sua equipe e colocar ordem em campo, retirando este assunto de pauta até a maré baixar. Tem coisa ali que pode ser encaminhada diretamente ao MIJ (Memorial das Idéias de Jerico).

Razão tinha o ministro Franklin Martins que, ao perceber o tamanho da encrenca, pediu para não assinar o decreto, apesar de ter participado de todas as discussões sobre o programa.

De fato, como ele argumentou, a proposta deveria ser mais "amadurecida". Agora, segundo a manchete da Folha deste domingo, é o ministro Paulo Vanucchi, dos Direitos Humanos, quem mais uma vez ameaça pedir o boné, se o projeto for modificado.

Como era de se esperar, depois de passar os últimos meses com dificuldades para encontrar carniça, a urubuzada já se assanhou ao ganhar de graça este prato cheio para atacar o governo e o PT, com seus velhos jargões, que ressuscitaram até o stalinismo e a luta armada, mas convenientemente se

esqueceram de contar a história completa e lembrar que o atual programa é apenas continuação de um trabalho iniciado no governo FHC .

Por ironia do destino, no meio do tiroteio contra o atual governo, a defesa mais veemente veio exatamente do cientista político Paulo Sérgio Pinheiro, que fez parte do governo Fernando Henrique Cardoso, na área de direitos humanos, e participou da redação dos dois primeiros programas, lançados em 1996 e em 2002.

Pinheiro, que também ajudou na revisão do texto da terceira edição do Programa de Direitos Humanos, este que foi lançado agora em dezembro, disse ao O Estado de São Paulo:

“Não foi o presidente Lula quem inventou isso. Essa é a terceira edição do programa. Os dois primeiros tiveram a mesma abrangência do programa que está sendo debatido agora. E tanto Lula como Fernando Henrique Cardoso acertaram, porque direitos humanos não abarcam apenas direitos civis e políticos como se imagina”.

*Nas duas primeiras edições do programa, **PORÉM**, não há notícia de que tanta gente tenha ficado indignada e revoltada com o governo da época.*

* Jornalista

A realização de um sonho coletivo

Escrito por Regina Lino (*)

05-Jun-2010

OCORRÊNCIA 71.

*A tarefa de governar o Acre não é tão romântica como parece para alguns. Ao contrário, se eleito Tião manterá as conquistas alcançadas nos governos de Jorge Viana e Binho, **PORÉM** a elas deverá acrescentar ingredientes inovadores, como forma de resolver problemas reais.*

(*) Socióloga e assistente social

Morte de Itamar Franco

Escrito por Murillo de Aragão

10-Jul-2011

OCORRÊNCIA 72.

Muitos dizem que Itamar era uma espécie de Forrest Gump da política brasileira. E que tinha sorte. Muita sorte. Para outros, Itamar comparava-se a Harry Truman, que, por capricho do destino, foi presidente dos Estados Unidos.

O fato de ter sorte é incontestável. Mas não explica o fenômeno Itamar – uma personalidade complexa que marcou de forma indelével a história política do Brasil.

A sua chegada à vice-Presidência da República, com Fernando Collor, tem a marca do acaso. Sondado para ser vice de Leonel Brizola, aguardou em vão a visita que formalizaria o convite.

Ofereceram-lhe um jatinho para ir ao Rio conversar com Brizola. Turrão e temperamental, Itamar disse que não ia, já que ele não havia pedido nada a ninguém.

Collor, que sabia o peso de Minas em uma eleição cheia de candidatos paulistas, foi até Itamar e o convidou, com toda pompa e circunstância.

Na vice-Presidência manteve-se discreto, até que viu que a permanência de Collor era inviável. Passou então a conspirar abertamente contra o presidente e foi ungido na Presidência na esteira do impeachment de Fernando Collor.

Como presidente, teve um comportamento exemplar e exuberante. Certa feita, instado por ACM a investigar atos de corrupção em seu governo, abriu as portas de seu gabinete para o político baiano e a imprensa. Disse que não tinha nada a esconder de ninguém. Desarmou a raposa baiana.

Ressuscitou o fusquinha e, ainda, aprovou a Lei dos Portos e a Lei do Inquilinato. Deu sossego para que a equipe econômica de FHC construísse o Plano Real. Nunca engoliu o fato de FHC ter ficado com a glória do plano.

Foi decisivo na campanha eleitoral de FHC, em 1994, quando eclodiu o escândalo das declarações (“o que é ruim a gente esconde”) de seu ministro da Fazenda, Rubens Ricupero. Contra a opinião de muitos, inclusive de FHC, nomeou Ciro Gomes – que, à época, tinha imensa credibilidade – para o posto e acalmou a cena política.

Como governador de Minas, fez uma administração fraca e deixou o estado em situação ruim. Polêmico, declarou moratória dos pagamentos ao governo federal e ameaçou mandar a PM de Minas proteger Furnas de uma eventual privatização.

Dizem, não tenho certeza, de que fez pouco caso da ameaça de invasão pelo MST da fazenda de FHC em Minas Gerais, perto do DF. Parecia implicância com seu ex-ministro.

*Tanto nos erros quanto nos acertos, foi um político maiúsculo em que o comportamento firme e a honestidade foram marcas permanentes. **PORÉM**, dizer que Itamar foi uma espécie de Forrest Gump é pouco e injusto.*

Cientista político.

Novas e velhas peças do xadrez partidário

Escrito por Murillo de Aragão

22-Jul-2011

OCORRÊNCIA 73.

Além das novas legendas mencionadas, existem outras tantas em fase de estruturação. Caso se medisse a vitalidade de nossa democracia pelo número de partidos, o Brasil estaria bem.

***PORÉM**, não é o caso. A motivação de muitos não é, infelizmente, republicana e termina validando a frase: pequenos partidos, grandes negócios.*

Cientista político.